

BRUNA ROBERTA FLORIANO

**TRABALHO PRECÁRIO E POBREZA: MODELO DE ANÁLISE
DO PERÍODO 2003-2010 A PARTIR DA RELAÇÃO ANUAL DE
INFORMAÇÃO SOCIAIS E DO CADASTRO ÚNICO PARA
PROGRAMAS SOCIAIS**

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Floriano, Bruna Roberta

Trabalho precário e pobreza : modelo de análise do período 2003-2010 a partir da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Único para Programas Sociais / Bruna Roberta Floriano ; orientadora, Maria Soledad Etcheverry Orchard - Florianópolis, SC, 2016.

149 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Trabalho. 3. Precariedade. 4. Pobreza. I. Orchard, Maria Soledad Etcheverry . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Bruna Roberta Floriano

**TRABALHO PRECÁRIO E POBREZA: MODELO DE ANÁLISE
DO PERÍODO 2003-2010 A PARTIR DA RELAÇÃO ANUAL DE
INFORMAÇÃO SOCIAIS E DO CADASTRO ÚNICO PARA
PROGRAMAS SOCIAIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia Política.

Local, 25 de agosto de 2016.

Prof.^a Marcia Grisotti, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Maria Soledad Etcheverry Orchard, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Erni José Seibel, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jacques Mick, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Laura Senna Ferreira, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Maria (Videoconferência)

Prof.^a Caroline da Graça Jacques, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Maria (Videoconferência)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Renata Nunes Portella e Rosimere Platt, diretora da assistência social e gerente da gestão da assistência social, respectivamente, que autorizaram meu pedido de afastamento pelo período de nove meses para a realização desta pesquisa.

Agradeço à orientadora professora Maria Soledad Etcheverry Orchard por ter acreditado na possibilidade de realização desta pesquisa, pelas contribuições intelectuais e pela compreensão das limitações impostas pelo meu exercício profissional.

Agradeço aos professores Jacques Mick e Ernesto Seibel pelas orientações e críticas realizadas durante a banca de qualificação do projeto de pesquisa.

Agradeço à Tamara Siemann Lopes, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pela disposição com que me prestou as informações de modo presencial e virtual.

Agradeço às companheiras de trabalho, da Gerência de Gestão da Política de Assistência Social, Letícia Ferreira, Letícia Braz e Fernanda Braz pelo apoio na realização desta empreitada.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consistiu na elaboração de um modelo de análise para compreender a precariedade do trabalho formal, utilizando a pobreza como chave de interpretação, no período compreendido entre 2003 e 2010. A questão da pobreza foi utilizada devido à constatação de sua relevância para o período, tendo sido necessário explicitar o percurso histórico da questão até os anos 2000, sua imbricação com o modelo econômico e social, assim como as discussões acerca da operacionalização do conceito de pobreza. Na leitura de estudos sobre a precariedade, observou-se que o fenômeno era descrito considerando diversas dimensões (baixa remuneração, a instabilidade, o trabalho parcial etc.) que foram submetidas às possibilidades de análise empírica, utilizando-se como referência o cruzamento (ou relacionamento) das informações contidas em dois importantes registros administrativos brasileiros: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único). O cruzamento das informações propõe uma comparação entre trabalhador pobre (indivíduo encontrado tanto na RAIS quanto no Cadastro Único) e trabalhador não-pobre (indivíduo encontrado apenas na RAIS). As informações contidas na RAIS referem-se aos trabalhadores no mercado formal, enquanto no Cadastro Único estão informações acerca da população considerada pobre. As estruturas de ambos os registros foram pesquisadas para compreender suas formas de coleta, seus conceitos e suas limitações com vistas a delimitar um conjunto de dimensões verificáveis a partir dos dados disponíveis. Ao final, foi possível integrar ao modelo de análise quatro dimensões da precariedade: o trabalho temporário, o trabalho por prazo determinado, o trabalho parcial e a rotatividade. Como informação adicional, julgou-se interessante agregar uma análise de sobrevivência visando comparar os tempos de emprego para os dois grupos analisados considerando apenas as admissões ocorridas entre 2003 e 2010.

Palavras-chave: Trabalho. Precariedade. Pobreza.

ABSTRACT

The objective of this research was the development of an analytical model to understand the precariousness of formal work, using poverty as interpretative key in the period between 2003 and 2010. The issue of poverty was used because of the realization of its relevance to the period, it was necessary to explain the historical background of the issue until the 2000s, its overlap with economic and social model, as well as discussions on the operationalization of the concept of poverty. In reading studies precariousness, it was observed that the phenomenon was described considering several dimensions (low pay, instability, part-time work etc.) that were submitted to the possibilities of empirical analysis, using as reference the crossover (or relationship) of the information contained in two important Brazilian administrative records: the Annual Social Information (RAIS) and the Single Registry for Social Programs (Single Registry). The crossover of the information proposes a comparison between working poor (person found both in RAIS as the Single Registry) and non-working poor (individual only found in RAIS). The information contained in RAIS refers to workers in the formal market, while in the Single Registry are information about the population considered poor. The structures of both records were surveyed to understand their ways of collecting, its concepts and its limitations in order to define a set of verifiable dimensions from the available data. At the end, it was possible to integrate to the analytical model four dimensions of precariousness: temporary work, work for a specified period, the part-time work and turnover. As additional information, it was considered interesting to add a survival analysis in order to compare the use of time for both groups analyzed considering only the admissions occurred between 2003 and 2010.

Keywords: Work. Precariousness. Poverty.

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Cadastro de Acidentes do Trabalho
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CERC – *Conseil de l'Emploi, des Revenus et de la Cohesión Sociale*
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica
CPF – Certidão de Pessoa Física
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EIRO – *European Industrial Relations Observatory*
EU – União Europeia
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INSEE – *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PLR – Participação dos Lucros e Resultados
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREALC – Programa Regional de Emprego

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RMI – Renda Mínima de Inserção
SIRT – Sistema Integrado de Relações do Trabalho
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 MÉTODO, TÉCNICAS E FONTES DE DADOS	
2.1 Registros administrativos, estatística e suas técnicas.....	21
2.2 O Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único).....	31
2.3 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).....	40
3 CARACTERIZAÇÃO DA PRECARIIDADE	
3.1 Precariedade: surgimento, contorno e análises.....	55
3.2 O fenômeno da precariedade no Brasil.....	76
4 DISCUSSÕES ENTORNO DA POBREZA	
4.1 A pobreza no pensamento brasileiro.....	97
4.2 A pobreza e o modelo econômico e social.....	108
4.3 Conceito e operacionalização da pobreza.....	117
5 MODELO DE ANÁLISE	
5.1 Dimensões da precariedade: possibilidades, impossibilidades e desafios.....	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos 2003 e 2010, o país passou por um momento histórico marcado por dois fenômenos importantes para a estrutura da sociedade: a diminuição da pobreza e a formalização do mercado de trabalho. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹, ao término do período compreendido entre 1995 e 2002 a proporção de domicílios pobres era de 27%, enquanto que para o final do período compreendido entre 2003 e 2011 a proporção foi de 14%². A formalização do mercado de trabalho, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2012a, 2012b) saiu de um patamar de 28 milhões de postos de trabalho, em 2002, alcançando 44 milhões, em 2010. Tendo ambos os fenômenos sofrido influência de uma conjuntura internacional favorável - interrompida com a crise de 2008 - de crescimento econômico que impulsionou a economia nacional.

Na esfera do trabalho, diferente dos anos 2000, os anos 1990 se notabilizaram como um período de desestruturação do mercado de trabalho – com altas taxas de desemprego, com flexibilização das leis trabalhistas e com o crescimento do número de profissionais autônomos, assalariados sem carteira, empregadas domésticas etc. (ANTUNES, 1999) – devido a um contexto econômico pouco favorável, às terceirizações, às privatizações, à flexibilização dos rendimentos e sua redução em termos reais. Na década seguinte, houve uma importante mudança no padrão do mercado de trabalho brasileiro marcado pelo aumento do emprego formal (e conseqüente aumento do número de trabalhadores aptos a usufruir dos direitos trabalhistas) e pela valorização do salário mínimo, aumentando o poder de compra dos trabalhadores (POCHMANN, 2008).

Apesar das melhoras, alguns elementos da década anterior continuaram fazendo parte da dinâmica do mercado de trabalho como a terceirização, a intensificação do ritmo de trabalho, a alta participação do componente variável na remuneração, a rotatividade, a flexibilização contratual. A permanência dos elementos dos anos 1990 e as mudanças

¹ Para mais informações, consultar www.ipeadata.gov.br.

² Como a fonte de informação utilizada para que o IPEA realize o cálculo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que não é realizada nos anos de Censo Demográfico, para o ano de 2010, a informação da PNAD refere-se ao ano de 2011.

ocorridas nos anos 2000 criaram ao menos, duas tendências na avaliação do mercado de trabalho brasileiro. A primeira, calcada na valorização do salário mínimo, na queda da taxa de desemprego e, principalmente, no aumento da formalização, defende uma possível inauguração de ruptura com o processo de precarização do trabalho, não sem reconhecer os elementos de precariedade ainda atuantes nos anos 2000 (BALTAR et al., 2010; LOPES, 2011; POCHMANN, 2008), enquanto a segunda argumenta que, apesar das melhoras, o processo de precarização continuou ativo no decorrer dos anos 2000, principalmente devido à terceirização, à flexibilização e ao aumento do adoecimento (ALVES, 2013a; DRUCK, 2011; FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Na esfera da pobreza, observou-se um aumento, por parte do governo federal, na preocupação com a implementação de políticas sociais voltadas ao seu enfrentamento, que pode ser observada a partir da consolidação dos programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás) – que culminou na criação do Programa Bolsa Família (PBF); dos gastos com assistência social (incluído o PBF) que passou de R\$ 16,4 bilhões, em 2003, equivalente a 0,66% do Produto Interno Bruto (PIB), a R\$ 37 bilhões em 2009, equivalente a 1,08% do PIB (MESQUITA; MARTINS; CRUZ, 2012); da reestruturação do Cadastro Único, responsável por armazenar informações sobre o público alvo para diversos programas sociais; e, por fim, a partir das ações que se pretendem estruturais ao não restringir o combate à pobreza a programas de transferência de renda agregando ações vinculadas à saúde, à educação e ao emprego e renda.

Assim como na esfera do trabalho, no período compreendido entre 2003 e 2010, notam-se permanências e ajustes nas políticas sociais voltadas ao enfrentamento da pobreza. Política social, já com esse viés, havia sido delineada no período pós Plano Real, com a criação do Programa Comunidade Solidária cujo objetivo era coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispunha de meios para prover suas necessidades básicas e o combate à fome e à pobreza (BRASIL, 1995). As políticas sociais neste período trabalharam com a premissa de focalização nos mais pobres (visando à adequação às restrições orçamentárias) bastante estimuladas pela política de empréstimo ao país praticada pelo Banco Mundial, por intermédio do Banco Internacional para Reconstrução (BIRD)³, ainda nos anos 1990.

³ Para uma análise do documento intitulado *Country Assistance Strategy*, que expõe a política de empréstimo elaborado pela instituição financeira, consultar

A observação, portanto, dos dois fenômenos citados ocorridos entre 2003 e 2010 sugeriu a esta pesquisa compreender a sociedade brasileira analisando as relações entre eles por meio da elaboração de um modelo de análise. Aproveitando o importante processo de formalização do mercado de trabalho e o processo de redução da pobreza, resolveu-se utilizar a formalidade como referência na investigação do trabalho com ênfase no trabalho precário (temática recorrente na década de 1990 e, normalmente, associado à população pobre e à inserção informal), considerando as seguintes perguntas: que aspectos ou indicadores seriam interessantes para delinear a noção de trabalho precário na formalidade? Quais indicadores seriam interessantes para analisar a pobreza? Como as dimensões da precariedade atuam para o trabalhador pobre e o trabalhador não pobre? A inserção formal da população pobre auxilia na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho? Assim, o objetivo desta pesquisa foi pensar conjuntamente a precariedade, a pobreza e respectivos indicadores mensuráveis utilizando como referências a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Único a partir do cruzamento entre as duas fontes de informação. Dito de outra forma, o objetivo se traduz no delineamento de um modelo, de um método e de ferramentas para a análise do trabalho precário à luz da pobreza. Para responder ao objetivo foram necessárias: a discussão das informações contidas nas bases de dados evidenciando as formas de coleta, seus limites, seus potenciais e algumas técnicas analíticas de interesse; a exposição dos conteúdos das bases de dados utilizadas, a partir da caracterização quantitativa do mercado de trabalho formal brasileiro e do perfil dos inscritos no Cadastro Único; a apresentação do debate sociológico em torno da precarização e da precariedade do trabalho assim como a exposição das análises realizadas por alguns autores; a exposição do debate sobre a questão da pobreza no Brasil; a apresentação das discussões sobre o conceito de pobreza e a definição de sua operacionalização. A pesquisa buscou contribuir com o debate da precariedade do trabalho a partir da delimitação do fenômeno, da associação com a pobreza e de sua aplicação na análise empírica.

2. MÉTODO, TÉCNICAS E FONTES DE DADOS

2.1 Registros administrativos, estatística e suas técnicas

A transformação de conceitos em indicadores analíticos e, nesta pesquisa, trata-se de indicadores numéricos ou quantitativos, exige uma breve explanação do posicionamento diante da análise envolvendo a estatística. Na tentativa de responder tanto às críticas feitas à estatística quanto às ilusões relacionadas a ela, Besson (1995) recorda que os fatos numéricos não provêm de uma operação de medida, mas sim de uma observação e de um tratamento. Assim, as estatísticas no campo econômico e social não refletem a realidade, elas são um olhar da sociedade sobre si mesma⁴. Muitos foram os esforços na difusão e no ensino da estatística e quase nada foi feito no campo do conhecimento sobre as estatísticas. O que faz com que grande parte das críticas ou das ilusões relacionadas a ela derivem de um desconhecimento de sua natureza. Segundo o autor,

esperamos delas [das estatísticas] que sejam exatas, o que, rigorosamente falando, é impossível. Defrontamo-as com um conhecimento intuitivo, o que é absurdo. Espantamo-nos com os vazios, as lacunas da observação. Em síntese, não percebemos que as estatísticas não se reduzem a uma enumeração, a uma fotografia quantitativa de uma realidade que seria a mesma para todos os observadores (Ibid., p. 26).

A noção de fotografia quantitativa da realidade trazida pelo autor, segundo sua concepção, faz com que a discussão gravite em torno de

⁴ Quando se aborda neste trabalho as diferentes noções de pobreza e consequentemente as diferentes maneiras de efetuar seu cálculo, ficam explicitados os olhares da sociedade sobre si mesma e o posicionamento oficial sobre ela expressada pelas linhas administrativas, conectando uma determinada compreensão da sociedade à escolha de fatores relevantes para a delimitação de uma questão específica, no caso o fenômeno da pobreza. No campo das estatísticas sobre o trabalho, que neste trabalho referem-se tão somente à RAIS, e à discussão sobre o emprego precário, é interessante notar que o olhar da sociedade brasileira, do ponto de vista oficial, quanto ao fenômeno da precariedade não chegou ainda na esfera do trabalho formal como aconteceu, por exemplo, na França em que o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* - INSEE possui uma definição do que seja o emprego precário.

quatro elementos: i) semelhança da foto com a realidade; ii) escolha dos fotógrafos sobre os ângulos; iii) o desenvolvimento do procedimento e iv) a divulgação dos resultados. Estes elementos podem ser observados a partir das perguntas costumeiramente colocadas a cada um deles: i) a cifra é exata; ii) por que este ângulo e não aquele; iii) o que ocorre na câmara escura; iv) o que se comunica ao público.

As estatísticas não são nem verdadeiras nem falsas, muito menos possuem uma finalidade em si mesma. (O autor utiliza como exemplo o recenseamento, que não é exato, mas isso não faz com que seja falso.) A concepção da estatística como fotografia deveria ser renunciada em prol da constatação de que estamos diante de um modelo de observação cuja compreensão somente se realiza com o estudo do processo de observação estatística. Portanto, “as estatísticas são imagens de síntese, que representam não as situações individuais, mas a média dessas situações” (Ibid., p. 32). Os itens desta pesquisa relativos ao detalhamento da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Único para Programas Sociais, buscando demonstrar como e porque foram criados, como as informações são coletadas, mudanças nos formulários de coleta, potencialidades e deficiências, objetivam jogar luz sobre o processo de observação estatística inscrito em cada um deles, conforme indicação de Besson (1995). Lembrando que tanto a RAIS como o Cadastro Único, como será exposto adiante, não foram criados com fins estatísticos, pois são registros administrativos, produzidos por organizações públicas responsáveis pela produção de grande volume de informações, dados e registros, utilizados para suas próprias ações que vão desde a tomada de decisão até o simples agir administrativo. Contudo, é possível empreender a transformação destes registros em informação estatística se se considerar que a transformação dos registros em dados distintos daqueles para os quais foram produzidos exige avaliações rigorosas de obtenção e crítica. Conforme Ferreira, F. (2008),

na maior parte dos casos, a utilização de registros pode ser altamente compensadora, seja pelo fato de abordar aspectos, normalmente não disponíveis nas pesquisas oficiais, seja pela economia de custos com pesquisas, seja pela melhor utilização da informação produzida pelas organizações e pela possibilidade da existência de dados em períodos contínuos de tempo (análises do tipo “coorte”) (Ibid., p. 82).

Visando dar novos usos aos registros administrativos, devido à

riqueza das informações neles contidos, abre-se a possibilidade da atribuição de usos que ultrapassam o fim para o qual foram criados ao tentar produzir estatísticas que possam expressar objetivamente uma coletividade (SENRA, 1996). Os registros administrativos podem assim se constituir em matéria prima para a construção de um indicador social cujo papel é estabelecer o elo entre o modelo explicativo teórico e a evidência empírica dos fenômenos sociais e se caracteriza como:

(...) medida, em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2012, p. 21).

Ferreira, F. (2008) acrescenta às vantagens da utilização dos registros administrativos a evolução rápida dos sistemas de informação, que acabam por fazer com que os dados coletados sejam melhor aproveitados dentro das próprias organizações para a formulação de políticas públicas e fora delas, para a realização de diversos trabalhos científicos. São citados usos feitos por países como a Holanda, o Canadá e os Estados Unidos, que avaliam a qualidade de seus censos populacionais por meio dos registros administrativos e do Brasil, onde o Ministério do Trabalho e Emprego – responsáveis pela RAIS e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – utiliza informações para o acompanhamento do mercado de trabalho e pesquisas do tipo emprego-desemprego. O uso dos registros administrativos também traz vantagens por não estar sujeito à periodicidade decenal do censo demográfico, ao plano amostral das pesquisas nacionais de domicílio ou à cobertura restrita das pesquisas mensais de emprego (JANNUZZI, 2012). O registro administrativo nas organizações públicas é definido como:

todo registro resultante de necessidades fiscais, tributárias ou outras, criado com a finalidade de viabilizar a administração ou operacionalização de programas de governo ou, ainda, para fiscalizar e controlar o cumprimento de obrigações legais por parte de determinados segmentos da sociedade

(ZACHARIAS, 2003 apud FERREIRA, F., 2008, p. 84).

Ao visar a transformação dos registros administrativos em fonte de dados para pesquisas deve-se recordar que o objetivo é “medir conceitos” para auxiliar o entendimento dos fenômenos sociais e, para tanto, o conhecimento e o controle detalhado da criação, construção e utilização do registro é condição para a manipulação científica dos dados transformando-os em estatísticas ou dados científicos (FERREIRA, F., 2008). Portanto, foram consultados os documentos produzidos pelos órgãos responsáveis pelas bases de dados – leis, decretos, portarias, instruções normativas, notas técnicas – visando captar os aspectos sugeridos pelo autor e identificar a base conceitual, a referência temporal, as mudanças de metodologias, a inserção e/ou exclusão de variáveis. Fundamental, também, é a construção de um conjunto de informações, responsáveis por definições, notas e fontes que assegurem a estrutura da organização dos dados.

Ao citar Cartwright, o autor, ainda, nos diz a diferença entre registro administrativo e dados estatísticos ao afirmar que:

a principal diferença entre os registros administrativos e os dados estatísticos está no grau em que os estatísticos controlam a formulação e a coleta dos dados. Dados estatísticos e seus procedimentos de coleta são obtidos, documentados e controlados para se obter um resultado estatístico desejado. Quando os registros administrativos são usados, os estatísticos têm que procurar aquilo que se deseja nos registros para a pesquisa que se está realizando, determinar sua disponibilidade, localizar suas fontes, documentações e os métodos utilizados na coleta desses registros (CARTWRIGHT, 1983 apud *Ibid.*, p. 85).

Embora o controle estatístico seja característico do dado estatístico, há casos de sistemas de registros administrativos elaborados com objetivos estatísticos e, em muitos deles, isso ocorre por pressão da comunidade acadêmica ou dos próprios usuários das políticas públicas. No Brasil, estes casos são pouco recorrentes, mas Ferreira, F. (2008) fornece alguns exemplos envolvendo melhorias contínuas na qualidade

das informações do Cadastro Único (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e do Data SUS (Ministério da Saúde).

Explicitadas as considerações acerca da transformação de registros administrativos em estatísticas, retoma-se Besson (1995) para dizer que o procedimento estatístico se apresenta como uma troca em que se perde informação para ganhar sentido. Isto quer dizer que os dados precisam ser agregados com um nível de pertinência, para que seja possível extrair deles algum sentido, pois sua infinidade “afogaria” o usuário. Assim, somente há sentido na informação oriunda da estatística se há um entendimento de que se está olhando para um modelo sintético, pois para o

cidadão de base, para o consumidor de base...
enfim, para os elementos de base, toda informação estatística é suspeita porque inútil e inverificável no seu nível. Pior ainda, o teste que cada um efetua espontaneamente confrontando esta informação com seu conhecimento intuitivo é, em geral, negativo. Para que fosse diferente, seria preciso conceber um homem médio em todas as variações imagináveis (Ibid., p. 36).

Para expressar sua constatação sobre os posicionamentos diante da estatística no campo intelectual, o autor utiliza Michel Volle⁵ que coloca de um lado os que veem a estatística como um fetiche diante do qual se ausenta a postura crítica e de outro, os prevenidos que adotam uma atitude niilista de recusa sistemática. O posicionamento aqui assumido não assume qualquer um dos lados. O interesse recai no uso das estatísticas como ferramenta para a formulação de um modelo de observação do fenômeno da precariedade vinculando-o à pobreza, isto nos permite embarcar na prática da sociologia empírica e concordar com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) sobre a necessidade da mensuração e do conhecimento das técnicas para tal, conforme citação abaixo:

Surgido da experiência da pesquisa e de suas dificuldades cotidianas, nosso objetivo limita-se àqueles que tendo embarcado na prática da sociologia empírica e não precisando que lhes seja

⁵ Refere-se à VOLLE, Michel. *Le métier de statisticien*. Paris: Economica, 1984.

lembrada a necessidade da medida e de toda a sua parafernália teórica e técnica, concordam, de imediato, conosco sobre aquilo em que estamos de acordo (...), na necessidade de levar em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo o seu vigor e toda sua força à verificação experimental (Ibid., p.10).

Ao, também, tecer considerações acerca do fetiche advindo das estatísticas, para evitá-lo, segundo Druck (2011), é necessário efetuar um esclarecimento em relação aos indicadores quantitativos. Quando se compreende o quantitativo como só objetividade, a cifra tende a se desprender de sua origem, de sua construção, de sua representatividade. A autonomia oriunda desse processo é a responsável pela “absolutização do quantitativismo, reconhecendo-se as estatísticas como única fonte legítima de conhecimento da realidade e de sua veracidade, impondo-as a outras formas de conhecimento (...)” (Ibid., p. 39). Assinala ainda a autora, que a fetichização não é exclusividade apenas das pesquisas consideradas quantitativas, pois as pesquisas consideradas qualitativas também incorrem nesse equívoco quando procedem à desqualificação das estatísticas pelo seu caráter global e massificante, responsável por reduzir homens a números para reafirmar a “qualidade do subjetivo, do individual, do singular, como único caminho para o conhecimento ‘real’ da realidade social” (Ibid., p. 39).

A autora efetua duas observações em relação às estatísticas. A primeira, relaciona-se com o fato de que as estatísticas, sendo consideradas como “monopólio” das instituições do estado, servem, majoritariamente, para subsidiar políticas públicas, especialmente as estatísticas que geram indicadores sociais. A segunda observação refere-se especificamente às estatísticas de trabalho, emprego e renda, cuja utilização por meio da combinação de dados e da construção de indicadores é uma maneira possível de acompanhar mudanças no mundo do trabalho (a instabilidade ou estabilidade das categorias conceituais também seriam uma forma de acompanhar tais mudanças), pois estes procedimentos proporcionam uma relativa liberdade – o que permite uma inovação mesmo tendo por base “velhas” estatísticas.

Os apontamentos desta pesquisa, portanto, procuram evitar a confusão entre os indicadores (ou índice) e a realidade, confusão nascida, para Besson⁶ (1995), quando se desconhece “as condições da produção

⁶ O autor faz uso de uma metáfora com a cartografia para dizer que a estatística

estatística, o caráter normal e inevitável das convenções, das contingências, dos fluxos que a acompanham” (Ibid., p. 49). E, apesar da busca pelo delineamento de um modelo de análise baseada em material estatístico, não se procura a ideia de seu rigor puro evitando, assim, perseguir com a “obsessão das decimais, o ideal contraditório de uma precisão intrinsecamente definível” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 19-20).

Conforme exposto, observa-se uma ênfase nas políticas sociais, no período entre 2003 e 2010, que veio acompanhada de uma publicidade das ações governamentais neste âmbito com um discurso que tenta ultrapassar o viés da propaganda política a partir da fala técnica, da aproximação com instituições de pesquisa, da elaboração de estudos de impacto e da realização de eventos que promovem a discussão com especialistas. O interesse na população pobre fez com que surgisse no país a necessidade de coletar informações com foco neste segmento que ultrapassassem as possibilidades oriundas, principalmente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este foi o papel desempenhado pelo Cadastro Único. A utilização deste instrumento administrativo possibilita (devido à importância adquirida nos últimos anos) a esta pesquisa contribuir com a ampliação de informações e com o aprimoramento de estatísticas ao promover sua interface, por meio do cruzamento de informações com a RAIS (outro instrumento administrativo) em operação desde a década de 1970. Notam alguns autores que “o trabalho e constante esforço de melhorar as fontes de pesquisa, com inovações técnicas, tecnológicas, aprimoramento da disseminação, a interface entre os distintos bancos de dados, são essenciais para o fortalecimento, a segurança e a credibilidade das estatísticas nacionais (MORETTO; MACAMBIRA, 2014, p. 191).

Assim, propõe-se a realização do cruzamento (ou relacionamento) do Cadastro Único com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A ideia é de que, a partir do cruzamento, sejam criadas duas novas bases de dados, para os anos-base 2003 e 2010 da RAIS, com vistas à análise comparativa: uma contendo o trabalhador pobre no mercado formal e outra contendo o trabalhador não pobre. Propõe-se que as dimensões da precarização sejam observadas em ambas as bases. As bases de dados da RAIS utilizadas são as dos anos-base 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010; para o Cadastro Único é utilizada a base

está na idade estratégica em que se encontrava a cartografia antiga, na qual mapas feitos à mão, relatos orais e notas de viajantes eram matéria prima para os militares.

de dezembro de 2012. No procedimento de análise são considerados os homens, entre 16 e 64 anos, e as mulheres, entre 16 e 59 anos⁷, inscritos no Cadastro Único em dezembro de 2012, com vínculo registrado na RAIS entre 2003 e 2010, ajustada para os indivíduos inseridos em famílias com renda mensal igual ou inferior a R\$ 140,00 – dada a possibilidade de inclusão no cadastro de público não restrito a essa faixa de renda.

As variáveis gerais do Cadastro Único são: código familiar, para o cálculo da renda per capita familiar; Certidão de Pessoa Física (CPF), para o cruzamento com a RAIS; renda familiar per capita, para a manutenção na base de trabalhadores com renda inferior a R\$ 140,00. As variáveis gerais da RAIS são: atividade econômica, por meio da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE); data de nascimento, para o filtro da faixa etária; CPF, para o cruzamento com o Cadastro Único; informação da admissão/provimento ou transferência/movimentação, data, código, para identificar admitidos entre 2003 e 2010; tipo de admissão/provimento, para observar os tipos de contratos; informações do desligamento/vacância ou transferência/movimentação, data, código e descrição, também com o objetivo de identificar trabalhadores ingressantes entre 2003 e 2010.

O cruzamento ou relacionamento de dados é encontrado na literatura com denominações como *data linkage*, *record linkage* ou *linked data*⁸. Para Trent e Furbee (1987), os pesquisadores utilizam a técnica de ligação ou vinculação de registros quando localizam dois ou mais conjuntos de informações que, combinados, oferecem mais informações para cada unidade de análise. Para Herzog, Scheuren e Winkler (2007) o *record linkage* consiste em juntar informações de dois registros que se acredita possível relacionar ao mesmo indivíduo, à mesma família ou ao mesmo negócio. O procedimento se torna mais fácil quando há algum número de identificação disponível – como código censitário (TRENT; FURBEE, 1987) ou número da seguridade social (HERZOG;

⁷ A faixa etária considerada possui como base a idade mínima para aposentadoria do trabalhador urbano: 65 anos, para homens e 60 anos, para mulheres, no regime celetista. Para maiores informações, consultar <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/aposentadoria-por-idade/>

⁸ Esta técnica é bastante utilizada na área da saúde, por exemplo. Ver sítio do *International Population Data Linkage* no endereço eletrônico <http://www.ihdln.org/> ou o sítio do *Population Health Research Network* no endereço eletrônico <http://www.phrn.org.au/>.

SCHEUREN, WINKLER, 2007), por exemplo – e mais desafiador quando não há número de identificação, quando a informação não é padronizada ou quando os registros são muito grandes. Basicamente, há duas maneiras de realizar o procedimento: o *linkage* primário (TRENT; FURBEE, 1987) ou determinístico (DUSSETZINA et al., 2014) em que o identificador é idêntico – que será utilizado neste trabalho – e o *linkage* secundário (TRENT; FURBEE, 1987) ou probabilístico (DUSSETZINA et al., 2014) em que é necessário encontrar um padrão entre as variáveis para assumir que dois registros se pertencem.

A técnica começou a ser utilizada na década de 1950 devido à confluência de alguns fatores (FELLEGI, 1997 apud HERZOG, 2007): a evolução do *welfare state* e do sistema tributário impulsionou o desenvolvimento de grande número de informação sobre cidadãos e negócios; as novas tecnologias computacionais facilitaram a manutenção, a adição e a extração de informações; por último, a expansão do papel governamental resultou em aumento sem precedente da necessidade de informação detalhada sobre os cidadãos e os registros administrativos foram o meio utilizado para suprir essa necessidade. Apesar do início da utilização da técnica ter se dado nos anos 1950, nos anos 1980, Trent e Furbee (1987) ainda a consideravam como emergente.

O procedimento de vincular, ligar ou cruzar um conjunto de informações é utilizada para diversos fins em diferentes áreas⁹ e associam diversos tipos de informação. A título de ilustração, pode-se verificar a utilização da técnica tanto no estudo de Dinesen e Sonderskov (2015), que cruza dados de um *survey* dinamarquês com uma base de dados administrativa para mensurar a diversidade étnica ao redor da residência dos indivíduos visando demonstrar que a exposição à diversidade étnica reduz a confiança social; quanto no estudo de Parker e McCaffree (2014) que associa dados do censo norteamericano, com dados sobre alcoolismo e taxas de violência.

Outro procedimento estatístico utilizado é a análise de sobrevivência que visa investigar tempos até a ocorrência de um determinado evento representado nesta pesquisa pela desligamento de um indivíduo no mercado de trabalho formal. Segundo Leichsenring (2010),

⁹ A título de exemplo de estudo não sociológico em que se cruzam diferentes bancos de dados, pode-se citar o de Gomatam e Larsen (2004 apud HERZOG, 2007) que vincula informações referentes à solicitação de passaportes, reserva aérea, solicitação de porte de arma e prisões para identificar pessoas que possam estar envolvidas em potenciais atividades terroristas.

as principais quantidades estudadas são a função de sobrevivência e a função *hazard*. A primeira descreve a distribuição dos tempos até a ocorrência do evento [...] e a segunda se refere a um potencial instantâneo da ocorrência do evento dado “sobrevivência” até um tempo arbitrário t , isto é, dado que o indivíduo não foi desligado [...] até o tempo t (Ibid., p. 276).

A análise de sobrevivência é um entre diversos tipos de modelos de duração que são conhecidos na literatura pela expressão *event history analysis* e designam um conjunto de métodos que tratam os dados longitudinais em uma ótica de ocorrência ou não de determinados acontecimentos. Segundo Safi (2015),

Trata-se de um corpus estatístico permitindo analisar os acontecimentos de histórias de vida ou de trajetória individual. Um acontecimento significa nesta literatura uma mudança de estado que se dá em um momento preciso no tempo; trata-se de um marcador que delimita uma situação de surgimento de uma situação advinda. Na maioria de suas aplicações, estes métodos visam, pois, a analisar a duração em um estado ou ainda a transição de um estado ao outro (às vezes denominada estado de risco). (...) No quadro dos trabalhos sociológicos N. Tuma e M. Hannan figuram entre os grandes metodólogos que permitiram a difusão desta abordagem em ciências sociais (Ibid., p. 261-262).

Desafio metodológico importante colocado para a abordagem em termos de *event history analysis* diz respeito aos indivíduos que não observam a ocorrência do evento no espaço de tempo analisado pelo pesquisador, pois não é possível considerar que o indivíduo não tenha sido acometido pelo evento que pode ter ocorrido depois do tempo de observação delimitado. Nestes casos, utiliza-se a noção de censura definida abaixo:

a censura dos dados (ou truncatura) designa o fato que, quando o acontecimento não é observado, isso pode dever-se ao período não ter sido suficientemente longo, ou ainda, que o

acontecimento ainda não se havia manifestado. Os limites do intervalo de observação provocam censura à direita (conhecemos a data de entrada do indivíduo na população de risco, mas o indivíduo não conheceu o acontecimento no período observado pela pesquisa) e censura à esquerda (nos indivíduos dos quais desconhecemos a data de entrada na população de risco ou que são observados após sua entrada na população de risco) (Ibid., p. 263).

2.2 O Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único)

Na adesão ao posicionamento de Besson (1995), que considera a estatística um modelo de observação da realidade e não simplesmente um agregado de informações numéricas, é necessário qualificar as fontes de dados utilizadas por meio de sua descrição de modo a esclarecer os princípios, potencialidades e deficiências do modelo de observação empregado. Portanto, os dois próximos itens objetivarão apresentar os elementos mais relevantes, para esta pesquisa da RAIS e do Cadastro Único.

Será utilizada a mesma lógica expositiva tanto para o Cadastro Único quanto para a RAIS que consiste na junção da explicitação de aspectos técnicos ligados às bases de dados com a exposição de estatísticas descritivas. Neste item, o documento acerca do perfil das famílias inscritas no cadastro, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) será utilizado como base para a exposição.

O Cadastro Único foi criado em 2001 para integrar e coordenar esforços na execução de programas (Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que possuíam beneficiários com perfis similares, mas que, até então, utilizavam diferentes cadastros – fragmentando o atendimento e reduzindo a eficiência das ações (BRASIL, 2001)¹⁰. Na prática, a consolidação do Cadastro Único ocorreu em 2004¹¹ com a criação do

¹⁰ Em 2007, ocorreu a revogação deste decreto e a publicação de outro dispendo sobre o cadastro, conforme Brasil (2007).

¹¹ No ano de 2008, o MDS iniciou projeto para o Cadastro Único cujo objetivo era rever os formulários e desenvolver um novo sistema operacional. O resultado

Programa Bolsa Família – responsável por unificar os programas de transferência condicionada de renda existentes – e com a definição de que o Cadastro Único seria o instrumento de identificação e seleção de beneficiários (BRASIL, 2012). No decorrer do tempo, houve um fortalecimento deste cadastro que passou a ser usado por outros programas sociais dos governos federal, estadual, municipal e pelo Distrito Federal.

Este registro administrativo é conceituado como “um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a ½ salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos” (BRASIL, 2010a, p. 10). Embora sua ênfase esteja nas famílias com a renda mencionada, famílias com renda superior ao estabelecido podem ser cadastradas quando seu cadastramento estiver vinculado à seleção e ao acompanhamento de programas sociais implementados por qualquer nível da federação. A possibilidade da inclusão de famílias aberta por essa situação particular foi considerada e será explicada adiante.

As informações contidas no Cadastro Único permitem a identificação do grau de vulnerabilidade da população considerando questões como renda, saúde, educação, trabalho e habitação permitindo visão mais aprofundada dos fatores que caracterizam a pobreza e são utilizadas, principalmente, como diagnóstico para o delineamento de políticas públicas. Sua gestão ocorre a partir da cooperação e parceria entre as três esferas de governo e o Distrito Federal. Ao governo federal compete a coordenação, o acompanhamento, a supervisão, a implantação, o aperfeiçoamento, a orientação aos estados, municípios e do Distrito Federal quanto aos procedimentos operacionais, assim como o apoio financeiro com vistas à realização de atividades de cadastramento, à atualização cadastral e à manutenção da qualidade dos dados¹². Ainda em

do projeto foi a versão 7 do Cadastro Único, implantada nos municípios de forma escalonada, a partir de 2010, chegando em 2012 com cobertura de 98,5% dos municípios brasileiros. Esta versão funciona somente pela internet e tornou as atividades e a gestão mais dinâmicas, eliminando o risco de multiplicidade e divergências cadastrais (BRASIL, 2012).

¹² Os repasses financeiros efetuados pelo governo federal ocorrem com base em um índice de gestão atribuído aos estados, municípios e Distrito Federal que considera entre seus indicadores a cobertura qualificada dos cadastros e a atualização cadastral avaliando integridade e qualidade das informações (BRASIL, 2012). Os repasses contribuem para estimular a coleta de informações

âmbito federal, há atuação da Caixa Econômica Federal como agente operador do Cadastro Único responsável pelo desenvolvimento do sistema, seu processamento e pela capacitação dos usuários – atividades realizadas sob supervisão e orientação do ministério (BRASIL, 2012). Aos governos estaduais compete o apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão do Cadastro Único com o apoio ao desenvolvimento de capacitações, da atualização cadastral, da operacionalização do sistema, melhoria da infraestrutura entre outros. Os municípios e Distrito Federal são responsáveis pelo cadastramento das famílias a partir da identificação do público alvo, da entrevista e coleta de dados, da inclusão dos dados no sistema e da manutenção das informações nele constantes a partir da atualização dos registros cadastrais que acaba se tornando um processo permanente e contínuo. (Note-se que a atualização cadastral também é de responsabilidade do cadastrado que se compromete, a partir da assinatura de um termo, a procurar o órgão responsável pelo cadastro quando ocorrer alteração relevante de algum aspecto familiar.) A orientação realizada pelo ministério é de que o cadastro seja atualizado em um prazo máximo de 24 meses, contados a partir da data de inclusão no cadastro ou da última atualização¹³. No gráfico 1, é possível ter uma dimensão da situação de atualização das famílias no Cadastro Único.

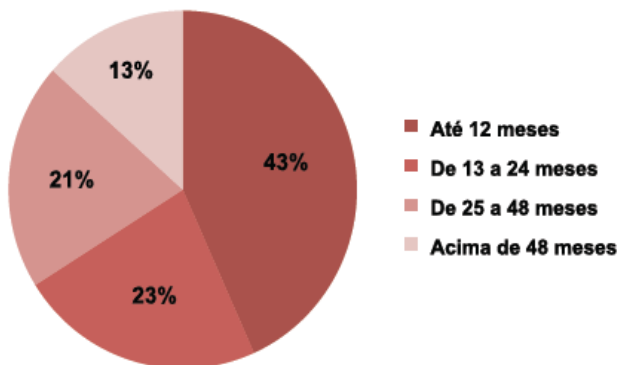
Nele, é possível notar que 66% dos cadastros das famílias estão dentro do prazo desejável de atualização. Para as análises descritivas realizadas por Brasil (2014) optou-se por um procedimento de análise que estendeu para mais 24 meses a abrangência dos cadastros abarcando mais 21% das famílias¹⁴. O mesmo procedimento é seguido no modelo de análise dos dados para esta pesquisa. Para que fosse abrangido um número maior de famílias, foram considerados os cadastros realizados ou atualizados nos 48 meses anteriores a dezembro de 2012.

que reflitam o máximo possível a situação das famílias cadastradas.

¹³ Expirado o prazo de 24 meses, é necessário realizar nova entrevista com a famílias mesmo que a situação da família não tenha sofrido nenhuma alteração (BRASIL, 2010a).

¹⁴ O período considerado pelo trabalho citado compreende os 48 meses anteriores a fevereiro de 2013. No Cadastro Único em seu conjunto havia 25,3 milhões de famílias, mas excluídos os 13% de cadastros desatualizados há mais de 48 meses, as análises referem ao montante de 21,9 milhões de famílias (71,4 milhões de pessoas) (BRASIL, 2014).

Gráfico 1: Percentual de famílias no Cadastro Único, por faixa de número de meses em desatualização



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013.

Extraído de Brasil, 2014, p. 17.

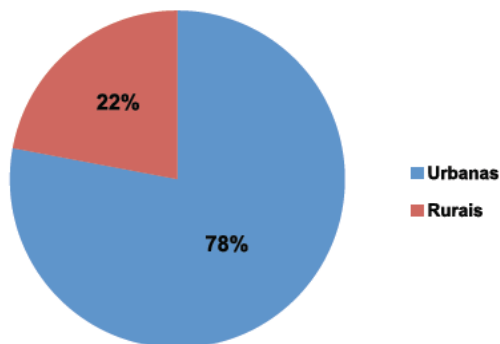
De acordo com Brasil (2014), a coleta de dados pode ser realizada de três formas: pela visita do entrevistador à residência da família (recomendado para que seja possível verificar, *in loco*, as condições socioeconômicas da família), pelo deslocamento da família até o local de cadastramento, ou por meio de ações de mobilização social de iniciativa da gestão municipal e do Distrito Federal¹⁵. Todas as informações prestadas são autodeclaratórias e registradas por meio de três tipos de formulários: o principal, o avulso e o suplementar. O primeiro é o instrumento básico de coleta de informações e está estruturado em 10 blocos destinados à identificação e controle, às características do domicílio, à família, à identificação da pessoa, à documentação, à pessoa com deficiência, à escolaridade, ao trabalho e remuneração, ao responsável pela unidade familiar e, por último, um bloco para marcação

¹⁵ De acordo com Brasil (2012) indica-se que a equipe do Cadastro Único seja composta pelos seguintes profissionais: entrevistador (com nível médio concluído, preferencialmente), responsável por entrevistar as famílias e preencher os formulários; supervisor de campo, responsável por acompanhar o cadastramento; assistente social, responsável por coordenar a identificação das famílias; supervisor, responsável por receber os formulários preenchidos e garantir sua digitação; digitador, responsável por incluir os dados no sistema do Cadastro Único e um administrador de rede, responsável por manter o ambiente físico e operacional dos computadores e apoiar usuários no uso do sistema.

livre do município utilizado quando da constatação da presença de trabalho infantil na família. O formulário avulso somente contém informações sobre identificação do domicílio, da família e da pessoa. Já o formulário suplementar destina-se a identificar pessoas em situação de rua e situações específicas da família como vinculação a programas e serviços (BRASIL, 2010a).

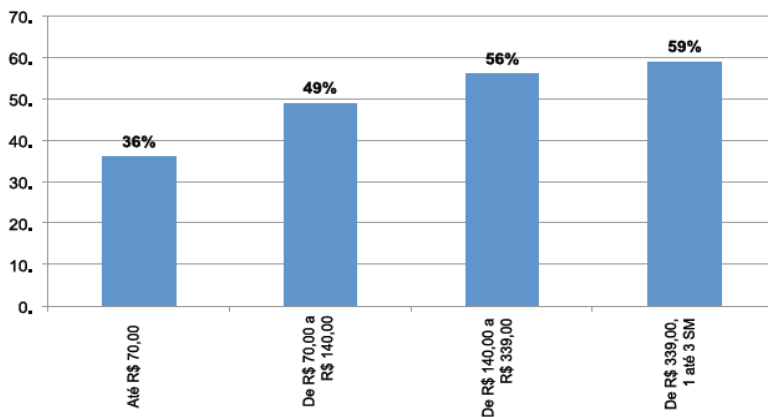
Após uma visão geral do conteúdo dos blocos, serão destacados aqueles de maior relevância para a proposta da pesquisa. No bloco de identificação e controle estão alguns conceitos importantes para a interpretação dos dados contidos no Cadastro Único sendo imprescindível conhecê-los, tanto para os fins deste trabalho quanto para a prática costumeira de comparar dados entre pesquisas domiciliares e afins com as informações do Cadastro Único. Além disso, o entendimento das definições das variáveis mais relevantes foi utilizado como parâmetro para aprimorar os filtros realizados nos diferentes mecanismos estatísticos utilizados na pesquisa. O primeiro conceito essencial ao Cadastro Único é o de família, entendida como “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio” (Ibid., p. 13). O conceito de código familiar também é importante e define-se pela sequência numérica atribuída a cada família cadastrada, que faz a vinculação entre o domicílio, a família e as pessoas que a compõe (BRASIL, 2010a). Este conceito é importante por ter sido utilizado como filtro para delimitar os indivíduos economicamente ativos que compunham as famílias com renda per capita de até R\$ 140,00, ou seja, as localizadas abaixo da linha administrativa de pobreza estabelecida. Este bloco ainda contém a data da entrevista, de atualização ou inclusão, importante para o filtro dos 48 meses.

No bloco sobre as características do domicílio estão contidas informações sobre localização urbana ou rural (gráfico 2), espécie e condições do domicílio, formas de abastecimento de água e canalização, saneamento básico, coleta de lixo, forma de iluminação.

Gráfico 2: Localização do domicílio das famílias cadastradas

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.
Extraído de Brasil, 2014, p. 20.

O gráfico 3 expõe por faixa de renda, como uma breve simplificação e síntese das informações contidas neste bloco, o acesso da população cadastrada aos serviços públicos.

Gráfico 3: Porcentagem de famílias com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, por faixa de renda familiar *per capita*

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Extraído de *Ibid.*, p. 22.

No bloco concernente à família, o conceito importante é o de morador, sendo definido como a pessoa que tem o domicílio como local de residência habitual e nele reside na data da entrevista. Nesta parte do questionário, são listados todos os componentes da família moradores do domicílio que recebem um número de ordem e ficam vinculados ao código familiar. Isto permite identificar a que família pertencem os indivíduos na base de dados tabulada por pessoa, pois a base de dados do Cadastro Único é tabulada de duas formas distintas: famílias e pessoas. As informações contidas em ambas as tabulações devem ser combinadas para que se possa estabelecer os procedimentos dos filtros. Ainda é possível encontrar informações sobre se a família é indígena ou quilombola, sobre as despesas mensais familiares e sobre a identificação das unidades públicas às quais as famílias se dirigem quando necessitam dos serviços públicos de saúde e de assistência social, por exemplo.

No bloco de identificação das pessoas encontram-se informações como nome, sexo, data de nascimento, cor ou raça (tabela 1), país, estado e município de nascimento.

Tabela 1: Raça/cor das pessoas em famílias com renda familiar *per capita* até meio salário-mínimo, por região, número de pessoas e percentual

		BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE						
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	67.700.443	100,0%	7.657.169	100,0%	30.391.299	100,0%	19.113.417	100,0%	6.189.938	100,0%	4.348.620	100,0%
	Branca	18.649.889	27,5%	697.419	9,1%	4.842.619	15,9%	7.394.774	38,7%	4.594.407	74,2%	1.120.670	25,8%
	Preta	4.702.285	6,9%	279.763	3,7%	2.020.142	6,6%	1.829.920	9,6%	330.872	5,3%	241.588	5,6%
	Amarela	255.665	0,4%	25.756	0,3%	128.585	0,4%	62.645	0,3%	11.306	0,2%	27.373	0,6%
	Parda	43.230.453	63,9%	6.451.784	84,3%	23.143.464	76,2%	9.631.272	50,4%	1.155.485	18,7%	2.848.448	65,5%
	Indígena	440.221	0,7%	175.734	2,3%	111.850	0,4%	27.616	0,1%	39.173	0,6%	85.848	2,0%
	Sem informação	421.930	0,6%	26.713	0,3%	144.639	0,5%	167.190	0,9%	58.695	0,9%	24.693	0,6%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	49.637.552	100,0%	6.212.682	100,0%	24.340.362	100,0%	12.576.330	100,0%	3.761.440	100,0%	2.746.738	100,0%
	Branca	12.307.884	24,8%	528.239	8,5%	3.757.030	15,4%	4.594.799	36,5%	2.761.256	73,4%	666.560	24,3%
	Preta	3.462.587	7,0%	222.662	3,6%	1.618.834	6,7%	1.251.136	9,9%	217.437	5,8%	152.518	5,6%
	Amarela	180.199	0,4%	19.267	0,3%	97.355	0,4%	40.183	0,3%	6.511	0,2%	16.883	0,6%
	Parda	33.101.546	66,7%	5.269.746	84,8%	18.685.286	76,8%	6.597.204	52,5%	721.822	19,2%	1.827.488	66,5%
	Indígena	380.063	0,8%	156.262	2,5%	96.613	0,4%	21.021	0,2%	32.530	0,9%	73.637	2,7%
	Sem informação	205.273	0,4%	16.506	0,3%	85.244	0,4%	71.987	0,6%	21.884	0,6%	9.652	0,4%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Extraído de *Ibid.*, p. 33.

No bloco destinado à escolaridade, há uma caracterização do grau de instrução de cada integrante da família (tabela 2).

No bloco sobre trabalho e remuneração há informações concernentes aos integrantes da família (considerados os membros de 10 anos de idade ou mais) sobre o exercício de trabalho remunerado, a quantidade de meses de trabalho remunerado exercido, o valor da remuneração e também se indaga sobre pensões, aposentadorias, benefícios socioassistenciais e outras fontes de remuneração. Apesar deste bloco ser à primeira vista de interesse para esta pesquisa (por abordar a temática do trabalho), não serão analisadas as informações nele contidas, pois não se está investigando o trabalho não remunerado e o trabalho remunerado e formal pode ser identificado pelo cruzamento com a RAIS. Assim, evitam-se as omissões e/ou subdeclarações por parte dos entrevistados, dado que – conforme mencionado, as informações são autodeclaratórias.

Tabela 2: Grau de instrução das pessoas de baixa renda e beneficiárias acima de 25 anos, por número de pessoas e percentual

CADASTRO ÚNICO	TOTAL	28.683.248	100,0%
	Sem instrução	4.374.657	15,3%
	Fundamental incompleto	14.706.417	51,3%
	Fundamental completo	2.336.803	8,1%
	Médio incompleto	1.734.082	6,0%
	Médio completo	2.999.737	10,5%
	Superior incomp. ou mais	179.512	0,6%
	Sem informação	2.352.040	8,2%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	19.520.721	100,0%
	Sem instrução	3.020.629	15,5%
	Fundamental incompleto	10.443.102	53,5%
	Fundamental completo	1.591.265	8,2%
	Médio incompleto	1.192.129	6,1%
	Médio completo	1.996.448	10,2%
	Superior incomp. ou mais	73.435	0,4%
	Sem informação	1.203.713	6,2%

Extraído de *Ibid.*, p. 35.

A exposição da lógica de funcionamento dos registros administrativos e de como as informações são apresentadas na base de dados faz-se relevante para que os procedimentos adotados possam ser testados e criticados. Soma-se a isso o fato de que o uso de documentos contendo orientações e métodos de análise dos dados produzidos pelos órgãos responsáveis pelos registros ou por órgãos acostumados a lidar com o tipo de dado produzido pelos órgãos públicos (casos do MTE, do MDS e do DIEESE) diminuem as possibilidades de utilização de um procedimento de análise equivocado. Daí o porquê de expor as orientações e recomendações e seguir (sempre que considerado adequado e possível) os mesmos métodos para a análise dos dados.

2.3 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Neste item, conforme lógica do item anterior, ao mesmo tempo em que se apresenta a Relação Anual de informações Sociais (RAIS), a partir de suas funções e principais variáveis, aproveita-se para realizar breve caracterização do perfil do mercado de trabalho formal brasileiro a partir de estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os estudos analisam o mercado formal, no período compreendido entre 2003 e 2009¹⁶, abordando informação baseadas nos indicadores de estoque, de escolaridade, de tipo de admissão e de desligamento, da remuneração média, da rotatividade e dos setores da atividade econômica. Este tipo de exposição foi escolhida para que a leitura acerca dos aspectos técnicos deste registro administrativo não se tornasse cansativa e pudesse ser imediatamente aplicada na interpretação das informações trazidas pelo DIEESE.

A RAIS é um “registro administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem vínculo empregatício no exercício” (BRASIL, 2010b, p. 5)¹⁷. Foi criada, originalmente, com fins administrativos para monitorar a mão de obra estrangeira no país, subsidiar o controle dos registros relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à arrecadação e concessão de benefícios previdenciários e para servir de base de cálculo tanto para o Programa de Integração Social (PIS) quanto para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), viabilizando o pagamento do abono salarial (BRASIL, 1975). Posteriormente, a RAIS passou a possibilitar a formulação de informações estatísticas importantes para a caracterização e o acompanhamento do mercado de trabalho formal. Note-se que, diferente de pesquisas domiciliares, como as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os produtos estatísticos oriundos da RAIS ocorrem no curso de sua função administrativa. Uma de suas características é a possibilidade de

¹⁶ Segundo consta neste estudo do Dieese (2012a), em abril de 2011, o MTE divulgou o resultado da RAIS para 2010. O país apresentou um total de 44.068.355 vínculos (crescimento de 6,9% sobre o estoque de emprego de 2009).

¹⁷ Também existe um tipo de declaração denominada RAIS Negativa, declarada pelos estabelecimentos sem vínculo empregatício. Segundo os dados, para o ano de 2009, dos 7,4 milhões estabelecimentos que declararam a RAIS, cerca de 4,2 milhões correspondem à RAIS Negativa e 3,2 milhões à RAIS com vínculos empregatícios.

Fonte:

http://www2.mte.gov.br/pdet/o_pdet/reg_admin/rais/apres_rais.asp

desagregação das informações em regiões, em mesorregiões, em microrregiões, em estados e em municípios. As principais variáveis são as que se referem ao emprego em 31 de dezembro do ano base, ao número de empregos por tamanho do estabelecimento, à massa salarial¹⁸, à nacionalidade do empregado, aos admitidos e desligados segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos.

Para subsidiar os estabelecimentos no preenchimento, anualmente, o MTE publica instruções para a declaração da RAIS por meio de portarias que, posteriormente, são transformadas em manual de orientações nas formas impressa e digital, disponibilizadas no próprio sítio do ministério. Nos manuais publicados entre os anos de 2003 e 2010, é possível notar a existência de uma regularidade em termos de estrutura e de informação e a não alteração do entendimento das variáveis ligadas às dimensões da precariedade.

Os dados contidos na RAIS, têm registrado, desde 1997, quando foi iniciado o processo de recebimento via internet (a partir do ano 2000, a RAIS passou a ser recebida somente por meios eletrônicos), avanços qualitativos e quantitativos. Em virtude do aumento do número de declarações em meio eletrônico, a cobertura aproximou-se de 97%, fazendo da RAIS um censo do mercado de trabalho formal.

A fim de auxiliar o entendimento das análises feitas a partir da RAIS, é necessário esclarecer alguns conceitos importantes e úteis a esta pesquisa. O primeiro deles refere-se à definição do conceito “vínculo empregatício”, entendido como a relação de emprego estabelecida sempre que ocorre trabalho remunerado podendo ser do tipo celetista, estatutária, temporária, avulsa, por prazo determinado ou intermediada pelo sindicato. Assim, o número de empregos corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados, notando-se que o número de empregos difere do número de pessoas empregadas, já que uma mesma pessoa pode acumular, na data de referência, mais de um emprego (BRASIL, 2010b). De acordo com as informações disponíveis sobre vínculos empregatícios, há duas maneiras de se medir a evolução do nível de emprego: comparação de estoques (número de empregos) em determinado período e somatório das admissões e desligamentos. Diferentemente de pesquisas domiciliares (que captam apenas o número de empregos), a RAIS capta ambas as possibilidades. Contudo, não se recomenda o cálculo a partir da segunda forma, pois estudos do ministério demonstraram desequilíbrio na

¹⁸ A massa salarial é o resultado do produto entre a remuneração média dos empregados em dezembro e o número de empregos existentes no dia 31 do mesmo mês identificado, desde 1999, em valor nominal (BRASIL, 2010b).

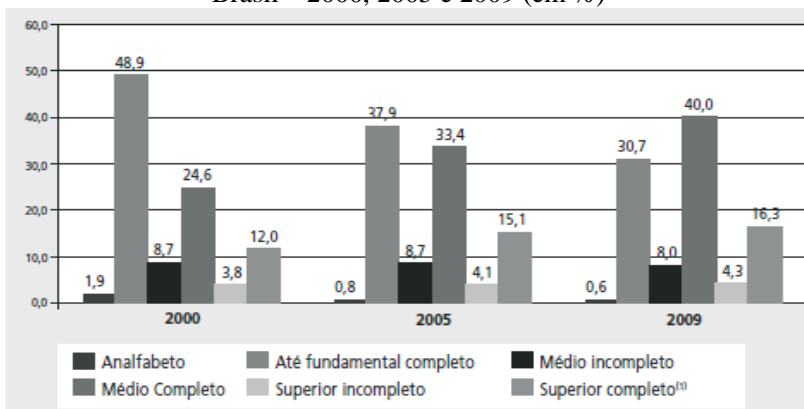
captação das informações relativas às admissões e desligamentos e, embora o procedimento seja realizado pelo próprio MTE, este sugere cautela na utilização deste método para setores geográficos menores. Neste trabalho, será adotado o primeiro método.

As informações tornadas pública pelo ministério por meio dos microdados disponibilizados no sítio eletrônico não são a totalidade das informações declaradas pelos estabelecimentos anualmente (diferente do Cadastro Único em que todas as variáveis passíveis de se tornarem estatística são tornadas públicas). Assim – a despeito do questionário da declaração não sofrer alteração substantiva – nas bases de dados dos anos 2003, 2004 e 2005 recebidas, há um total de 41 variáveis disponíveis; no ano de 2006, há 44 variáveis; em 2007, o número de variáveis salta para 60 e assim se mantém para os anos 2008, 2009 e 2010¹⁹.

O trabalho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2012a) propõe interface com as recentes discussões sobre o trabalho decente ao analisar indicadores como a escolaridade de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras, as formas e exigências para admissão no emprego formal, a relação entre desligamento e tempo de permanência no emprego e ainda as diferenças de inserção e de remuneração – entre homens e mulheres. A exposição destes indicadores também dialoga com algumas vertentes de análise do trabalho precário – como as que procedem aos recortes escolaridade, gênero e idade. Apesar de não se proceder às análises focadas nestas segmentações, a exposição das estatísticas serve como ilustração do caso brasileiro ao mesmo tempo em que traça o perfil do mercado de trabalho formal para o período estudado. A primeira constatação que o departamento realiza é a de que, em 2009, aproximadamente, metade dos trabalhadores formais brasileiros possuía o ensino médio completo ou incompleto enquanto que para o início da década, os trabalhadores que tinham estudado até o nível médio representavam um terço do total do estoque (gráfico 4). No início dos anos 2000, 48,9% do mercado de trabalho formal era ocupado por trabalhadores com nível fundamental ou inferior, acrescenta-se os analfabetos chegava-se a mais de 50,0% (BRASIL, 2012a).

¹⁹ Na verdade, nos anos de 2009 e 2010, a base de dados conta com 59 variáveis, pois está ausente informação sobre o dia de desligamento. Em informação prestada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) consta que para os anos mencionados houve problema operacional na disponibilização destas informações, mas que elas podem ser recuperadas no caso de solicitação.

Gráfico 4: Grau de escolaridade dos trabalhadores formais
Brasil – 2000, 2005 e 2009 (em %)



Fonte: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completo inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado

Extraído de *Ibid.*, p.84.

No que se refere ao gênero, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (BRASIL, 2012a), a inserção feminina no mercado de trabalho formal cresceu em ocupações de nível superior e as mulheres passaram a representar 59,1% dos empregos com esse grau de escolaridade (no início da década, eram 55,4%). A participação das mulheres entre os trabalhadores que ocupam as faixas que vão do analfabetismo até o ensino médio completo caiu ao longo da década (tabela 3).

Tabela 3: Proporção de mulheres entre os trabalhadores formais por grau de instrução – Brasil 2000, 2005 e 2009 (em %)

Grau de instrução	2000	2005	2009
Analfabeto	27,8	18,5	18,7
Até 5º ano do fundamental incompleto	23,0	22,5	21,5
5º ano completo do fundamental	27,0	26,2	26,2
6º a 9º ano do fundamental	28,4	28,0	27,6
Fundamental completo	32,3	31,2	32,0
Médio incompleto	37,0	34,8	34,2
Médio completo	50,9	46,7	44,8
Superior incompleto	51,4	52,6	51,9
Superior completo	55,4	57,6	59,1
Mestrado	39,5	n.d.	54,7
Doutorado	27,8	n.d.	44,6
TOTAL	23,0	40,3	41,4

Fonte: MTE. Raís
Elaboração: DIEESE

Extraído do Ibid., p.85.

Os tipos de contratos de trabalho, segundo os registros administrativos da RAIS, são bem diversificados sob vários aspectos: quanto ao empregador, há indicação se o contrato é de natureza pública ou privada e se foi realizado por pessoa física ou jurídica; quanto ao prazo, há previsão se o contrato é por prazo indeterminado, determinado, temporário e por obra certa; quanto à dimensão espacial da atividade produtiva, há indicação se o contrato é de natureza urbana ou rural. O conjunto de contratos previstos na classificação da RAIS é apresentado conforme a seguinte descrição da tabela 4.

Tabela 4: Distribuição do total de vínculos, por tipo de contrato Brasil – 2000, 2005 e 2009 (em %)

Tipo de contrato	2000	2005	2009
Trabalhador urbano contratado por prazo indeterminado	75,2	74,0	76,3
Trabalhador rural contratado por prazo indeterminado	4,2	4,8	3,8
Servidor público estatutário	13,2	12,6	12,1
Servidor público não efetivo	2,4	3,5	3,1
Trabalhador temporário	2,5	2,4	1,8
Trabalhador urbano - prazo determinado ou obra certa	1,0	1,1	0,9
Trabalhador rural - prazo determinado ou obra certa	0,9	0,7	0,5
Outros	0,5	1,0	1,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. RAIS
Elaboração: DIEESE

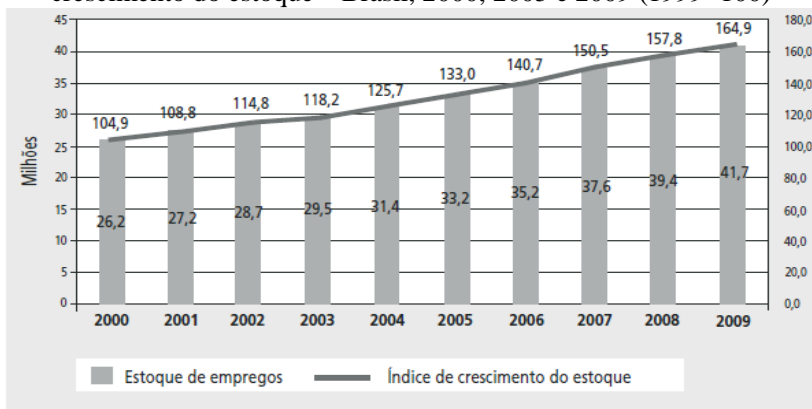
Extraído de Ibid., p.62.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2012a), na RAIS de 2009, o número de empregados formais

foi 64,9% acima do observado em 1999, significando que, no período analisado, o mercado de trabalho absorveu a entrada de 15 milhões de vínculos com contrato formal, chegando ao último ano da série com 41,2 milhões de postos formalizados. Destaca-se que o crescimento do estoque foi maior a partir de 2004, pois entre 1999 e 2003, o número de vínculos cresceu 18,2%, ao passo que a variação relativa entre 2003 e 2009 acumulou um total de 39,7% (gráfico 5).

Com vistas a identificar os trabalhadores que têm direito ao benefício do abono salarial, está contido na RAIS um campo destinado ao preenchimento das informações relativas às remunerações mensais devidas, isto é, pagas ou não, informadas mês a mês. Como remuneração são considerados os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens adicionais, gratificações (BRASIL, 2010b) e orienta-se a não inclusão de valores referentes ao décimo terceiro salário, à indenização por demissão, salário maternidade, salários família e outros (BRASIL, 2011).

Gráfico 5: Estoque de empregos formais e evolução do índice de crescimento do estoque – Brasil, 2000, 2005 e 2009 (1999=100)



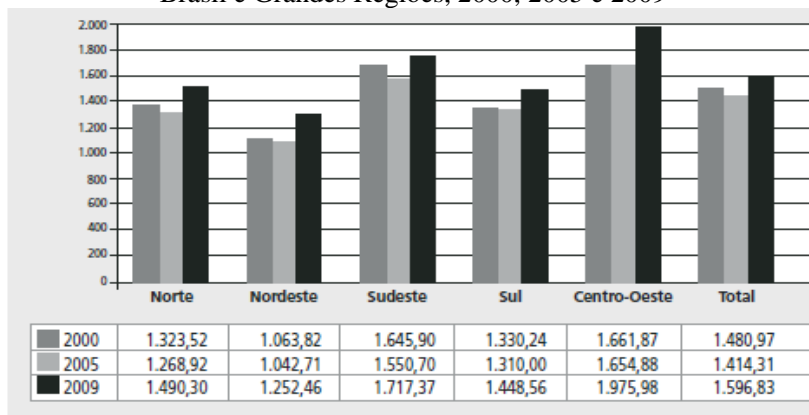
Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Extraído de Ibid., p. 79.

Para o cálculo da remuneração média mensal é realizada média aritmética das remunerações individuais no mês de referência que por sua vez é convertida em salário mínimo do período vigente do ano base. Na base de dados, essas informações aparecem condensadas sob a denominação remuneração média e ao analisar este indicador o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2012a)

encontra uma tendência de crescimento, pois entre 2000 e 2009, a remuneração real média dos trabalhadores formais brasileiros cresceu 7,8%, saindo de R\$ 1.480,97 para R\$ 1.596,83 com período de decréscimo entre 2000 e 2005 (gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução da remuneração média real
Brasil e Grandes Regiões, 2000, 2005 e 2009



Fonte: MTE. Rais

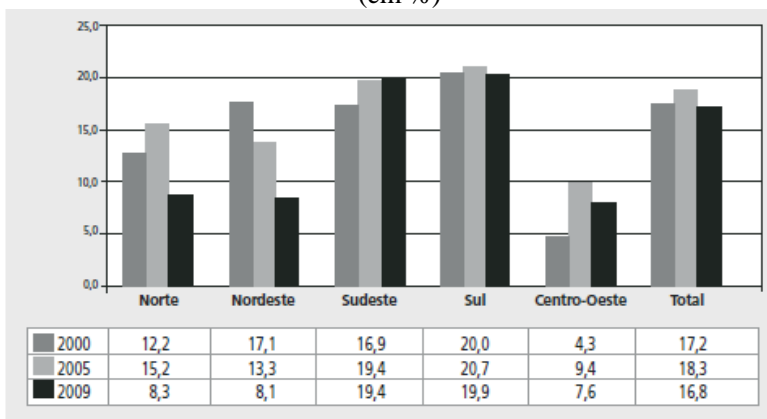
Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores monetários deflacionados pelo INPC, em valores reais de abril de 2011

Extraído de Ibid., p.92.

Ao comparar as remunerações para homens e mulheres, nota-se para o Brasil, uma leve queda na diferença (hiato), pois em 2000 as mulheres recebiam 17,2% menos que os homens e em 2009 a diferença foi de 16,8% (gráfico 7).

Gráfico 7: Hiato na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ^{(1) (2)} – Brasil e Grandes Regiões, 2000, 2005 e 2009 (em %)



Fonte: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valores monetários corrigidos pelo INPC, em valores reais de abril de 2011

(2) Hiato significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

Extraído de Ibid, p.94

Para demonstrar um exemplo de desagregação regional, considerando-se as grandes regiões brasileiras, houve queda, mesmo que leve, na diferença remuneratória entre homens e mulheres em todas as regiões brasileiras, com exceção do Sudeste (de 16,9%, em 2000 para 19,4%, em 2009) e merece destaque a região Nordeste onde houve a queda mais expressiva passando de 17,1% para 8,1%. É encontrada ainda uma discrepância entre as remunerações médias entre homens e mulheres que teria se invertido em dois setores com os homens recebendo rendas menores. Isso ocorreu na construção civil, para todos os períodos analisados, e com a indústria extrativa mineral, em 2009 (tabela 5).

Outro conceito importante refere-se ao tipo de trabalhador. Este pode ser classificado em celetista, avulso, temporário e trabalhador por prazo determinado. O trabalhador celetista é aquele cuja relação de emprego é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no setor público ou privado. O trabalhador avulso é “aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra (...) ou do sindicato da categoria” (BRASIL, 1999) como exemplo, podem ser citados os estivadores, vigias portuários, conferentes de carga e descarga. O trabalhador temporário é aquele que presta

trabalho a uma empresa visando atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente, ou a acréscimo extraordinário de serviço (BRASIL, 1974). Por fim, o trabalhador por prazo determinado é aquele que pode ser contratado por um período máximo de 2 anos, desde que o tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo²⁰.

Tabela 5: Hiato na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ⁽¹⁾ ⁽²⁾ por setores de atividade – Brasil, 2000, 2005 e 2009 (em %)

Setores de atividade	2000	2005	2009
Administração pública	28,7	28,5	28,2
Agropecuária	9,8	15,9	19,4
Comércio	20,5	19,7	19,3
Construção civil	-11,9	-7,6	-10,8
Extrativa mineral	9,6	10,0	-10,7
Indústria de transformação	38,8	38,2	35,8
Siup	9,8	12,6	7,1
Serviços	19,6	20,0	18,9
TOTAL	17,2	18,3	16,8

Fonte: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em valores reais de abril de 2011

(2) Hiato na remuneração significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

Extraído de Ibid., p.95²¹.

A noção de estabelecimento²² contida na RAIS considera a unidade de cada empresa separada espacialmente, isto é, com endereços distintos, ressaltando que diversas linhas de produção são consideradas como um único estabelecimento desde que localizadas em um mesmo prédio. O tamanho de cada estabelecimento é determinado pelo número de empregos existentes em 31 de dezembro do ano base, sendo que os estabelecimentos de tamanho zero são aqueles que não possuíam

²⁰ Para entender o contrato por tempo determinado ver http://www.sato.adm.br/guiadp/paginas/paral_contr_prazo_det_lei_9601-98.htm.

²¹ Onde se lê total, leia-se geral.

²² Alguns procedimentos realizados por BRASIL (2010b): para os estabelecimentos com mais de uma atividade econômica é considerada a atividade principal; atividades referentes a escritórios e depósitos administrativos ou de representação de empresas são colocados na atividade principal da matriz; considera-se “não declarada” as atividades omissas ou inválidas.

empregados na data citada, mas que tiveram pelo menos 1 empregado ao longo do ano (BRASIL, 2010b).

Sobre a noção do conceito inscrita na variável relacionada à atividade econômica, algumas considerações são necessárias. Segundo Brasil (2010b), embora houvesse obrigatoriedade da utilização da classificação das atividades econômicas estabelecida pelo IBGE nas declarações da RAIS no período compreendido entre 1985 e 1993, na elaboração das estatísticas, utilizava-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE)²³. Somente a partir de 1994, o MTE assume a atividade econômica em concordância com a CNAE/95. Contudo, para manter a comparabilidade entre os dados, elaborou-se uma compatibilização com o código do IBGE²⁴.

Como o período aqui analisado está entre 2003 e 2010, é preciso que se diga que em 2002 foi realizada a primeira revisão da CNAE/95, denominada CNAE 1.0, cujo objetivo era evidenciar a especificidade nacional preservando as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que a comparabilidade internacional fosse possível (BRASIL, 2010b). Ainda no período estudado, note-se que, no ano de 2006, a RAIS passa a captar informações segundo o novo código de atividade econômica – CNAE 2.0, contudo perseguindo o objetivo de manter a comparabilidade para preservação de uma série histórica, o ministério divulga as estatísticas segundo a CNAE 1.0 adotando uma tábua de conversão da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0. A CNAE 2.0 é estruturada em 5 níveis: o nível 1 possui 21 seções; o nível 2, 87 divisões; o nível 3, 285 grupos; o nível 4, 673 classes e o nível 5 possui, 1301 subclasses. O procedimento é realizado com limitações, pois há variação significativa nas classes e grupos de algumas situações e estão disponíveis, a partir da RAIS de 2006, apenas as desagregações em níveis de divisão e seção. Associando as variáveis setores de atividades, conforme CNAE, e remuneração pode-se observar (gráfico 8) uma tendência de aumento na remuneração em todos os setores, com exceção do setor de serviços, cuja remuneração média diminui de R\$ 1,595, 96 para R\$ 1.574,72 entre os anos 2000 e 2009. O destaque é do setor extrativista mineral cuja remuneração média salta de R\$ 1.762,37 para R\$ 4.417,68²⁵.

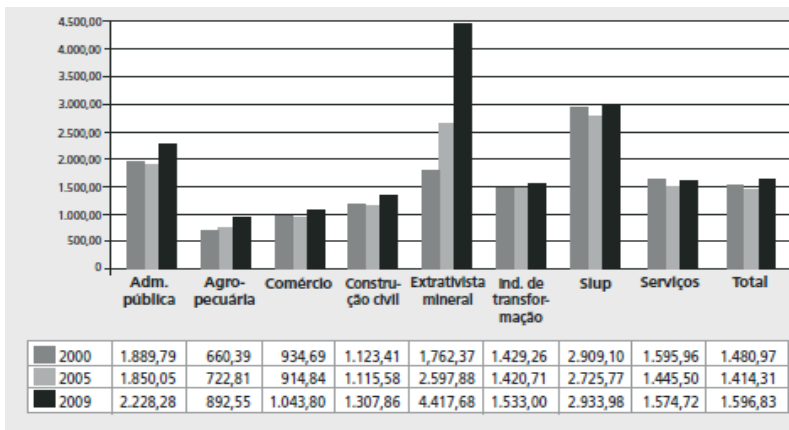
²³ Para mais informações, ver www.cnae.ibge.gov.br.

²⁴ Há uma ressalva quanto à compatibilização, pois não há boa correlação na desagregação acima de 26 setores (BRASIL, 2010b).

²⁵ Outro conceito que vale menção em nota pelo seu uso recorrente é o que alude à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) cujo conteúdo reconhece,

Ainda abordando alguns conceitos, outras importantes denominações são as relacionadas aos conceitos de admissão e desligamentos dizem respeito “às alterações de emprego ocorridas no estabelecimento, incluindo as transferências de empregados de um estabelecimento para outro da mesma empresa” (BRASIL, 2010b, p. 8). Considera-se admissão toda entrada do trabalhador no estabelecimento no ano e por desligamento toda saída do trabalhador por qualquer motivo.

Gráfico 8: Evolução da remuneração média real por setores de atividade – Brasil, 2000, 2005 e 2009



Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores monetários deflacionados pelo INPC, em valores reais de abril de 2011

Extraído de Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, 2012a, p.89.

Observação: a sigla “Slup” significa serviços industriais de utilidade pública (gás, energia elétrica, água e esgoto).

nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua estrutura contém 10 grandes grupos, seguida por 47 subgrupos principais, 192 subgrupos, 596 grupos de base ou famílias ocupacionais em que se agrupam 2422 ocupações e cerca de 7.258 títulos sinônimos. Como o tipo de ocupação não será utilizado para a análise das dimensões da precariedade, esta variável não será analisada. Na CBO de 2002 o conjunto de ocupações similares é descrito por famílias e somente está contemplada na RAIS a partir de 2003. Para mais informações sobre a Classificação Brasileira de Ocupações consultar <http://www.mtecebo.gov.br>.

No período de 2003 a 2010, apesar dos recordes anuais e mensais de geração de emprego, ao mesmo tempo em que ocorre um grande número de contratações há um número expressivo de desligamentos que não diminui com o crescimento econômico (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011). À esta entrada e saída do mercado de trabalho formal denomina-se rotatividade, seu uso é consagrado na literatura como proxy da substituição no mercado de trabalho. Assim, o valor mínimo entre as admissões e os desligamentos é utilizado como indicador do volume de substituição. O procedimento é assim realizado, por desconsiderar no cálculo a variação líquida da movimentação anual na determinação do saldo e o pressuposto envolvido é o de que sendo a admissão maior que o desligamento, o volume deve-se à necessidade de substituição nos postos de trabalho (considera-se que houve uma expansão do emprego); sendo o desligamento superior à admissão, o volume deve-se à necessidade de reposição dos postos de trabalho (considera-se que houve uma redução do emprego). Para dizer de outra forma,

a mensuração da rotatividade, com base no critério do mínimo entre admitidos e desligados, utiliza a informação totalizada do menor valor destas informações, tanto no cálculo da rotatividade do mercado de trabalho quanto no cálculo da rotatividade dos setores das atividades econômicas. O cálculo da rotatividade, além de ser indicador da substituição, é também um indicador da flexibilidade quantitativa no mercado de trabalho (Ibid., p.87).

Em suma, a rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, isto é, desligamento seguido de admissão.

Além do cálculo da taxa de rotatividade mais disseminada, há possibilidade de se calcular a taxa de rotatividade descontada (para ambas são utilizadas as informações da RAIS referentes a 31 de dezembro de cada ano). Nesta, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2011), são desconsiderados os desligamentos que não caracterizam, necessariamente, demissões imotivadas, isto é, desconsideram-se as demissões a pedido do trabalhador (ou voluntárias), os desligamentos em virtude de morte, as aposentadorias e as transferências que implicam apenas mudança contratual (tabelas 6 e 7). Os motivos desconsiderados no cálculo da taxa descontada expressam as

demissões que não dependem de decisões unilaterais das empresas, pois são ligadas ao trabalhador – ressalvando-se que alguns dos motivos pode ocorrer por influência da empresa, como é o caso de falecimentos em função de acidentes de trabalho (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011).

Tabela 6: Taxas de rotatividade por ano

Ano	Taxa (%)	Taxa descontada (%)
2001	45,1	34,5
2004	43,6	32,9
2007	46,8	34,3
2008	52,5	37,5
2009	49,4	36
2010	53,8	37,2

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, 2011, p.13-14.

Elaboração própria.

As principais observações realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2011) é de que os setores com as maiores taxas de rotatividade – construção civil e agrícola – são atividades sazonais, razão que contribui para seus altos valores. Taxas superiores a 100% - caso da construção civil – significam que, para cada vínculo do estoque médio do setor, existiram um ou mais vínculos desligados.

Tabela 7: Taxas de rotatividade, segundo setor de atividade econômica, para o ano de 2009

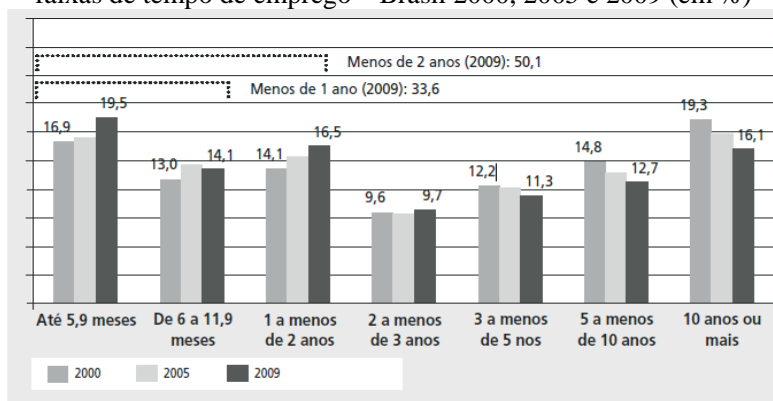
Setor	Taxa (%)	Taxa descontada (%)
Construção civil	108	86
Agrícola	98	74
Comércio	58	42
Serviços	54	38
Indústria de transformação	50	37
Indústria extrativa mineral	27	20
Serviços industriais de utilidade pública	25	17
Administração pública	15	11

Informações extraídas de Ibid., p.14.

Elaboração própria.

Também é possível analisar a partir da base de dados da RAIS, o tempo que duram os contratos de trabalho – identificadas na base na variável tempo de emprego (gráfico 9). Uma característica do mercado de trabalho brasileiro é a curta duração dos contratos de trabalho, observada pelo peso percentual dos contratos com menos de 1 ano de duração que representavam 29,9%, em 2000, e 33,6% em 2009, com significativa participação dos contratos com menos de 6 meses (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011).

Gráfico 9: Distribuição dos vínculos ativos em 31 de dezembro por faixas de tempo de emprego – Brasil 2000, 2005 e 2009 (em %)



Extraído de *Ibid.*, p. 53.

Algumas informações adicionais são trazidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2012a). Segundo este, embora o mercado de trabalho possua, em 2009, 52,3% de trabalhadores com até 29 anos, o componente de rotatividade é elevado pois 74,5% dos celetistas, por exemplo, foram admitidos por reemprego e apenas 18,5% pelo primeiro emprego.

De acordo com Brasil (2010b) as principais vantagens relacionadas ao uso dos registros administrativos sob sua responsabilidade são a sua abrangência e a diversidade de cruzamentos. Como limitações salientam-se a omissão de declaração dos estabelecimentos (frequente nos municípios pequenos) e os erros de preenchimento, (exemplificados pelas declarações agregadas na matriz quando o correto seria o fornecimento das informações por

estabelecimento). Observa ainda o ministério que em setores como a construção civil, a agricultura e a administração pública são constatadas as maiores fragilidades na qualidade das informações.

Neste capítulo, portanto, tornam-se expressos o enfoque dado às estatísticas, explanam-se os registros administrativos utilizados e técnicas de análise visando estabelecer a base de compreensão do modelo de análise.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PRECARIIDADE

3.1 Precariedade: surgimento, contorno e análises

Na busca da origem da noção de precariedade, Demazière (2009) nos diz que sua associação original liga-se à pobreza e à privação econômica, pois o termo teria sido utilizado para fazer referência a famílias expostas à desestruturação e carentes de socorro financeiro (PITROU, 1978 apud DEMAZIÈRE, 2009). Entretanto, com o passar do tempo, o termo teria adquirido um sentido que o situa ao lado do emprego e do desemprego passando a designar um

fenômeno social considerado como central e negativo, caracterizado pela fragmentação dos estatutos de emprego e pela multiplicação de formas de emprego atípicas e menos protetoras do que o contrato por prazo indeterminado (CDI) por tempo integral e com uma única empresa, que se tornou a norma de emprego de referência com a generalização do assalariamento ao longo das décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial (Ibid., p.101-102).

O aparecimento e a instalação do desemprego em massa teriam deslocado a acepção sociológica inicial do termo precariedade passando a designar uma noção de vulnerabilidade que dizia respeito à perda do emprego ou à ocupação de empregos com frágil proteção diante do risco de desemprego (DEMAZIÈRE, 2009). De acordo com Hirata e Préteceille (2002), o tema da precarização socioeconômica encontra-se há pelo menos quinze anos no debate central das ciências sociais francesa, sendo que o termo precarização aparece em sociologia e economia desde os anos iniciais da década de 1980 (embora se considere como pioneiro o artigo de J. Magaud, de 1974²⁶, em que é analisado o surgimento do emprego precário no setor público da França).

Conforme Demazière (2009), a ideia de emprego precário na França, foi descrita e situada – em artigo de Dominique Schnapper²⁷ – como uma das cinco categorias que formam uma hierarquia de estatutos sociais, levando em consideração as relações dos indivíduos com o

²⁶ Refere-se à MAGAUD, Jacques. *Vrais et faux salariés. Sociologie du travail*, [S.l], n.1/74, 1974.

²⁷ Refere-se à SCHNAPPER, Dominique. *Rapport à l'emploi, protection et statuts sociaux, Revue Française de Sociologie*, 30-1, p. 3-29.1989.

emprego e com os direitos no sistema de proteção social. A primeira categoria é composta pelo “emprego com estatuto” estável e permanente, exemplificado pelo emprego público; na segunda, estaria o “emprego sem estatuto”²⁸ composto pelos empregos precários, temporários e formas atípicas de emprego que se colocam no meio do caminho entre emprego permanente e desemprego; na terceira, há “os estatutos derivados do emprego” que garantem direitos adquiridos pela ocupação de um emprego (desempregados que recebem seguro desemprego, trabalhadores que retomam sua atividade, seriam alguns dos exemplos); na quarta, há os “estatutos nascidos da proteção social” em que se encontram os direitos que independem do emprego, vinculando-se à assistência social; na quinta, e última, se encontra os “sem estatuto” caracterizados pela ausência de qualquer direito à solidariedade nacional e à cobertura.

Já na observação acerca da obra de Serge Paugam²⁹, Demazière (2009) ressalta que a abordagem do autor pode ser vista como uma contribuição que desvincula a precariedade do emprego da acepção francesa inicial. A circunscrição da precariedade ao estatuto do emprego e às características do contrato de trabalho já não seriam suficientes para compreender o fenômeno, pois o contrato de trabalho por tempo determinado também poderia ser considerado precário caso estivesse ameaçado ou desprestigiado. Segundo Demazière (2009), na obra de Paugam, são destacados três subconjuntos que caracterizariam a precariedade: os assalariados titulares de contratos com “estatuto precário”, somados aos assalariados subempregados (trabalhadores de tempo parcial) e aos titulares de empregos estáveis “desestabilizados” (emprego incerto que impossibilita a previsão do futuro profissional, caracterizado por vulnerabilidade econômica e restrição, potencial ao menos, dos direitos sociais). A concepção de Paugam permitiria visualizar questões relacionadas à continuidade/descontinuidade dos percursos profissionais apesar de tornar bastante complicada a apreensão estatística da precariedade do emprego (DEMAZIÈRE, 2009). Considerando, ainda, a obra de Paugam, Hirata e Préteceille (2002) mencionam seu trabalho que mostra, embasado em dados estatísticos nacionais, o lugar negativo dos operários na evolução das condições de trabalho e de emprego. A partir de uma pesquisa com assalariados de quinze empresas, Paugam

²⁸ Segundo Demazière (2009) é a categoria dos “empregos sem estatuto”, que delimita o universo da precariedade na França. A categoria corresponde às agregações estatísticas efetuadas pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* - INSEE.

²⁹ Refere-se à PAUGAM, Serge. *Le salarié de la précarité*. Paris: PUF, 2000.

constrói uma tipologia de integração profissional distinguindo quatro modalidades: integração garantida (conjugação de estabilidade de emprego e satisfação no trabalho); integração incerta (condição de trabalho satisfatória e emprego globalmente ameaçado); integração laboriosa (descontentamento com o trabalho, mas empregos relativamente protegidos); integração desqualificante (insatisfação com o trabalho e insegurança do emprego).

Assim, com diferentes caracterizações, a noção de precariedade na França, teria se tornado ampla e abrangente, tornando difícil atribuir-lhe um conteúdo analítico e preciso que pudesse ser traduzido em indicadores estatísticos descritivos, tendo a sociologia contribuído para um enriquecimento e ampliação da noção mais do que à atribuição de um conteúdo exato (DEMAZIÈRE, 2009). A ampliação do conceito é importante ao permitir a agregação de diferentes manifestações do fenômeno, contudo, o alargamento de sua noção dificulta o entendimento de algumas conjunturas e, especialmente, a análise comparativa. Reconhecendo o enriquecimento do debate acerca da precariedade a partir da agregação de diversas dimensões, a visão ampla do fenômeno será deixada de lado nesta pesquisa, pois a ideia é a de definir indicadores analíticos – os mais precisos possíveis – para que se possa estabelecer algumas descrições, conexões e explicações circunscritas aos aspectos aqui considerados. No limite, há uma dimensão incontornável da precariedade do emprego, atualmente, que se resume na exposição do trabalhador à incerteza e à insegurança. Eis que,

com efeito, a descontinuidade aparece como um componente fundador da precariedade de emprego. É, aliás, a descontinuidade o que a língua identifica quando ela designa as formas atípicas de emprego: contrato por tempo determinado, trabalho temporário, ou ainda, trabalho por tempo parcial. (...) para além do mero quadro jurídico, a volatilidade das condições de emprego, uma forte rotatividade, a mortalidade rápida de pequenas empresas artesanais ou, ainda, certas formas de trabalho independente ou de terceirização podem ser considerados como manifestações da descontinuidade e como expressão de uma determinada precariedade (Ibid., p. 106).

Para Demazière (2009) mesmo essa dimensão incontornável ainda permanece vaga e polissêmica e se afirma, de início, com referência

ao seu contrário, ou seja, aquilo que não é precário, é normal. Para a conjuntura francesa, a situação normal é o contrato por tempo indeterminado, referência legal em que se apoia a percepção sobre o que seria aceitável no mercado de trabalho. Entretanto, as formas jurídicas alcançadas pela precariedade do emprego – ainda considerando a situação francesa³⁰ – sofreram transformação ao longo do tempo, sendo possível identificar três grandes períodos. Até 1945, não há norma definida para o emprego e a maior distinção ocorre entre o trabalho assalariado e o trabalho independente; durante as décadas de 1950 e 1970, é construída a norma jurídica do emprego típico, fazendo com que as formas atípicas de empregos existentes outrora recuem; por fim, a partir da década de 1970, aparecem novas situações atípicas de emprego para as quais vão sendo construídas normas jurídicas que alteram as normas típicas construídas no período anterior (DEMAZIÈRE, 2009). Esta observação do comportamento do fenômeno da precariedade no campo jurídico permite ao autor formular a hipótese de que “se a precariedade do emprego aumentou, ela, antes de qualquer coisa, mudou de forma e se inscreve em regimes jurídicos renovados” (Ibid., p. 112). Além disso, o que diferencia a precariedade de outrora da precariedade contemporânea é a maneira como as incertezas relacionadas ao emprego encontram-se sob pressão direta do mercado, relegando ao estado a função de único recurso diante de suas coerções. Pressionado, o estado atua na formalização legal de novos estatutos do emprego, provendo de forma jurídica as configurações que vão surgindo. Assim, o autor pergunta se não se encaminha para um período de construção de novas normas de emprego nas quais as formas de emprego atípicas, ao invés de serem consideradas transgressões da norma, abririam uma via para a normatização instável do emprego (DEMAZIÈRE, 2009).

Partilhando da importância atribuída ao fenômeno da precariedade e considerando-o algo que se expressa de forma distinta nos diferentes países, surgiram estudos com diferentes entendimentos sobre o que caracterizaria um trabalho precário. Segundo Oliveira e Carvalho (2008), observando a precariedade na Europa,

a definição de precariedade do emprego é objeto de controvérsias no campo da sociologia e tem mesmo

³⁰ O debate dos autores brasileiros sobre a temática, do ponto de vista aqui abordado, realiza-se com vigor no diálogo com a literatura francesa, embora haja referência a autores portugueses (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008), britânico (STANDING, 2014) e norueguês (KALLEBERG, 2009).

significados diferentes segundo os países. Os franceses e os alemães, por exemplo, nos anos 1990, quando falavam em precariedade, referiam-se à instabilidade do emprego decorrente do uso crescente de contratos de emprego a termo certo, enquanto os ingleses, para as mesmas condições de emprego, preocupavam-se, sobretudo, com os baixos salários e as más condições de trabalho que lhes eram inerentes (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008, p. 563).

Segundo aponta Alves (2013a), a caracterização da precariedade do trabalho na literatura europeia é feita a partir dos *bad jobs* ou *poor jobs*, modalidades de trabalho que se contrapõem ao contrato de trabalho tradicional capaz de assegurar proteção social. Segundo o autor, estas modalidades de trabalho seriam os trabalhos precários propriamente ditos, caracterizados pela ausência de segurança no emprego, descontinuidade nos tempos de trabalho, baixos salários e falta de benefícios sociais. Para Mattoso (1995), trabalho precário refere-se à “ampliação do trabalho assalariado sem carteira profissional e do trabalho independente (por conta própria). É identificado pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial” (Ibid., p. 8). Já a Organização Internacional do Trabalho (2012) concebe o trabalho precário como um meio que os empregadores possuem de transferir os riscos e responsabilidades aos trabalhadores, que pode estar presente tanto na esfera formal quanto na informal, e que se caracteriza objetiva e subjetivamente pela insegurança e incerteza relacionadas à duração do emprego, à proteção social, à falta de benefícios, à falta de adesão sindical, além da remuneração baixa.

Assim, nos países considerados desenvolvidos, as dimensões-chave para a definição do trabalho precário estão frequentemente associadas às desigualdades de salários e de segurança existentes entre os acordos normatizados (formais) e os não normatizados (informais). Além disso, o termo precariedade é muitas vezes associado ao movimento social europeu que o utilizava em protesto contra o declínio do trabalho seguro e das proteções sociais (KALLEBERG, 2009). Segundo Standing (2014), após a Segunda Guerra Mundial, social-democratas, partidos trabalhistas e sindicatos perseguiram uma “cidadania industrial” baseada na garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança no trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação. É no período da “cidadania industrial” que se constrói o paradigma do emprego típico,

isto é, aquele realizado para um único empregador – geralmente por prazo indeterminado – por meio de contrato de trabalho, em um local definido, com tarefas executadas de modo contínuo em jornada integral e amparado por legislação³¹ (GALEAZZI; HOLZMANN, 2011).

A regulação do trabalho auferida no período da “cidadania industrial” foi de tal importância que se tornou parâmetro para o entendimento do termo precarização. Este é empregado, contemporaneamente, para descrever o processo de redução ou supressão de direitos laborais oriundos da expansão de formas de inserção no mercado de trabalho distintas do padrão assalariado e protegido (GALEAZZI; HOLZMANN, 2011). A construção deste padrão assalariado e protegido também é associado à construção do Estado de Bem Estar Social em que houve salários reais crescentes, ampliação no nível global de emprego, taxas de desemprego reduzidas, expansão dos serviços, realização de obras de infraestrutura, melhoria no perfil distributivo e maior abrangência das políticas públicas. Ainda como característica do período, pode-se citar a existência de uma estrutura sindical forte e um sistema complexo de relações industriais que incluíam negociações coletivas de trabalho, treinamentos, promoções e escalas (GALEAZZI; HOLZMANN, 2011).

Embora haja um referencial utilizado como parâmetro para definir a precarização, é necessário lembrar que cada conjuntura histórica e social determina a abrangência e as dimensões do termo. Além disso, utilizar o padrão construído nos países europeus ditos desenvolvidos, após a Segunda Guerra, pode não auxiliar na compreensão e explicação de certas conjunturas. Note-se a interessante observação que segue:

(...) é imprescindível assinalar que se está diante de um processo ainda em curso e que a utilização do conceito de trabalho precário, construído a partir do paradigma do assalariamento, pode ter um alcance limitado para explicar uma conformação futura do mercado de trabalho (Ibid., p. 265)

De modo igualmente interessante se expressa outro autor no

³¹ Numa versão ampliada do conceito de emprego típico, segundo Galeazzi e Holzmann (2011), se integrariam indicadores de qualidade como rendimentos, benefícios não salariais, proteção social, indenização e qualificação. Assim, o trabalho precário poderia ser considerado a partir de duas dimensões: ausência/redução de direitos e qualidade no exercício da atividade.

trecho abaixo:

(...) mais do que uma tendência, esse momento [período entre 1945 e 1970] representou uma excepcionalidade, considerando as relações de trabalho numa perspectiva histórica, mas balizou a luta por conquista de direitos por parte dos trabalhadores e a crescente desilusão com as experiências do socialismo soviético (LIMA, 2014, p. 33).

Após os anos compreendidos entre 1945 e 1975, o capitalismo inicia um período de crise com determinações profundas calcadas no modo de produção. Contudo, segundo Antunes (1999), as causas da crise foram tratadas pelas forças da ordem apenas sob a dimensão fenomênica ao localizar para a solução do problema a reestruturação do padrão produtivo estruturado no binômio taylorismo-fordismo. A reestruturação possuía como objetivo repor o patamar de acumulação, por meio de novos e velhos mecanismos de acumulação e, visando maior dinamismo, gestou-se uma transição para uma nova forma de acumulação.

Nas palavras de Mattoso (1995),

a expansão do padrão de desenvolvimento norteamericano e a internacionalização da produção ocorridas no pós-guerra permitiram, por um lado, a recuperação japonesa e europeia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente dominância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho. Por outro lado, gestou uma nova crise, constituída a partir do final dos anos 60/início dos 70 e caracterizada por estagflação, instabilidade financeira e queda de produtividade, que acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos (Ibid., p. 55-56).

A consequência da acumulação flexível para o centro capitalista (Europa Ocidental e Estados Unidos) foi a debilitação da condição operária a partir da destruição das vantagens e benefícios do *welfare*

*state*³² (ALVES, 2000), elevando as taxas de desemprego estrutural ou tornando precário o mercado de trabalho (ANTUNES, 1995) e tendendo a impulsionar ainda mais a superexploração (ALVES, 2000). A associação entre a destruição do *welfare state* e a precariedade é algo específico do contexto europeu. Hirata e Prêteceille (2002), por exemplo, chamam a atenção para o fato de que o desmantelamento ou enfraquecimento do *welfare state* não são consideradas causas centrais na precarização socioeconômica quando se olha para o fenômeno em países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Segundo Freyssinet (2009), após a segunda crise do petróleo (em 1979), os países ocidentais adotaram programas de reformas estruturais com vistas a romper a rigidez das instituições que reduziam a eficácia do funcionamento do mercado de trabalho. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produz documento intitulado “Estratégia para o Emprego” que traduz de forma sistemática e influente essa orientação a todos os seus países membros. Para o autor, não se deve superestimar o efeito da orientação da OCDE, embora seja necessário reconhecer que “ela teve a vantagem de oferecer uma forma comum de entendimento. [e] É fácil identificá-lo nas reformas articuladas que afetaram as formas do trabalho, a organização do tempo de trabalho e o modo de determinação da relação salarial” (Ibid., p. 27).

Sob o impulso de uma mundialização do capital³³, houve o desenvolvimento da acumulação flexível - um novo tipo de acumulação capitalista imposto às corporações transnacionais. Esta acumulação decorreu da necessidade de reconstituição da base de valorização do capital debilitada por dois fatores: pelo desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial – que acabou por pressionar a lucratividade das corporações devido ao aumento da composição orgânica do capital – e pela criação do *welfare state* – empecilho ao capital erguido nos países

³² Cabe salientar a abrangência e o significado do estado de bem estar, pois o “*welfare state* era mais uma referência a ser seguida do que uma efetividade vivida pela maioria dos trabalhadores (...)” (LIMA, 2014, p. 41).

³³ Para Alves (2000), a mundialização do capital refere-se ao robustecimento ontológico do “sujeito” capital no plano mundial, ou seja, “[...] o capital impõe-se como ‘capital em geral’ e não propriamente como o capital em suas formas particulares, tais como capital comercial, capital industrial ou capital bancário. Na verdade, os ‘agentes’ do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria” (Ibid., p. 19-20).

capitalistas nos pós-Segunda Guerra Mundial. (ALVES, 2000, p. 16-17). Harvey (1992), calcado na obra de Karl Marx, assinala que não há nada de essencialmente novo no impulso à flexibilidade, pois o capital segue periodicamente este caminho. O próprio Alves (2011) lembra que existe perigo em exagerar a significação da categoria de “acumulação flexível”, pois uma das características histórico ontológica da produção capitalista é estar sempre procurando flexibilizar as condições de produção, principalmente da força de trabalho. Portanto, a acumulação capitalista é, em si, acumulação flexível de valor, que “surge ainda em seus primórdios quando o capital instaura o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção [...]” (Ibid., p. 412).

Além de não ser uma novidade e ser algo típico do capitalismo, importa salientar que, segundo Alves (2000), a categoria flexibilidade é dotada de um potencial ideológico (e político), sendo que a diferença em comparação a momentos históricos anteriores é sua nova maneira de se manifestar devido a sua velocidade, a sua intensidade, e, principalmente, a sua amplitude.

Segundo o autor,

o que torna a nova manifestação da categoria flexibilidade algo essencialmente novo, em termos qualitativos, é a sua vinculação estrutural ao estágio, também recente, do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital. [...] O capitalismo mundial sob a dominância financeira [...] tende a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das mercadorias. Por conseguinte, incrementa-se o poder das corporações transnacionais, verdadeiros “agentes” do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital – a acumulação flexível (Ibid., p. 26).

Assim, é a flexibilidade do trabalho, “compreendida como a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva” (Ibid., p. 25). A flexibilidade seria ainda, de acordo com Castel (2012), uma maneira de nomear a necessidade do ajuste do trabalhador moderno à sua tarefa – não se reduz apenas à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual – e exige que ele esteja imediatamente disponível para adaptar-se às

flutuações da demanda. Segundo o autor,

[...] Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna) (Ibid., p. 517).

Outro aspecto que pode ser atribuído à flexibilidade é identificado na observação realizada por Freyssinet (2009) de que na França, como no conjunto das economias de mercado, a partir da década de 1980, ocorre uma ofensiva em direção à flexibilização da relação salarial. Constatando, do mesmo modo, a intensidade do fenômeno da flexibilidade, o autor se coloca com um posicionamento dissonante ao afirmar que a amplitude deste movimento de flexibilização originou uma interpretação infundada, pois o movimento engendra duas exigências contraditórias relacionadas ao modo de utilização da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que o empresário busca minimizar o custo do salário e, como consequência, precariza os componentes da condição formal dos trabalhadores, há a busca pela maximização da produtividade, o que, com frequência, implica na manutenção de um certo grau de estabilização dos trabalhadores, de modo a produzir e utilizar suas capacidades de cooperação e qualificações específicas (FREYSSINET, 2009). Ao aspecto citado, soma-se um outro concernente ao fato de que todo empresário intenta enfraquecer o poder de negociação dos trabalhadores e colocá-los numa situação de instabilidade gerando concorrência e insegurança social. Entretanto, por outro lado, existiria um ponto a partir do qual o controle do empresário sobre a reprodução das relações sociais pode ser colocado em risco, o que faria com que as organizações patronais tivessem que fazer uso de formas de estabilização da relação salarial no longo prazo. Assim, o sistema capitalista não poderia levar a flexibilidade da relação salarial às últimas consequências, pois correria o risco da autodestruição. Isto exige que haja compromissos entre os elementos contraditórios e estes compromissos variam em função das “distintas fases do processo de acumulação, das estratégias adotadas pelas diferentes forças sociais e das relações de força que se estabelecem entre elas” (Ibid., p. 26).

Analisando o mesmo par antitético (estabilidade-instabilidade) que Freyssinet (2009), para Hirata e Prêteceille (2002), a transformação do mundo do trabalho exige a análise tanto da organização do trabalho nas empresas quanto do mercado de trabalho, devido à transformação do conteúdo das atividades e das formas de emprego. Da análise destes dois aspectos, decorreria uma aparente contradição já que, por um lado, a implantação de novos modelos requer certa estabilização e envolvimento do trabalhador no processo de trabalho, exigindo dele características como autonomia e iniciativa. Por outro, os vínculos empregatícios têm-se tornado cada vez mais instáveis e precários com a expansão das formas atípicas de emprego. Esta contradição opondo estabilidade à instabilidade seria fruto, tanto da flexibilidade interna à empresa, quanto da que ocorre no mercado de trabalho e no mercado de produto (adaptação da quantidade às flutuações da demanda). Assim, “as transformações da ação do Estado (...) e as políticas que estimulam a liberação dos encargos sociais, sobretudo no caso dos empregos em tempo parcial e dos empregos ditos ‘subsidiados’, concorrem para a implantação das políticas de flexibilidade nas empresas” (Ibid., p. 58). Recorrendo à pesquisa sobre condições do trabalho realizada pelo ministério do trabalho francês que acompanha, a cada sete anos, amostra representativa do assalariado, os autores concluem que a contradição exposta é menor do que parece, pois para o período entre 1984, 1991 e 1998 verifica-se uma degradação real das condições de trabalho, tanto pela intensificação do trabalho nos anos 1990 quanto pelo aumento da dependência em relação aos colegas e à hierarquia.

Retomando a análise de Freyssinet (2009) – cujo objetivo é demonstrar que a flexibilização não é ilimitada – na França, como em outros países da União Europeia, teria havido, nos últimos 25 anos, uma proliferação das “formas particulares de emprego”, isto é, das formas relativas a contratos de trabalho distintos da norma – tempo integral, de duração indeterminada, com empregador único. Estas “formas particulares de emprego” têm seu começo no início da década de 1980 e se processa por três vias principais. Na primeira, há maior flexibilidade para admitir o trabalho em tempo parcial e, em alguns períodos os empregadores são beneficiados com vantagens financeiras. Na segunda, amplia-se o leque de situações em que se pode utilizar o contrato de duração determinada e o trabalho temporário. Na terceira via, há a criação de novos tipos de contratos subsidiados cujo objetivo é favorecer a inserção e reinserção profissional (FREYSSINET, 2009). Apesar da proliferação, estas “formas particulares” ainda representam papel minoritário no universo do emprego (cerca de 11%) e, embora sejam

baixas quando se olha para o estoque total, representam dois terços no total dos “fluxos de mobilidade”, isto é, dois terços do movimento de entrada e saída das empresas. Mencionando o relatório produzido pelo *Conseil de l’Emploi, des Revenus et de la Cohésion Sociale* (CERC), o autor observa que no relatório há constatação do aumento da instabilidade do emprego a partir da década de 1980 – algo da ordem de 63% para o período de 1983 a 2002, concentrado nas pequenas empresas, nos segmentos terciário e mercantil e nos assalariados pouco qualificados ou ocupados em empregos precários.

Baseado nessas informações, o autor deriva duas conclusões. A primeira é de que não se concretizou o diagnóstico dos anos 1980 acerca da generalização das formas flexíveis de trabalho, porque a correlação de forças atuantes nos últimos anos “não permitiu a ofensiva radical contra as garantias do emprego [...] conquistadas pelos assalariados das grandes empresas e do setor público; essas garantias foram reduzidas apenas marginalmente” (Ibid., p. 29). Assim, a flexibilidade teria tido impacto global limitado, embora tenha sido grande o nível de insegurança para os atingidos. A segunda, é a de que não é possível empregar a ideia de dualismo (que oporia “protegidos” ou *insiders* a “excluídos” ou *outsiders*) ou a ideia de “mercado primário” versus “mercado secundário”, propondo uma interpretação calcada na ideia de segmentação dos mercados de trabalho que forneceria aos empregadores um leque de soluções a ser utilizado conforme o problema enfrentado. Segundo o autor,

estamos antes em presença de um processo de fortalecimento da *segmentação* dos mercados de trabalho, onde a estratégia dos empregadores não visa, como seu alvo principal, opor essas duas categorias de trabalhadores, mas pretende criar uma gama diversificada de soluções que lhes permita otimizar os modos de mobilização das forças de trabalho em função de necessidades dificilmente previsíveis (Ibid., p. 30).

A mesma tendência de crescimento do trabalho em tempo parcial e do trabalho por tempo determinado ocorreu em outros países da União Europeia quando se analisa o período entre 1993 e 2004. Para citar alguns exemplos, no que se refere ao trabalho em tempo parcial: o conjunto da União Europeia (EU 15) sai de 14,8% para 19,4%; a Itália sai de um percentual de 5,5%, em 1993, para 12,7%, em 2004; a França vai de 14,3% para 16,7%; o Reino Unido sai de 23,6% para 25,8%; a Espanha, de 6,4% para 8,7%; enquanto os Países Baixos saem de 35,2% para

45,5%. Considerando os percentuais relacionados ao contrato com duração determinada, tem-se para o mesmo período: União Europeia de 11% para 13,6%; Itália de 6,2% para 11,8%, França de 10,9% para 12,8%; Reino Unido de 6,3% para 6%; Espanha de 33% para 32,5%; Países Baixos de 10,5% para 14,8% (FREYSSINET, 2009). Segundo o autor, uma possível explicação para as distintas manifestações do fenômeno está relacionada ao grau de proteção do contrato de trabalho por tempo indeterminado, dadas às especificidades nacionais. Assim, por exemplo, no Reino Unido, devido à pouca proteção ao contrato por tempo indeterminado, os empregadores estariam menos interessados em fazer uso do contrato por tempo determinado. Fenômeno inverso ocorre na Espanha onde os contratos por tempo indeterminado são bastante protegidos e, conseqüentemente, geram elevados custos quando o trabalhador é demitido, fazendo com que houvesse utilização maciça do recurso ao contrato por tempo determinado.

Uma observação realizada quanto ao trabalho por tempo parcial (FREYSSINET, 2009) é a de que ele não pode ser interpretado exclusivamente como indicador de flexibilidade, pois tem se mostrado um fenômeno predominantemente feminino e sua utilização reflete especificidades nacionais entre os países da União Europeia quanto à divisão sexual do trabalho. É possível que o trabalho parcial feminino possa representar tanto uma marginalização (inserção de segunda categoria ou subordinada) quanto uma porta de entrada ao mercado de trabalho (estatuto transitório) a depender do país em que ocorre.

Da análise dos países membros da União Europeia, o autor afirma que se derivam conclusões bastante complexas embora “seja inquestionável a tendência a convergir com respeito ao aumento da flexibilidade da relação de emprego” [embora sejam] muito diversos os modos pelos quais tal tendência tem sido posta em prática” (Ibid., p. 31). Na União Europeia, dois objetivos principais se destacam na inclinação comum dos países em seguir uma tendência de flexibilização do tempo de trabalho, realizada a partir de modalidades distintas de acordo com as necessidades dos empregadores e com as particularidades do campo jurídico de cada país (FREYSSINET, 2009). O primeiro objetivo visa aumentar a duração de utilização dos equipamentos (elevando a rentabilidade do capital) ou da oferta dos serviços (elevando a eficácia dos serviços públicos) conduzindo à ampliação das horas excepcionais e à diversificação dos horários de trabalho. O segundo objetivo relaciona-se com a ausência de regularidade, e imprevisibilidade, no nível de atividade, favorecendo a variação máxima da quantidade de horas trabalhadas - são comuns as situações em que o trabalhador espera em seu

domicílio ser chamado ao trabalho por telefone (*travail on call*).

Enquanto o autor inicia sua análise a partir dos anos 1980, para Castel (2012) é a década de 1970³⁴ que afeta a sociedade por meio da transformação da problemática do emprego. O autor, também analisando a situação francesa, constata a existência de 3,5 milhões de pessoas desempregadas (o que equivaleria a mais de 12% da população ativa) e a diminuição do contrato de trabalho por tempo indeterminado (forma de emprego considerada mais estável) que, em 1975, no apogeu, atingiu 80% e no período analisado chegava a 65%. Portanto, para o autor, tanto o desemprego quanto a precarização, representada pela instabilidade, passavam a se inserir na dinâmica da modernização. Contudo, enquanto o desemprego era a forma mais visível da transformação da conjuntura do emprego, a precarização constituía-se numa outra forma, menos espetacular, mas mais relevante, tornando-se a “nova questão social” do século XX. Em suas palavras,

assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que [...] tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (Ibid., p. 526-527).

A atribuição de importância ao desemprego e à precarização deve-se ao fato de que, para o autor, a condição salarial é predominante na sociedade atual e segundo ele, “o salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca em toda parte” (Ibid., p. 495). Assim, os atributos vinculados ao trabalho caracterizam “o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade” (Ibid., p. 496). Para demonstrar a relevância do que considera uma “nova questão social”, são enunciados três elementos que comprovam sua sedimentação: a desestabilização dos estáveis, em que uma parte da classe assalariada está

³⁴ Na mesma década, segundo Rebelo (2006) iniciam-se os estudos sobre precariedade do trabalho dada à expansão do fenômeno em virtude da crise do petróleo.

ameaçada de oscilação; a instalação na precariedade devido à facilidade de demissão, gerando o desemprego recorrente; um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, esfera de utilidade social e de reconhecimento público em que trabalhadores em envelhecimento não encontram mais lugar no processo produtivo, jovens à procura de primeiro emprego vagam de estágio em estágio e aumentam os desempregados de longa data. Este elemento, isto é, o déficit de lugares é responsável ainda por criar um perfil populacional de “inúteis para o mundo”, ou supranumerários ou, ainda, excluídos. Estes passaram a ser objeto de atenção e inquietações, “porque criam problema. Porém, o problema é o próprio fato de sua existência” (Ibid., p. 530). De acordo com Hirata e Prêteceille (2002), a precarização da qual fala Castel (2012) é causa da vulnerabilidade social e poderia originar o conceito de precarização social com dupla institucionalização da precariedade por envolver uma precariedade econômica (das estruturas produtivas e salariais) e social (transformação das legislações do trabalho, das empresas e das situações externas ao trabalho).

Também comentando sobre o trabalho precário, Bourdieu (1998) é taxativo em sua observação: “constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda parte” (Ibid., p. 120). E por toda parte, o autor quer dizer que a precariedade está no setor público, no setor privado, na academia, na cultura etc., fazendo com que o trabalhador não seja insubstituível (devido ao imenso exército de reserva existente) e que tenha sua situação de insegurança explorada e reforçada pela empresa flexível. A especificidade do momento do capitalismo atual encontra-se no fato de que

a precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando a obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes (...) (Ibid., p. 124).

Para Castel (2012) o “déficit de lugares” ocupáveis gera excluídos. Para Bourdieu (1998) a precariedade gera um imenso exército de reserva. Para Mattoso (1995), a alteração no âmago do processo produtivo e o trabalho direta ou indiretamente envolvido na produção,

criaram novas, mas restritas relações de trabalho acentuando as características da exclusão econômica e social do sistema capitalista. Alves (2000) observa o mesmo em relação à exclusão, pois

o mundo do trabalho sob o novo complexo de reestruturação produtiva é permeado não apenas por novos tipos de controle de trabalho, mas principalmente por uma nova exclusão social, caracterizada pelo desemprego estrutural, que atinge polos industriais mais desenvolvidos. A adoção de inovações tecnológicas (e organizacionais), vinculadas à lógica da produção enxuta, contribuiu para o desenvolvimento crescente da produtividade industrial, o que, por conseguinte, tende a ampliar a superpopulação relativa supérflua para o capital (Ibid., p. 259).

Contribuíram para a relevância da associação entre precariedade e exclusão, o desemprego em massa e o ressurgimento de fenômenos de grande pobreza. Daí ser a precarização conceituada, inicialmente, na França, em termos de exclusão; leitura que, logo desapareceria, pela constatação de que a situação dos “incluídos” apresentava alguns problemas. Segundo os autores, o desenvolvimento das pesquisas sobre exclusão teria mostrado a necessidade de enxergar o fenômeno não como uma linha separando dois lados, mas “como um processo cujas raízes se encontravam na fragilização da posição de grupos ou de pessoas que dispunham de um emprego e de condições de vida até aquele momento consideradas satisfatórias” (HIRATA; PRÉTECEILLE, 2002, p. 48)³⁵.

Conforme mencionado anteriormente, na tentativa de analisar a precariedade do emprego na França, Demazière (2009) indaga-se se a noção de precariedade não seria definitivamente inapreensível devido ao seu caráter “fluido” acarretando sérios problemas analíticos, pois na ausência de uma definição precisa dos empregos considerados precários, carece-se de indicadores adequados para mensurá-los. Além disso, a força de atração dessa categoria é um complicador nas tentativas de avaliação do peso dessa precariedade e na delimitação de seus contornos (DEMAZIÈRE, 2009). Como um recurso possível para a análise, seu método consistiu na codificação jurídica e estatística de formas atípicas

³⁵ Os autores notam também que o termo precarização é mais comumente definido numa relação com “direitos” – como o direito de representação, de organização, sindical – mais do que com segurança.

de emprego, desde que essas formas se caracterizassem por uma temporalidade longa e se relacionassem com as mudanças nos regimes de proteção (DEMAZIÈRE, 2009). Assim, utilizando dados do Instituto Nacional de Estatística e Economia francês (INSEE)³⁶, foi possível ao autor descrever em números absolutos e relativos a população ativa ocupada segundo o estatuto dos empregos – temporários, aprendizes, contratados por tempo determinado, contratados por tempo indeterminado etc. – conforme detalhamento adiante. Este recurso metodológico será aqui utilizado para subsidiar o delineamento do modelo de análise.

Segundo o autor, um modo de avaliar a precariedade do emprego é retomar a definição estatística das formas de empregos que se desviam da norma, atípicas, e ele o faz a partir das pesquisas nacionais francesas. Em sua descrição da conjuntura de 2005, assinala que dos 22 milhões de assalariados na França, 19 milhões possuem contrato de trabalho por tempo indeterminado e 3 milhões ocupam outros estatutos de emprego, isto é, 13,6% dos assalariados, com preponderância do setor privado (cerca de 2,4 milhões). Seguindo sua descrição, afirma que o contrato por tempo determinado é a forma atípica de emprego mais recorrente (1,2 milhão de pessoas), na sequência aparecem o trabalho temporário (mais de meio milhão), contratos subvencionados e estágios e, por último, os contratos de aprendizagem.

A conclusão a que chega Demazière (2009), é a da existência da precariedade vinculada a um efeito geracional, pois cada nova coorte teria uma trajetória mais marcada pelas novas formas de emprego, que pouco a pouco se tornam norma para as gerações mais recentes. O que sugeriria que as formas precárias não corresponderiam unicamente a uma etapa dentro de um percurso profissional que caminha para a estabilização, porque é bastante provável que a inserção precária possa se estabelecer de forma definitiva, ou seja [as formas atípicas] “podem também constituir um estado durável que aprisiona as pessoas envolvidas em um círculo de precariedade, do qual se torna cada vez mais difícil escapar” (Ibid., p.117). Disto deriva questão central para o autor que se apresenta sob a indagação: a precariedade do emprego é ou não uma sequência temporária que desemboca na estabilização profissional? Se o autor nota um efeito geracional, Hirata e Préteceille (2002) lembram que o processo de fragilização dos estáveis, analisado por S. Beaud e M. Pialoux a partir de uma pesquisa durante dez anos com os operários do grupo

³⁶ Na língua original: *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*.

Peugeot/Citroën³⁷, é visto como um processo intergeracional e com múltiplas dimensões que desempenha papel tão significativo quanto o das mudanças nas relações sociais no interior da empresa oriundas da implantação do *just in time* e outras técnicas toyotistas. À crise do grupo operário, ameaçado de desaparecimento como grupo social pela diminuição progressiva dos empregos e pela desvalorização simbólica de sua imagem pode ser atribuída ao que Castel (2012) denominou “desestabilização dos estáveis”.

A descontinuidade ocupacional é submetida à lógica gerencial e se traduz como incerteza para o assalariado (permitindo-se que se fale de precariedade do emprego) com tendência a fragmentar o mercado de emprego em detrimento de algumas frações da mão de obra. Demazière (2009) questiona-se sobre a possibilidade de abordar o trabalho em tempo parcial como forma especificamente voltado às mulheres, assim como a possibilidade que o trabalho temporário seja especificamente voltado aos jovens. Estas considerações fazem com que o autor considere ser difícil e complexo responder a outro questionamento que desta vez indaga sobre o desaparecimento da força do emprego típico como referência dominante e realize indagações numa outra direção, com uma abordagem um pouco diferente, ao considerar necessária a compreensão das normas sociais que destinam o tempo parcial às mulheres e o contrato temporário aos iniciantes. Para mulheres e jovens teria se tornado legítimo socialmente trabalhar parcialmente e temporariamente, respectivamente, mas é ilegítima a existência destes estatutos de emprego para o conjunto do mercado de trabalho. Para o autor,

essas duas formas de emprego evidenciam uma segmentação social das normas de emprego: o que é inaceitável como norma de emprego geral, aplicável ao conjunto da população ativa, surge como aceitável para determinadas frações da mão de obra. Para dizer de outro modo, demonstra-se claramente que a difusão dessas formas de emprego não é independente das características da mão de obra, o que indica que o seu uso reflete concepções diferenciadas da fronteira entre o aceitável e o inaceitável. Nesse sentido, as formas atípicas de emprego não são inócuas frente ao

³⁷ Refere-se à PIALOUX, M e BEAUD, S. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 309-320.

edifício normativo herdado do período anterior à crise do emprego (Ibid., p. 121).

Ao se referirem aos grupos sociais particularmente atingidos pela precarização socioeconômica, Hirata e Prêteceille (2002) também destacam as mulheres e os jovens. Segundo os autores, as mulheres merecem destaque pela posição singular que ocupam no trabalho assalariado³⁸ – minoria no grupo do operariado, são maioria no grupo do comércio e dos serviços –, assim, a precarização não poderia ser analisada sem considerar a composição sexual do trabalho. A centralidade das mulheres no debate francês ocorre em razão das modalidades particulares da implantação da flexibilidade na França, cujo primeiro aspecto é o desenvolvimento amplo do trabalho em tempo parcial em espaço relativamente curto de tempo. Esta modalidade aumentou de 18% em 1982 para mais de 31% do total das mulheres ocupadas nos anos 2000. Se se observa a composição do grupo dos assalariados em tempo parcial, nota-se que 85% é feminino (HIRATA; PRÉTECEILLE, 2002).

O grupo dos jovens apesar de, no geral, conter trabalhadores mais bem formados e qualificados que as gerações anteriores, sofreria com a conjuntura de que os novos empregos criados são em sua maioria precários e que os empregos estáveis são, quase todos, ocupados pelas gerações anteriores. Os autores observam que no que concerne à renda, os jovens ganham menos que gerações precedentes e possuem perspectivas menos atraentes. Breves observações são feitas por Hirata e Prêteceille (2002) acerca de outros dois grupos sociais: idosos e emigrados. Em relação aos idosos, a condição precária é consequência da “conjugação de múltiplos fatores: a política de recursos humanos das empresas, a rapidez das mudanças tecnológicas, o desgaste no trabalho, os efeitos perversos das políticas públicas” (Ibid., p. 67). Os aposentados, por sua vez, por terem trabalhado durante o período do pleno emprego e da progressão na carreira, possuem situação melhor que a das gerações anteriores³⁹. No que se refere ao grupo dos imigrados, estes ocupam ou

³⁸ Também é interessante expor a observação de Hirata e Prêteceille (2002) na diferença do fenômeno do trabalho feminino em diferentes países europeus. Segundo os autores, na França, sempre teria predominado o trabalho das mulheres em tempo integral diferentemente de países como Alemanha, Grã-Bretanha, Países Baixos em que o emprego parcial é a norma do emprego feminino. Em virtude do fenômeno do tempo parcial, a predominância do tempo integral estaria sendo colocada em xeque.

³⁹ Relacionando a pobreza com a situação dos jovens e a dos idosos, os autores

ocuparam os setores atingidos pelas reestruturações econômicas e os trabalhos repetitivos e pouco qualificados. Assim, diante de configurações distintas para diferentes situações, de acordo com os autores, há “necessidade de uma definição social e historicamente específica para a precarização socioeconômica. Poderíamos nos referir aqui, por analogia ao debate sobre a pobreza, à necessidade de uma definição relativa contra uma definição absoluta” (Ibid., p. 77).

Há uma consideração importante para conter o teor catastrofista e inédito vinculado à questão da precariedade, pois embora elemento importante na compreensão das novas configurações do trabalho, não se está diante de um elemento desconhecido na história do mundo do trabalho, pois

o que se chama, hoje, de precariedade do emprego não tem as características de uma novidade radical, pois não passamos, na França, de um mundo do trabalho estável e protegido a um mundo desregulado e sem segurança. A perspectiva histórica convida a examinar, de maneira mais precisa, quais são os significados do que chamamos hoje de precariedade do emprego (DEMAZIÈRE, 2009, p. 112-113).

De fato, se observarmos algumas passagens da história do trabalho, nota-se que é comum a existência da precariedade. Castel (2012) aborda o próprio assalariamento como forma de precarização do trabalho dos artesãos nas corporações de ofício. Engels (2010) descreve a instabilidade da classe trabalhadora inglesa diante dos “caprichos do patrão” ou de conjunturas comerciais desfavoráveis que poderiam deixar de prover os trabalhadores dos seus meios de sobrevivência. Taylor com

notam que, se outrora, ela afetava com mais força os idosos, atualmente, os mais afetados são os jovens. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009) apesar do número de famílias abaixo da linha da pobreza ter decrescido – passando de 10,4% das famílias, em 1984, para 9,9%, em 1994 – a estrutura da população afetada mudou bastante. A pobreza afeta cada vez menos idosos e cada vez mais pessoas em idade ativa. É notado por Boltanski e Chiapello (2009) que a desigualdade de renda voltou a aumentar na França, a partir da segunda metade dos anos 1980, devido ao empobrecimento da população em idade ativa, ao crescimento do desemprego e da precariedade do trabalho e à estagnação dos rendimentos.

seu conjunto de técnicas e princípios transformou o trabalho em atividade fragmentada, repetitiva e monótona com medidas que separaram a concepção do trabalho de sua execução, definição dos tempos de trabalho, padronização das tarefas e instrumentos, entre outros (HOLZMANN; CATTANNI, 2011). A implantação da esteira móvel e a intensificação da simplificação das tarefas empreendidas no modelo de Ford fizeram com que o tempo de produção não fosse controlado pelos trabalhadores e com que grandes contingentes de trabalhadores qualificados fossem dispensáveis, respectivamente, causando reação dos operários manifestada nas altas taxas de absenteísmo, rotatividade e abandono do emprego (HOLZMANN, 2011). Por fim, chega-se ao denominado toyotismo que fornece as bases para vários elementos identificados como precários em que se destaca a flexibilidade do trabalhador no desempenho de suas tarefas⁴⁰. Assim a precariedade do trabalho é inerente à relação do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista.

Retomando Demazière (2009), a França não teria passado de um mundo estável e protegido para um mundo instável e desprotegido (o que significaria uma reconfiguração dos postos ocupados e dos contratos que lhe dão suporte), pois os assalariados em atividade teriam uma capacidade relativa de resistir à degradação de sua situação. O que o leva a pensar que a diversificação das formas de emprego conduz à transformação das normas de emprego e isso se concretizaria pelo viés dos fluxos de recrutamento. Portanto, o exercício analítico empreendido por Demazière (2009) é o de saber que parcela dos empregos é transformada e em que medida as novas características afetam progressivamente o estoque de empregos, isto é, “a questão posta é, portanto, a da instalação de formas atípicas de emprego no mercado de trabalho, a de seu enraizamento em novas formas de emprego” (Ibid., p. 115).

Por último, vale a pena mencionar que as análises sobre precarização realizadas por Hirata e Préteceille (2002) constataam uma especificidade da literatura francesa: o grande volume de pesquisas e reflexões de seus impactos na saúde física e mental. No campo da saúde mental, a literatura em psicopatologia e psicodinâmica se referem às

⁴⁰ Para os defensores do toyotismo, este teria se constituído em um sistema com vantagens aos trabalhadores por romper com o legado taylorista-fordista do trabalho fragmentado, repetitivo e monótono, além de ter possibilitado a criação do emprego vitalício nas fábricas japonesas. Para os críticos, ocorreram maiores apropriação do saber operário, intensificação do trabalho, controle etc.; além do fato de que o emprego vitalício teria atingido apenas 25% dos trabalhadores (HOLZMANN, 2011).

consequências da contradição qualidade-fluxo (antes reguladas pelos chefes e, atualmente, submetidas à autorregulação e de responsabilidade dos próprios trabalhadores, individualmente ou em equipes) em termos de “sofrimento” no trabalho.

As análises a partir da pesquisa do Ministério do Trabalho francês sobre as condições do trabalho “mostram, que mesmo nos setores mais modernos da atividade econômica e nas categorias mais qualificadas, as novas formas de trabalho geram novas tensões e novas formas de precarização” (Ibid., p. 60-61). Segundo os autores, a difusão de novas formas de organização do trabalho, provocando efeitos negativos para a saúde mental e física dos trabalhadores, somente pôde ser imposta por uma conjuntura política duplamente desfavorável. De um lado, o enfraquecimento da capacidade de reivindicação coletiva em virtude da desestabilização das identidades profissionais. De outro, a permissão dada às empresas de colocar em prática a intensificação do trabalho e a degradação das condições de seu exercício, somado ao fenômeno do desemprego em massa e o medo, dele decorrente, provocado nos trabalhadores. Acrescente-se que, a precarização do emprego pode impor um recuo à ação sindical, como ocorre no caso da maioria dos trabalhadores temporários, com contrato por tempo determinado ou com contrato subsidiado. Segundo os autores, M. Pialoux e S. Beaud, conforme artigo referido anteriormente, teriam mostrado como a diversificação dos status de contrato de trabalho torna difícil a mobilização.

3.2 O fenômeno da precariedade no Brasil

Examinar de maneira mais precisa os significados da precariedade contemporânea, para o Brasil, está na base desta pesquisa e para tal é necessário realizar uma observação quanto aos usos e aplicações dos conceitos “precarização” e “precariedade” explicitados neste item.

A discussão sobre a flexibilização no Brasil é distinta da que ocorre nos países chamados desenvolvidos. No país, diferentemente da debilitação da condição operária ocorrida na Europa e nos Estados Unidos, havia um mercado de trabalho flexível baseado na precariedade do emprego e do salário. Segundo Alves (2000),

o mercado de trabalho no Brasil já possuía uma “flexibilidade estrutural” nas relações de trabalho: um tipo de flexibilização adequado ao padrão tradicional de superexploração do trabalho, vigente desde os anos 60. A “flexibilidade estrutural” que

caracteriza o mercado de trabalho no Brasil pode ser observada, por exemplo, pela relativa facilidade para a adequação numérica do contingente de ocupados e pelas flutuações no nível real de rendimentos do trabalho (Ibid., p. 155).

Segundo Dedecca (2009), a partir de 2003, o governo brasileiro teria procurado reverter o processo de flexibilização – a despeito de não ter angariado unidade política para colocar em prática tal estratégia – por meio da implementação de algumas iniciativas tais como: a retomada da política de fiscalização dos contratos de trabalho; as ações voltadas para conter os abusos na adoção do instrumento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e do banco de horas; a valorização do salário mínimo, a reforma sindical com vistas ao fortalecimento da organização dos trabalhadores e da negociação coletiva; a adoção da agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho decente⁴¹; a desvinculação do debate que associa o problema do desemprego à regulação do mercado de trabalho ao reconhecer que a geração de postos depende do crescimento econômico⁴². Embora o esforço de reversão do processo de flexibilização tenha sido iniciado, observou-se “uma simples contenção desse processo de deterioração das relações e do mercado de trabalho, e de construção do modelo despótico-hegemônico” (Ibid., p. 141). O autor explora o tema da flexibilidade da regulação pública do

⁴¹ Em junho de 2003, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assina memorando de entendimento prevendo o estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação Técnica para a Promoção de Agenda Nacional de Trabalho Decente. O documento estabelece quatro áreas prioritárias: geração de emprego, microfinanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade dos jovens; viabilização e ampliação do sistema de seguridade social; fortalecimento do tripartismo e do diálogo social; combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao trabalho forçado e à discriminação no emprego (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006). No ano de 2010, é lançado o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente cujo objetivo é fortalecer a capacidade do Estado brasileiro no enfrentamento de problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais se destacam a pobreza e a desigualdade social; o desemprego e a informalidade e os elevados índices de rotatividade (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010).

⁴² Recordar-se que a tese da necessidade de romper a rigidez das instituições para viabilizar o funcionamento do mercado de trabalho foi adotada amplamente nos países ocidentais, após a segunda crise do petróleo, conforme afirmação de Freyssinet (2009).

contrato de trabalho no Brasil adotando a abordagem desenvolvida por Michael Burawoy⁴³ procurando evidenciar que o modelo de regulação transitou, desde o início da década de 1990, de uma natureza despótica para uma despótica-hegemônica. Portanto, o país não teria experimentado a regulação hegemônica, como ocorreu com os países desenvolvidos ocidentais.

De acordo com Dedecca (2009), para Burawoy, até meados dos anos 1970, se estabeleceu, nos países desenvolvidos, um regime de natureza hegemônica de regulação do contrato de trabalho, pois as políticas sociais, a regulação pública (estatal ou não) do contrato de trabalho e a negociação coletiva foram restringindo a autonomia das empresas quanto à gestão do contrato de trabalho. Este fenômeno teria se realizado de maneira limitada e tensa até o final da Segunda Guerra Mundial e teria ganho velocidade nas décadas de 1950 e 1960, devido às condições de crescimento acelerado do capitalismo o que fez com que as preocupações das empresas se voltassem para os ganhos propiciados por esse processo. No início da década de 1980, teria emergido uma regulação do contrato de trabalho de natureza despótica-hegemônica. Despótica porque restabeleceria o aumento da desigualdade na relação capital-trabalho. Hegemônica porque se estabeleceu por meio das instituições e mecanismos do regime democrático. Resume-se abaixo, as principais mudanças que afetaram a regulação pública para Burawoy, segundo Dedecca(2009), chamando atenção para os aspectos relacionados à flexibilização:

redução do tempo do seguro-desemprego e das condições de acesso à manutenção do benefício; alteração das condições da demissão de trabalhadores, permitindo o rompimento velado do contrato de trabalho, mesmo sem a existência de falta por parte do trabalhador; desvalorização do poder de compra do salário mínimo, com consequências negativas para a evolução dos pisos salariais negociados; estabelecimento da flexibilidade salarial e da jornada de trabalho, em um primeiro movimento via negociação coletiva e, posteriormente, com a chancela da regulação pública; flexibilização das estruturas ocupacionais

⁴³ Refere-se à BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. Rio de Janeiro, Anpocs, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13, jun., 1990.

através da negociação coletiva, e redução do poder da esfera pública sobre o processo de alocação do trabalho pelas empresas (Ibid., 2009, p. 133).

A flexibilização, do ponto de vista de Druck (2002), assim como a precarização, somente podem ser entendidas como fenômenos indissociáveis, pois indicadores para o Brasil, para a França e outros países demonstram de forma conclusiva o crescimento e/ou desenvolvimento do trabalho flexível e precário em todos esses lugares. De acordo com Lopes (2011), o surgimento da noção de precarização, aparentemente, se associa às modificações na produção no período pós-fordista, a partir dos anos 1980, que buscaram subtrair direitos dos trabalhadores e diminuir os custos da produção. A noção ganha sentido também numa conjuntura de ataque à sociedade salarial e ao estado social. Além disso, o termo precarização, estaria associado também ao processo de passagem das atividades meio (ou não essenciais) de uma empresa a empresas terceiras (terceirização). A contribuição do autor para a análise da precarização e, particularmente, da precarização brasileira está em sua afirmação de que “(...) a precarização do trabalho parece ser uma dimensão permanente do trabalho sob o capitalismo. No caso do Brasil, que parte de uma história de quatro séculos de escravidão, a precarização do trabalho é característica constitutiva de sua formação social” (Ibid., p. 1).

Assim, nota-se que a conjuntura da qual partem os autores referidos para realizar suas análises acerca dos países chamados desenvolvidos, mostra-se algo distinta da realidade brasileira em geral e, particularmente, da conjuntura dos anos 2000. Considerando os três pontos utilizados por Castel (2012) para justificar a instalação da precariedade, em primeiro lugar, observa-se que a desestabilização dos estáveis não é encontrada de forma significativa na realidade brasileira, se comparada, por exemplo, com países da Europa estudados pelo autor, devido à pouca presença de estabilização. Segundo Alves (2000), nos anos 1980, há uma tendência à estabilidade dos trabalhadores na indústria automobilística, que atingiu um núcleo extremamente restrito, e que logo foi enfraquecida por novas formas de flexibilização encontradas pelo capital. Em segundo lugar, a instalação na precariedade dos trabalhadores franceses, ocorrida a partir da década de 1970, é presença constante no mercado de trabalho brasileiro, dotado de uma flexibilidade estrutural (ALVES, 2000). Por último, o “déficit de lugares” poderia ser contradito com as taxas decrescentes de desemprego que o país apresenta no período

– 10,9%, em dezembro de 2003, para 5,3%, em dezembro de 2010. O que teria acontecido na década de 2000 foi o crescimento da segmentação nos estatutos salariais da força de trabalho empregada, assim:

os espaços reestruturados da organização capitalista no Brasil tornaram-se cada vez mais espaços híbridos no tocante à contratação salarial formal. (...) Desse modo, a flexibilização da legislação trabalhista contribuiu para dar um menu de opções novas de exploração da força de trabalho visando incentivar novas contratações e combater a informalidade e o desemprego (Id., 2013, p. 148-149).

Entretanto, analisando a dinâmica do trabalho na indústria automobilística, o autor constata que a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro não foi suficiente para suprir a necessidade por lucros do capital, pois, a partir da tendência à “estabilização”, nos anos 1980, houve implementação de novas estratégias de flexibilização dos trabalhadores. Em suas palavras,

é claro que surgiu, nos anos 80, uma tendência à “estabilização” da força de trabalho, em termos relativos, que iria atingir, a médio e longo prazo, parcelas significativas dos operários. Por isso, a utilização da flexibilidade estrutural, baseada na rotatividade do trabalho e na própria variação do salário nominal como estratégia de racionalização de custos, tenderia a demonstrar um relativo esgotamento, o que exigiria, do capital, a instauração de novas estratégias de flexibilização do trabalho baseadas na racionalização de custos, desverticalização produtiva, especialização das atividades econômicas, subcontratação, uso de força de trabalho temporária, jornada de trabalho parcial e jornada de trabalho modulada [...] (Id., 2000, p. 156).

Na análise de Lima (2014), pode-se verificar a precarização ocorrida para além da indústria automobilística. Conforme o autor,

no Brasil, ocorre a precarização de algumas categorias de trabalhadores como, por exemplo, dos metalúrgicos vinculados às grandes

montadoras, petroleiros e outras categorias que historicamente mantinham um forte poder de barganha e que foram afetadas pelos processos de reespecialização da produção, das inovações tecnológicas e organizacionais e de terceirizações (...) (Ibid., p. 42).

Ainda dirá o autor que, apesar das mudanças sofridas nas categorias de metalúrgicos ou de petroleiros, por exemplo, estas ainda mantêm um poder de organização que lhes possibilita auferir ganhos salariais significativos no período compreendido entre 2003 e 2013, somado ao fato de que a instalação de novas fábricas representou novos empregos em novas regiões industriais. Para Lima (2014), estes dois fatores teriam caracterizado uma “precarização relativa” do setor já que as novas possibilidades de emprego teriam recuperado parte dos empregos perdidos com a reestruturação produtiva da década de 1990.

Análises para o período entre 2003 e 2010, apontam tanto para uma, possível, tendência à desprecarização quanto para a manutenção da precarização, ou, até mesmo, para uma precarização relativa, conforme Lima (2014). A defesa da tendência à desprecarização é realizada com base nas mudanças ocorridas, principalmente, a partir de 2004, com a retomada do crescimento econômico, relacionadas à expansão do assalariamento, redução da participação dos segmentos considerados precários (emprego assalariado sem carteira, emprego doméstico, emprego doméstico sem carteira e trabalho não remunerado) e o aumento do rendimento médio real com a valorização do salário mínimo (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013). Lembrando-se ainda que o desemprego brasileiro caiu de 10,9%, em dezembro de 2003, para 5,3% em dezembro de 2010, taxa considerada pelos economistas como próxima ao pleno emprego (SINGER, 2012). De fato, os números alcançados são expressivos, pois nos últimos quarenta anos a maior expansão de ocupações ocorreu na primeira década do século XXI.

A informalidade no Brasil que se aproximou de 60%⁴⁴ no final dos anos 1990, retornou para o patamar de 30%, aproximadamente, com o crescimento do trabalho formal (BALTAR; KREIN; LEONE, 2009 apud LIMA, 2014). Os mesmos fenômenos citados (que apontam para uma tendência à desprecarização) para a primeira década dos anos 2000,

⁴⁴ Na maioria dos países latinoamericanos, há altas taxas de informalidade sendo que em alguns casos, a taxa teria alcançado o patamar de 70% do mercado de trabalho (LIMA, op. cit., p. 41).

recebem interpretações distintas, por Lima (2014), por exemplo, para quem:

essa situação [aumento do emprego formal vinculado a direitos sociais] levanta a questão sobre a percepção da precarização como perda de direitos vinculados ao contrato de trabalho. Em outros termos, em que medida empregos formais, com direitos sociais são menos precários que contratos por tempo determinado, autônomos ou similares, nos quais cabe ao próprio trabalhador pagar para ter acesso a direitos como saúde e previdência social? (Ibid., p. 42).

O autor utiliza os trabalhadores de *call centers* como ilustrativos, pois representam uma das maiores categorias de trabalhadores, e aborda indicadores relacionados à alta rotatividade deste setor (o tempo médio de permanência é menor de dois anos).

Já no trabalho de Druck (2011) há uma tentativa de lidar com a precarização de forma a articular elementos metodológicos e conceituais na investigação da realidade. A autora defende a compreensão da passagem do século XX para o XXI de um ponto de vista histórico-dialético (as contradições histórico-sociais impossibilitariam conclusões apressadas sobre rupturas ou novas formas de relações sociais), pois esta perspectiva permite enxergar a coexistência entre novas e velhas situações sociais de trabalho que se reproduzem ou se reconfiguram. A partir desta postura, a autora compreende a precarização social do trabalho como um “novo e velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microssocial” (Ibid., p. 37). Ela se propõe a construir um conjunto de indicadores para a precarização do trabalho e para o que denomina de ações de “resistências” por meio da combinação de informações estatísticas (cujas bases de dados são elaboradas por instituições do estado e, portanto, segundo a autora, aceitas socialmente, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça do Trabalho) e bases de dados que reúnem resultados de pesquisas qualitativas de casos específicos que conseguiriam traduzir situações variadas de trabalho não reveladas pelas estatísticas.

A análise de Druck (2011) se estrutura no diálogo com os Indicadores do Trabalho Decente elaborados pela Organização Internacional do Trabalho (e não pretende ser uma contraposição a eles) e objetiva demonstrar que as estatísticas e pesquisas acerca do trabalho –

tanto para o Brasil quanto para a América Latina – apontam, nas últimas décadas, para um “déficit de trabalho decente” ou um “quadro de precarização social”. O conteúdo de precarização social do trabalho do qual parte para a elaboração de seus indicadores “está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho” (DRUCK 2007, p. 19-20 apud Id., 2011, p. 41), sendo que o trabalho precário se manifesta em várias dimensões abarcando as “formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e na flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego no adocimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos” (DRUCK 2007, p. 19-20 apud Id., 2011, p. 41). De acordo com a autora, a precarização do trabalho seria o elemento que propicia unidade à classe-que-vive-do-trabalho e aos diferentes lugares que em que a precarização se manifesta, pois haveria uma indissociabilidade entre formas precárias de trabalho e emprego que se expressariam na “(des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des)proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política” (DRUCK, 2007, p. 19-20 apud Id., 2011, p. 41).

A exposição da autora envolve alguns indicadores sobre o quadro mais geral do trabalho e do emprego na América Latina e no Brasil, nos anos 2000, e dialoga com publicações da Organização Internacional do Trabalho (conforme mencionado) iniciando com a *Agenda do Trabalho Decente*, datada de 1999. Neste trabalho ficariam evidentes o grau de precarização do trabalho, especialmente na América Latina, a partir da análise feita para a década de 1990, que apontava para a regressão de conquistas significativas dos trabalhadores redefinindo o patamar dos direitos sociais e trabalhistas, inclusive nos países desenvolvidos (DRUCK, 2011). O quadro social e do trabalho descrito pela OIT para a América Latina revelava problemas como a baixa produtividade e o aumento da informalidade e do desemprego, especialmente nos países que adotaram medidas flexibilizadoras. A justificativa para tais medidas foi a necessidade de romper com a rigidez do sistema de proteção e de relações de emprego com vistas ao aumento do emprego formal e à redução dos custos do trabalho para o empresariado. Segundo Druck (2011), o Brasil teria utilizado a mesma justificativa, materializada nas discussões sobre o “custo Brasil”.

Contudo, os resultados dessas reformas não se confirmariam, como constata a própria OIT no documento *Trabalho decente nas*

Américas: uma agenda hemisférica 2006-2015, elaborado em 2006, em que ainda a organização constata a permanência do desemprego, da informalidade, da maior rotatividade e da menor proteção social (DRUCK, 2011). A autora recorre a outra publicação da OIT – *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira*, de 2008, destacando que, tanto para o Brasil quanto para a América Latina, mantém-se os principais problemas que caracterizam a precarização social do trabalho (a despeito da queda, na região, da taxa de desemprego de 11,4% em 1999 para 8% em 2007). O documento afirma ter havido a criação insuficiente de postos de trabalho; o crescimento da produtividade limitado a poucos setores produtivos; o crescimento das ocupações – sendo que parte deste crescimento teria se dado no trabalho informal; a criação de empregos de baixa qualidade (os temporários e sem contrato); o aumento da população sem direito à seguridade social e a deterioração dos rendimentos do trabalho. A conclusão a que chega Druck (2011) é a de que os documentos da OIT, ao apresentarem uma sistematização da situação do cenário mundial e latinoamericano do trabalho nas décadas de 1990 e 2000, demonstram não ter ocorrido ruptura da precarização social do trabalho, mesmo com o movimento conjuntural de retomada do crescimento ocorrido na última década (vivido pela maior parte dos países em todo o mundo) que muito frequentemente confunde analistas que tomam mudanças conjunturais como estruturais. Afirma que:

mesmo considerando alguns resultados, como a diminuição das taxas de desemprego e a redução de níveis de pobreza para certos países da América Latina, inclusive o Brasil, eles não chegaram a se afirmar como tendências consolidadas, pois a crise mundial que se abriu em 2008, em meses, colocou por terra alguns avanços localizados, evidenciando a permanência de uma profunda vulnerabilidade social (DRUCK; OLIVEIRA; SILVA, 2010 apud Ibid., p. 45).

Para analisar a situação brasileira, a autora utiliza uma tipologia – considerando aspectos quantitativos e qualitativos – da precarização agrupada em seis dimensões: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, intensificação do trabalho e terceirização, insegurança e saúde no trabalho, perda das identidades individual e coletiva, fragilização da organização dos trabalhadores e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho.

A primeira dimensão ou tipo de precarização social –

vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais – é analisada levando em consideração o processo de mercantilização da força de trabalho, responsável pela heterogeneidade, segmentação e vulnerabilidade estrutural expressa pelas formas de inserção precária, sem proteção social. Druck (2011) utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para demonstrar que, mesmo em 2009, havia um alto grau de precarização social, pois das 101,1 milhões de pessoas economicamente ativas no Brasil, 8,4 milhões estavam desempregadas e 8,2 milhões possuíam ocupações sem remuneração, totalizando 16,6 milhões, ou 16,4%, de pessoas economicamente ativas fora do mercado de trabalho. Quando a autora analisa a distribuição das pessoas ocupadas com remuneração monetária, nota que das 84,5 milhões de pessoas 43,5 milhões não possuíam carteira assinada⁴⁵, representando 51% dos ocupados com remuneração. Soma-se a isso o fato de que 80% do conjunto dos trabalhadores sem carteira não contribuíram para a previdência social, significando ausência de proteção social e trabalhista. A autora realiza algumas observações para o período entre 2001 e 2009: o crescimento do número de pessoas ocupadas com remuneração foi de 26% para uma população economicamente ativa que cresceu 22%; o trabalho sem carteira aumentou 43% enquanto o trabalho protegido cresceu 44%; também de 44% foi a quantidade de pessoas que recebem menos de 1 salário mínimo (este teria sofrido uma valorização de 171% no período).

A segunda dimensão – intensificação do trabalho e terceirização – é encontrada, nos padrões de gestão e intensificação do trabalho ancorada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização e nas formas de abuso de poder. A terceirização é explicada pela exigência de total flexibilidade em todos os níveis imposta pela acumulação financeira e pode ser constatada nos diversos estudos que abordaram os segmentos dos bancários, dos petroleiros, os trabalhadores de *call centers* e os petroquímicos que revelaram múltiplas formas de precarização nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical.

Na terceira dimensão – insegurança e saúde no trabalho – a autora considera como importante indicador desse tipo de precarização a evolução do número de ocorrência de acidentes de trabalho no país. No ano de 2001, foram registrados 340,3 mil casos de acidentes de trabalho

⁴⁵ São considerados por Druck (2011) os empregados sem carteira, o trabalhador doméstico sem carteira, o trabalhador por conta própria e o empregador.

e, em 2009, foram 723,5 mil casos, um aumento de 126%⁴⁶. Além do indicador quantitativo, utiliza para justificar essa dimensão, os estudos microssociais no campo da saúde mental relacionada ao trabalho que definiram uma

“psicopatologia da precarização”, produto da violência no ambiente de trabalho, gerada pela impossibilidade da busca da excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente (Ibid., p. 49).

Na quarta dimensão – perda das identidades individual e coletiva – ocorre um enraizamento na condição de desempregado e na ameaça constante da perda do emprego (estratégia de dominação na esfera do trabalho). Conforme a autora, a descartabilidade, a desvalorização e a exclusão afetam a solidariedade de classe minada pela lógica concorrencial que se estabelece entre os trabalhadores.

Na quinta dimensão – fragilização da organização dos trabalhadores – observam-se as dificuldades porque passam as organização sindicais ao estruturar formas de luta e de representação dos trabalhadores em consequência do ambiente competitivo, da heterogeneidade e da divisão dos trabalhadores. A autora afirma ter havido um decréscimo no número de greves nos anos 2000, quando comparada às duas décadas anteriores; nota o crescimento no número de centrais sindicais (são 11 centrais, sendo 8 delas criadas nos anos 2000⁴⁷); constata a permanência e até mesmo queda das taxas de sindicalização. Nesta dimensão, a autora chama atenção para alguns indicadores de “resistência”. Um deles seria a frequência com que são noticiadas as greves de trabalhadores terceirizados (não há estatísticas oficiais e sistematizadas sobre o fenômeno) reivindicando, na maior parte das

⁴⁶ Consideração realizada por Druck (2011) neste ponto é necessária para um melhor dimensionamento dos números explicitados. Segundo a autora, a partir do ano de 2007, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) passou a contabilizar os acidentes sem registro no Cadastro de Acidentes do Trabalho (CAT) e para os anos de 2007, 2008 e 2009, essa categoria representa 27% do total do número de acidentes.

⁴⁷ Nota da autora, dado retirado do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT) do Ministério do Trabalho e Emprego.

vezes, pagamento de salários atrasados, de décimo terceiro, férias e depósito do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS). Outro indicador de “resistência” é a luta de alguns sindicatos contra a terceirização ao mesmo tempo em que realiza a incorporação da representação sindical dos trabalhadores terceirizados a partir da criação de departamentos ou secretarias de terceirizados na estrutura dos próprios sindicatos. Os exemplos mais significativos desse fenômeno é o da Confederação Nacional dos Bancários, o da Federação Única dos Petroleiros e dos trabalhadores do telemarketing.

Na sexta, e última, dimensão ou tipo de precarização social do trabalho – a condenação e o descarte do Direito do Trabalho – nota-se que a fetichização do mercado decretou uma “crise do Direito do Trabalho” em virtude dos questionamentos de sua tradição e existência realizados pelos “‘princípios’ liberais de defesa da flexibilização”. Segundo a autora, o debate acerca do Direito do Trabalho está polarizado entre aqueles que defendem seu princípio protetor, recorrendo à desigualdade e à inferioridade econômica dos trabalhadores, e aqueles que defendem o seu princípio liberal, afirmando o respeito à individualidade do trabalhador para que este possa desenvolver livremente seu potencial no mercado de trabalho. Representando este posicionamento estão as alterações realizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nos anos 1990, e a defesa, nos anos 2000, de reformas trabalhistas “modernas” retirando os encargos sociais elevados para que seja possível corresponder às novas dinâmicas do mundo do trabalho contemporâneo. As ações do poder público estariam situadas em um polo oposto de debate, representadas, por exemplo, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, cujos auditores atuam com liberdade e independência na fiscalização de empresas, e do Ministério Público do Trabalho, apoiado pela Polícia Federal, no combate ao trabalho análogo ao escravo.

Como comentário final de sua análise, Druck (2011) procura indicar que o momento histórico do capitalismo flexível tem na precarização social do trabalho o centro de sua dinâmica. Assim, o crescimento do emprego com carteira assinada, não poderia ser analisado a partir do que autora chama de fetiche dos números tendo feito um esforço analítico para demonstrar que:

as principais metamorfoses do trabalho, explicitadas nas diversas dimensões do processo de precarização social do trabalho (e tipos), as quais, mesmo no Brasil – país tradicionalmente marcado pelo trabalho precário em todas as suas dimensões,

cuja origem maior está no trabalho escravo e nas formas assumidas pela sua transição ao trabalho assalariado -, se reconfiguraram ou se redefiniram, apresentando, hoje, uma precarização antiga e moderna, metamorfoseada (Ibid., p. 55).

Para Leite (2011) o primeiro esforço que deve ser feito para que uma discussão sobre precarização do trabalho seja empreendida consiste na busca de uma definição precisa do fenômeno, algo que garanta a possibilidade de estabelecer sua dimensão com um mínimo de rigor. A primeira questão que merece atenção para realizar tal intento é a diferenciação entre precarização e precariedade, pois os termos não podem ser usados como sinônimos por se tratarem de fenômenos diferentes. Nas palavras da autora,

enquanto a precarização é um processo relacional, que só pode ser pensado considerando-se um período de tempo [a precariedade] concerne a determinadas formas de inserção ocupacional que estão aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. De fato, o conceito de precarização remete à ideia de deterioração, ou seja, de perda de direitos associados ao trabalho [...]. Já o conceito de precariedade não carrega consigo a ideia de deterioração ou perda. Um tipo de trabalho pode ser precário ainda que apresente indicadores mais satisfatórios em termos sociais dos que já teve em anos anteriores, situação que pode ser mais ou menos comum nos países menos desenvolvidos, como muitos dos latinoamericanos (Ibid., p. 116, tradução nossa).

O posicionamento de Lima (2014) caminha na mesma direção quando afirma que:

o discurso da precarização do trabalho permanece fortemente ligado à relação salarial, sempre percebido como perda frente a uma situação anterior; que teria sido mais satisfatória, o que é questionável, se considerarmos a diversidade de inserção ocupacional e profissional dos trabalhadores em distintos contextos nacionais. Mesmo no caso brasileiro, o discurso da perda se restringe a categorias específicas enquanto que,

para a maioria dos trabalhadores, embora os salários sempre tenham sido precários, não necessariamente foram precarizados, no sentido de uma piora frente às condições anteriores (Ibid., p. 44)⁴⁸.

Assim, a autora identifica também que o primeiro significado atribuído ao trabalho precário relaciona-o com as formas que se distinguem do paradigma do emprego homogêneo e estável que teria vigorado nos países centrais europeus até a década de 1970. A diferenciação realizada não nos autoriza a utilizar o conceito de precarização para trabalhos que ainda não atingiram o patamar homogêneo e estável – mesmo que suas características em termo de salários, estabilidade e direitos tenham melhorado – estes seriam trabalhos precários que não obrigatoriamente estão inseridos em processo de precarização (LEITE, 2011).

Aludindo ao trabalho de Gery Rodgers⁴⁹, Leite (2011) destaca o que o autor sublinha como dimensão da precariedade: i) grau de instabilidade; ii) grau de controle dos trabalhadores sobre suas condições de trabalho (salário, ritmo etc.); iii) proteção do trabalho (seja pela legislação ou por meio de contratos coletivos); iv) rendimento. A autora lembra a advertência do autor quanto ao fato de que não basta a identificação de algum desses elementos, pois é sua combinação que identifica o trabalho precário. (Todas essas dimensões também foram analisadas por Druck (2011) para o Brasil, acrescida de alguns outros elementos, conforme exposto anteriormente.) No balanço dos países da Comunidade Europeia realizado por Rodgers (1989 apud Leite, 2011), haveria uma difusão de quase todas as formas de trabalho associadas ao trabalho precário como o temporário, a tempo parcial, a domicílio, o autoemprego. Isto teria ocorrido devido ao desemprego, à reestruturação produtiva, ao quadro institucional (que muda o papel do estado) e à

⁴⁸ O autor acrescenta que “nesse aspecto, concordamos com a chamada precarização social, entendida como perda de uma perspectiva de melhora progressiva existente no período anterior, no qual determinadas conquistas eram percebidas como integrantes de um processo de crescente ampliação dos direitos sociais” (Ibid., p. 44).

⁴⁹ Refere-se à RODGERS, Gery. *Precarious work in Western Europe. The state of the debate, jobs in labour market*. In: Gery Rodgers and Janine Rodgers (Orgs). *Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*, International Institute for Labour Studies, Free University of Brussels., 1989.

debilidade dos sindicatos. Leite (2011) faz referência ainda ao trabalho de Caire⁵⁰ que caminha na mesma direção apontada por Rodgers ao afirmar que a característica do trabalho precário é seu caráter excepcional em relação ao emprego normal “tal como a história e o sistema de relações profissionais o constituíram” (CAIRE, 1982, p. 135 apud *Ibid.*, p. 117). A contribuição de Caire teria se dado, segundo a autora, no estabelecimento das novas configurações do trabalho com o processo de terceirização das empresas, pois o autor ressalta três formas de trabalho que teriam se difundido com a terceirização: trabalho permanente em empresas de prestação de serviços, trabalho temporário em estabelecimento subcontratado e trabalho contratado por agência de trabalho temporário.

A autora realiza sua análise acerca do trabalho precário a partir do ponto de vista da terceirização notando que há a substituição de grandes unidades de negócios por formas fragmentadas e descentralizadas de organização das empresas e do trabalho. Este fenômeno se manifestou de forma diversa ao esperado, porque apesar do desenvolvimento econômico e tecnológico houve a “(re)aparição de formas pretéritas de trabalho, que adquiriram novos conteúdos e significados no atual contexto de reestruturação e modernização das empresas” (*Ibid.*, p. 118). Para comprovar sua tese de que o trabalho precário tem se intensificado no país a despeito das melhoras de alguns indicadores relacionados ao mercado de trabalho nos anos 2000, a autora menciona alguns estudos sobre a terceirização em diversos setores como o automobilístico, o de vestuário, o de calçados, o de alta tecnologia, o da indústria química, o da petroquímica e o de telecomunicação. E ainda, chama a atenção para o trabalho a domicílio que, apesar de nunca ter sido extinto, tornou-se, nos últimos anos, em trabalho habitual tanto de empresas regulares e formais quanto de oficinas e empresas ilegais. As conclusões a que chega a autora são: a de que os “dados sobre o mercado de trabalho [...] apontam para uma situação difícil em que, apesar da estruturação relativa observada nos últimos anos, as tendências à precarização seguem operando” (*Ibid.*, p. 127) e a de que o Brasil teria, pela primeira vez na sua história, buscado um modelo de desenvolvimento que conjuga crescimento econômico com diminuição das desigualdades sociais “por meio de políticas distributivas de ingresso, de aumento do salário mínimo, de apoio ao trabalho formal, ao aumentar o trabalho de supervisão a fim de frear as ilegalidades (...)” (*Ibid.*, p. 127).

⁵⁰ Refere-se à CAIRE, Guy. *Precarization des emplois et régulation du marché du travail. Revista Sociologie du Travail*, n. 2, p. 135-158, 1982.

Assim, apesar de melhoras em alguns indicadores do mercado de trabalho, entre os anos de 2003 e 2010, observa-se, por um lado, que a precarização continua vigente e, por outro lado, percebe-se por meio dos trabalhos mencionados que o debate de precarização está imbricado com o debate da precariedade. O entendimento que será adotado nesta pesquisa está de acordo com a perspectiva da distinção, mas também não se deixa de reconhecer a importante imbricação entre precarização e precariedade.

Precarização significa perda de direitos ou degradação, considerando-se como parâmetros os direitos e condições de trabalho estabelecidos na conjuntura pós Segunda Guerra Mundial em alguns países da Europa ocidental e, guardadas as devidas diferenças históricas e estruturais, também no caso do Brasil para parcelas de trabalhadores operando em setores produtivos restritos - tais como o setor automotivo, ou setores controlados pelas grandes empresas estatais de energia (eletricidade, petróleo) e das comunicações, o setor da química-petroquímica, metalúrgico, entre outros setores de ponta. Cardoso (2000), alega que o emprego industrial no Brasil foi tradicionalmente mais bem remunerado e estável e, de certa forma, mais qualificante, se comparado àquele do comércio ou serviços pessoais (Ibid., p.24). Mas afirma que no Brasil, a partir de 1995, os efeitos da exposição da economia à competição foi levada ao paroxismo e que é a partir daí, também, que os efeitos da reestruturação sobre a força de trabalho mostraram-se mais salientes, afetando as chances de vida e trabalho de contingentes inteiros de trabalhadores (Ibid., p.20). Referindo-se ao setor automotivo, o autor defende a ideia que quando a reestruturação atingiu um nível setorial e sistêmico, não havia mais alternativa de emprego e a dramaticidade foi maior quanto mais estáveis e qualificados eram esses trabalhadores. O autor comenta:

Estamos diante de vetores efetivos e poderosos de precarização das condições de trabalho e vida de crescentes contingentes de trabalhadores, obrigados a buscar novas chances de sobrevivência num mercado de trabalho crescentemente hostil, como o que se consolidou nos anos 1990 (Ibid., p.25-26).

Cardoso (2000), registra, ainda, que,

De um certo ponto de vista, a situação pode ser menos dramática para os trabalhadores não-

qualificados, tradicionalmente instáveis no emprego e mais afeitos às mazelas do mercado da força de trabalho. Em termos de projetos de vida, embalados por trajetórias ocupacionais relativamente erráticas, o custo individual do vínculo precário de trabalho é algo que é vivido ao longo da vida produtiva, diluindo-se, por assim dizer, na adequação contínua das expectativas de emprego e *status* à realidade adversa (Ibid., p.23).

Não obstante, o mesmo autor reforça que a reestruturação não somente aumentou a precariedade dos vínculos desses trabalhadores não qualificados (referindo-se ao setor automotivo), mais do que isso, a forte terceirização ameaçou os direitos que definiram o "cidadão trabalhador", durante longo tempo, a " cidadania regulada". (Ibid., p. 23). Ou seja, condenando, ainda mais, esses trabalhadores ao círculo vicioso da precariedade.

Falar, portanto, de precarização para a situação brasileira, não é suficiente, já que se impõe a sua imbricação com a realidade precária do mundo do trabalho de grande parte do contingente dos seus trabalhadores não qualificados, ou com pouca qualificação, não somente na indústria, mas nos serviços e comércio. Isso, em virtude do tipo de configuração que aqui se estabeleceu, calcada na flexibilidade estrutural.

Desta forma, considera-se que para o Brasil, é necessário falar de precariedade e delimitar seus contornos com base nos elementos que se manifestam no país. Esta é uma maneira de compreender o período entre 2003 e 2010, detendo-se em manifestações da precariedade. Em outras palavras, sempre seria possível aplicar o termo precarização para o Brasil se os parâmetros são os países europeus ditos desenvolvidos; ao mesmo tempo é possível aplicar o termo precarização na comparação entre diferentes conjunturas (melhoras comparativas de certos indicadores) ou para os efeitos sistêmicos da reestruturação produtiva (generalização de padrões tecnológicos e de desregulamentação na gestão da força de trabalho) particularmente em alguns setores no país. Para o período em estudo, o caminho que será seguido é o de identificar os elementos que auxiliem a delinear a precariedade no país, mesmo diante de uma conjuntura marcada pela formalização e pela baixa taxa de desemprego, pois a contratação formal com direitos não significa, necessariamente, a ausência da precariedade (LIMA, 2014, p. 40). Eis o ponto de partida:

a nova precariedade salarial no Brasil caracteriza-se pela presença, nos locais de trabalho

reestruturados das grandes empresas, tanto de trabalhadores assalariados “estáveis”, quanto de trabalhadores assalariados “precários”. (...) Os trabalhadores assalariados precários estão mais expostos que os “estáveis” a acidentes de trabalho e insegurança na saúde; por outro lado, os trabalhadores assalariados “estáveis” estão mais expostos à pressão do trabalho dominado e à presença do exército de reserva que a qualquer momento pode ocupar seu lugar (ALVESa, 2013, p. 149).

Segundo Alves (2013a), a nova precariedade articula crescimento da formalidade, características estruturais do mercado (por exemplo, excedente da força de trabalho), manutenção da informalidade do trabalho por conta própria e legislação trabalhista que favorece rompimento dos contratos. Para o autor, no Brasil dos anos 2000, os trabalhadores do mercado formal encontram-se numa nova situação, marcada pelas novas relações de trabalho flexível que determinam sua condição salarial e composta pelas seguintes dimensões: jornada de trabalho flexível, remuneração flexível e contrato de trabalho flexível.

A primeira dimensão, incluída no texto da Constituição Federal de 1988 e regulamentada dez anos depois, possibilita às empresas flexibilizar a jornada, por intermédio do banco de horas, diminuindo ou aumentando o tempo de trabalho de acordo com as necessidades da produção sem redução ou aumento da remuneração. O fator de precariedade nesta dimensão está localizado no fato de que, nesta situação, o trabalhador é colocado à disposição da empresa, podendo o “empregador sobre-explorar sua força de trabalho nos momentos de alta produção sem remunerá-lo, compensando com folgas as horas trabalhadas em excesso nos momentos de baixa” (CAPELAS, 2010 apud Ibid., p. 154). A segunda dimensão, materializada com o advento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), no ano 2000, foi idealizada para servir de instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, associando a remuneração do trabalhador ao desempenho na empresa. O fator de precariedade está no fato de que “o trabalhador passou a confundir o interesse da firma com o seu, o que permitiu que sua força de trabalho sofresse maior exploração” (CAPELAS, 2010 apud Ibid., p. 154). A terceira dimensão refere-se às formas de contratação – surgidas a partir da década de 1990 – por meio do contrato de trabalho por prazo determinado e o contrato de trabalho em regime de tempo parcial, ficando o fator de precariedade por conta da

instabilidade nos empregos e das mudanças no plano do direito.

Também atento ao trabalho precário no mercado formal, Kalleberg (2009) relaciona as seguintes dimensões:

(1) um declínio no período de tempo em que uma pessoa permanece com um empregador; (2) um aumento no desemprego de longo prazo; (3) um aumento dos acordos de trabalho não normatizados: trabalhadores que são contratados temporariamente com contratos de termos fixos, ou aqueles que são contratados por meio de agências de auxílio temporário e empresas de contratação; e (4) o deslocamento de risco dos empregadores para os empregados por meios tais como a substituição da pensão de contribuição definida e dos planos de saúde definidos (nos quais os empregados pagam mais do prêmio de seguro e absorvem mais do risco do que os empregadores) e o decréscimo de planos de benefícios definidos (nos quais o empregador absorve mais do risco do que o empregado por meio da garantia de um certo nível de benefícios) (Ibid., p. 26).

As possibilidades e impossibilidades de cada dimensão serão analisadas no capítulo IV, aproveitando-se para dizer que, como lembra Selz (2015), acerca do objeto de pesquisa:

a formalização do objeto de pesquisa em questões operacionais depende, seguramente, dos dados disponíveis ou acessíveis. Ela pode também condicioná-los: efetivamente não é raro abordar uma problemática com os dados disponíveis, mais ou menos bem adaptados às questões que nos colocamos. Trata-se então de definir seus limites e as exigências necessárias de recorrer aos dados mais apropriados. Esta é uma das formas de progredir na direção de melhores dados (Ibid., p. 210).

Em suma, são diversas as análises que procuram delimitar o fenômeno da precariedade (apesar das dificuldades relacionadas ao procedimento) a partir da ênfase de algumas dimensões consideradas relevantes. Devido à amplitude atribuída ao fenômeno, deve-se considerar limitadas as análises que intentam precisá-lo, contudo são

estas que permitem uma observação circunscrita a aspectos observáveis empiricamente conforme o modelo analítica aqui expressa.

4 DISCUSSÕES ENTORNO DA POBREZA

4.1 A pobreza no pensamento brasileiro

Na exposição de como a pobreza foi abordada por pensadores brasileiros não se pretenderá reconstituir fatos e acontecimentos. A ideia segue um direcionamento tomado de Telles⁵¹ em que o presente evoca a história para figurar o lugar da pobreza na sociedade, pois se a história “pode esclarecer algo de nosso próprio presente, é pela possibilidade de esclarecer a lógica de destituição embutida no modo como são construídas as figuras e os lugares da pobreza na sociedade brasileira” (TELLES, 2001, p. 33). Para uma visão ampla acerca da pobreza no pensamento brasileiro Sprandel (2004) fornece um guia. A obra objetiva analisar de que modo ocorreu a construção da pobreza como problema nacional e não se preocupa em definir um conceito de pobreza para evitar a influência dos significados contemporâneos na análise realizada. O trabalho é organizado de maneira que o leitor inicia observando a pobreza como paisagem (conforme designação da autora) no pensamento social brasileiro, a partir da leitura de alguns clássicos pós 1870, e acaba por percebê-la como problema em discussão no Poder Legislativo, por meio da Comissão Mista de Combate à Pobreza, em 1999. Este encadeamento visa comprovar a hipótese de que embora “a ‘pobreza’ exista no país há mais de 500 anos, o ‘problema da pobreza’ ou a pobreza como problema, é uma preocupação historicamente bem mais recente” (SPRANDEL, 2004, p. 11).

A pobreza como paisagem é assim denominada pela autora devido à dificuldade de sua identificação nos textos clássicos – que passam por José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim entre outros – notando que a questão da pobreza, quando presente, aparece adjetivando os grandes temas em debate à época como raça, povo e organização nacional. Na análise de Telles (2001), para a visão política da época, a pobreza é transformada em natureza presente e visível como paisagem. O social em seu conjunto, durante a República Velha, aparece como um “mundo naturalizado e fora da interação humana, em que o povo é figura ausente e o indivíduo é reduzido à pessoa desprovida dos atributos da razão, da moralidade e da autonomia” (Ibid., p. 40).

Contudo, a situação começa a mudar na década de 1910, em que

⁵¹ A obra mencionada é constituída de coletânea de artigos escritos, em sua maioria, entre 1992 e 1998 no contexto das discussões acerca da redemocratização, assim a autora se debruça a estudar a relação entre pobreza e cidadania.

há avanço significativo em relação à discussão sobre o tema a partir de novas informações possibilitadas pela presença do Estado no interior do país. Este objetivava promover ações profiláticas no campo da saúde, construir estradas de ferro, realizar obras contra a seca e implantar a comunicação telegráfica, chamando a atenção de médicos, jornalistas e estudiosos que buscaram conhecer a população local descobrindo o brasileiro pobre sofrendo de todos os males oriundos da pobreza. A pobreza adquire outra dimensão, deixando de ser mero adjetivo. Nota Sprandel (2004) que,

o discurso racial, embora ainda forte, precisou curvar-se ante as evidências empíricas, registradas e fotografadas nos cadernos de campo de expedições científicas. As imagens da população sertaneja, divulgadas para o grande público, tornavam-se incômodas. Os mestiços degenerados agora tinham um rosto, um nome, um local de residência (Ibid., p.58).

Entre a pobreza como paisagem e a pobreza como problema nacional houve uma fase em que a pobreza passou a ser parte constitutiva relevante de grandes questões. Entre os autores trazidos à luz para exemplificar esse período histórico Sprandel (2004) elenca, entre outros, Caio Prado Júnior e sua *Formação do Brasil contemporâneo*⁵² em que a presença da questão da pobreza aparece relacionada à discussão das classes sociais, relegando ao pobres papel secundário em sistema formado por senhores e escravos. A autora destaca também o papel desempenhado por Josué de Castro e sua *Geografia da Fome*⁵³ em que realiza investigações sobre a qualidade da nutrição e da alimentação em que a pobreza é questão constitutiva do fenômeno da fome – observe-se que as ideias do autor tiveram bastante impacto e influenciaram órgãos internacionais e políticas públicas brasileiras, pois seus trabalhos orientaram o cálculo do salário mínimo na década de 1930 e a maneira de quantificar a pobreza (SPRANDEL, 2004). Acrescente-se aos autores citados, Vitor Nunes Leal com *Coronelismo, enxada e voto*⁵⁴ e Maria Silvia de Carvalho Franco, com *Homens livres na ordem escravocrata*⁵⁵,

⁵² PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

⁵³ CASTRO, Josué. Geografia da Fome. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁵⁴ LEAL, Victor. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

⁵⁵ FRANCO, Maria. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Unesp,

cujas análises acerca do sistema político e sobre a relação entre pobreza, violência e poderes locais na civilização do café também são exemplos de como a pobreza aparece como elemento relevante na explicação de aspectos da sociedade.

Afirma a autora que o pobre, enquanto objeto de análise, apareceu nos estudos sobre violência com a obra de Alba Zaluar⁵⁶ em que se tem a voz e a visão do pobre sobre si mesmo, sobre sua condição econômica e sobre as desigualdade e a exclusão (seus informantes se definiam como trabalhadores pobres). Estudos sobre a pobreza propriamente começaram nas análises econômicas do mercado do trabalho. O levantamento de Hasenbalg permitiu uma classificação dos trabalhos sobre a pobreza entre:

(1) diagnósticos e caracterização do mercado de trabalho, com ênfase nas questões do desemprego e do subemprego; (2) estudos da inserção da população nos setores formal e informal do mercado de trabalho; (3) pesquisas sobre trabalho e condições de vida da população do ponto de vista das formas de organização da produção; (4) estudos das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e famílias de baixa renda e (5) análise e mensuração da pobreza a partir da demarcação de uma linha de pobreza (HASENBALG, 1991 apud SPRANDEL, 2004, p. 123).

Vertente importante observada pela autora foi a dos estudos dos direitos humanos com o surgimento de movimentos em defesa da cidadania, nos anos 1980, em defesa de uma sociedade democrática – nesta década, Abranches (1985) apontava para a possibilidade de que, no futuro, seria maior o apoio a programas de combate à pobreza do que a realização de ações redistributivas que buscassem igualdade, o que se coadunaria melhor com a ideia de cidadania por não fazer distinção entre cidadãos. Como exemplo de ação cidadã, a que obteve maior destaque foi a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (Campanha da Fome), em 1993, que seria um contraponto, destacado por Telles (2001), às políticas neoliberais, tendo por grande mérito o fato de ter colocado a questão da pobreza, pela primeira vez, na pauta do debate público

1997.

⁵⁶ ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1996.

nacional. Gohn (1997)⁵⁷ a considera um dos movimentos sociais mais significativas da década, mas lembra que não é inédito no país ao se referir à existência de diversos movimentos com a temática – iniciando na década de 1910 com o Movimento contra a Carestia, liderado, principalmente, pelo Movimento Anarcosindicalista; passando por alguns movimentos entre eles a Marcha da Fome, em 1931, liderada pelo Partido Comunista do Brasil e fechando com o Movimento do Custo de Vida, com denominação alterada para Movimento contra a Carestia em 1979, articulado por setores progressistas da Igreja Católica. Para Gohn (1997) apesar de alguns movimentos terem sido liderados por partidos, as campanhas no decorrer do século XX e a campanha da década de 1990 foram de caráter suprapartidário e não-classista, desta forma recuperando a sociabilidade entre pessoas e grupos sociais. A sociabilidade para Telles (2001) não teria sido mantida, após o Plano Real, com a implantação do Programa Comunidade Solidária em que ocorreu segundo a autora,

um deslocamento da pobreza como questão e como configuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído – lugar da ação, da intervenção e da invenção, da crítica, da polêmica e do dissenso – para o lugar da não-política, no qual é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia (Ibid., p. 155).

Para Demo (1996) a pobreza não é “de direito e de fato tocada com alguma profundidade” no Programa Comunidade Solidária. Seus comentários realizam-se em contraposição ao que denomina de “defesa intempestiva” do Programa encontrado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996⁵⁸, elaborado numa parceria entre o Instituto de Pesquisa

⁵⁷ Nesta obra, Gohn (1997) busca sistematizar as principais discussões sobre movimentos sociais e organizações não-governamentais visando o delineamento do conhecimento existente sobre os temas. A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria é um dos estudos concretos que empreende recordando que, apesar do nome Campanha e dos organizadores não intencionarem caracterizá-la como movimento, a Campanha Contra a Fome foi um movimento social de caráter nacional por, entre outros aspectos, “ter tido uma estrutura organizatória interna e externa, por ter composta uma base social ativa, militante, uma liderança dirigente, contado com assessorias e coordenações; por ter estabelecido articulações com vários agentes da sociedade política e civil (...)” (Ibid., p. 74).

⁵⁸ Deste relatório, já se acenam novas ênfases dirigidas às políticas de combate à

Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Neste há uma constatação de que, desde o final dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, a agenda de política social brasileira passa a conferir um espaço, até então inexistente, às políticas de combate à pobreza, sendo o Programa Comunidade Solidária a ação inaugural, a de maior densidade e a que recebe a caracterização de política pública criativa em termos institucionais. O autor salienta que estas análises contrastam com o fato, por exemplo, de que personalidades como Betinho⁵⁹ deixaram o programa por considerarem-no inadequado e inepto no combate à pobreza.

Entretanto, o relatório não é objeto somente de críticas. Cabe salientar que nele há uma constatação de que a maioria dos programas governamentais concebidos de forma descentralizada (ampliando papéis de estados e municípios), privilegiam a manutenção do poder financeiro e decisório no nível federal. Para Demo (1996), esta análise (digna de mérito) acaba não conseguindo mostrar a relação com o Comunidade Solidária, pois não demonstra que o Programa faça algo contrário ao afirmado na constatação (isto é, que compartilhe o poder decisório com estados e municípios, retirando-o do domínio exclusivo do governo federal) ou que inaugure algo novo em termos institucionais.

Ainda considerando a produção intelectual durante a década de 1990, nota-se que as ciências sociais produzem trabalhos teóricos utilizando dados qualitativos enquanto os dados quantitativos praticamente se tornam prerrogativas de economistas e técnicos do governo (IPEA, em especial), principalmente, com a publicação do Mapa da Fome (utilizado como subsídio tanto pela Campanha quanto para o Plano de Combate à Fome e à Miséria, de 1993, sob o governo de Itamar Franco), que acabou acarretando no “predomínio recente de economistas na tentativa de interpretar o país (SPRANDEL, 2004, p. 132). A autora acrescenta que:

pobreza: “reforço da seletividade e focalização; combinação de programas universais e seletivos; programas de renda mínima; parceria público/privado (...)” (Ibid., p. 111). Ênfases similares podem ser encontradas nos relatórios do Banco Mundial.

⁵⁹ O sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 1980 e, na década de 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como Campanha Contra a Fome. Betinho mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdade. Informações retiradas de <http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/>.

a pobreza, depois de um tortuoso, conflituoso e debatido caminho para chegar ao centro das preocupações nacionais, transformou-se, no final da década de 1990, em temática de economistas, afinados com a nova e poderosa pauta dos organismos de desenvolvimento (Ibid., p. 133).

Portanto, quando a pobreza adquire a importante dimensão de problema nacional, as análises sobre o fenômeno são empobrecidas no conteúdo por restringirem-se às discussões quantitativas sobre seu dimensionamento, numa tentativa de adequação do problema à capacidade de implementação das políticas públicas.

Para chegar à preponderância dos economistas afinados com a pauta dos organismos internacionais de desenvolvimento a que se refere a autora, o marco das representações oficiais e internacionais foi o ano de 1990 em que houve a 13ª edição do Relatório de Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial, tendo a pobreza como questão de destaque e a divulgação do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano⁶⁰, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No decorrer da década de 1990 ainda ocorreriam diversas conferências visando discutir alternativas ao fim da pobreza, das desigualdades sociais e da degradação ambiental com destaque para a Conferência de Desenvolvimento Social, de 1995, em Copenhague, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na qual os países assumiram o compromisso de reduzir a pobreza mundial pela metade até 2015. No mesmo ano de 1995, o Banco Mundial divulgou o documento “Avaliação da pobreza no Brasil” cujo principal argumento é o de que os gastos sociais são enormes e não se traduzem em melhores indicadores sociais ou na redução da pobreza. Assim, sugere políticas macroeconômicas ligadas à estabilidade dos preços, à flexibilidade do mercado de trabalho e ao direcionamento de intervenções no Nordeste, pois esta região concentraria o maior contingente de pobres. O documento também aponta problemas nas políticas de apoio ao setor formal do mercado de trabalho – já que poucas pessoas pobres nele se encontram – e afirmam que tanto o aumento do salário mínimo quanto o seguro-

⁶⁰ Neste relatório foi apresentado pela primeira vez o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) amplamente conhecido, e que não é considerado um indicador de pobreza por Soares, S., (2009) e Rocha (2006), mas Demo (1996) o considera como indicador de pobreza relativa. Sua composição leva em consideração as dimensões saúde, educação e renda.

desemprego não são instrumentos eficazes na redução da pobreza (Banco Mundial, 1995 apud Sprandel, 2004). O fim da década de 1990 ainda contaria com declaração do Diretor Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) salientando que a pobreza era uma ameaça sistêmica e propondo ofensiva para sua erradicação e para a humanização da globalização. Estes acontecimentos consolidariam a temática social na agenda internacional que seriam os responsáveis por pautar as discussões no fim dos anos 1990 fazendo com que o Brasil perdesse seu lugar de fala⁶¹ (SPRANDEL, 2004).

A década seguinte seria iniciada com o crescente reconhecimento oficial da pobreza, por parte do Banco Mundial, quando seu presidente assume publicamente que dezenas de milhões de pessoas não estavam melhores que a geração anterior e que a globalização as tornava cada vez mais marginalizadas. Assim, no Relatório sobre Desenvolvimento Social, o órgão propõe estratégias em três frentes para atacar a pobreza: promoção de oportunidades, facilitação da autonomia e segurança das pessoas pobres (empowerment) (OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA, 2000 apud SPRANDEL, 2004). Analisando as ações desempenhadas pelo Banco Mundial, Chossudovsky (1999) afirma que este desempenha papel fundamental na promoção de um aparente debate crítico (que não toca nos fundamentos sociais do sistema de mercado global) ao promover pesquisas sobre pobreza e as chamadas dimensões sociais do ajuste econômico, na tentativa de atribuir aos organismos de *Bretton Woods* uma face humana e uma aparência de compromisso com a mudança social.

Outros organismos internacionais manifestaram-se quanto à questão da pobreza. Soares, L. (2001), por exemplo, chama atenção para a estratégia para superação da pobreza observada em um documento, de 1986, elaborado conjuntamente pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa Regional de Emprego (PREALC), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o PNUD. No documento é possível notar a preocupação com a articulação entre políticas específicas de combate à pobreza e políticas de desenvolvimento social, lembrando que a relação entre políticas econômicas e políticas sociais são elementos inseparáveis do desenvolvimento. Pode ser lido no relatório que,

tanto as políticas de emergência e de subsídio aos pobres, bem como as de reorientação das políticas

⁶¹ Sprandel (2004) considera que a Comissão Mista de Combate à Pobreza, criada no Congresso Nacional, em 1999, foi uma tentativa da recuperação do debate nacional sobre a questão, mas esta mostrou-se frágil e pouco eficaz.

sociais devem ser desenhadas tendo por objetivo final a criação das condições de integração social que são a base do desenvolvimento produtivo. Isso supõe que o desenvolvimento social tem por objetivo estabelecer a cidadania social, ou seja, lograr para todos certas condições básicas de desenvolvimento biológico, formação intelectual e do trabalho, e acesso à renda. Esta cidadania social, constitui o fundamento da cidadania política, que é, por sua vez, a base dos sistemas democráticos dos países da região (CEPAL, 1986 apud *Ibid.*, p. 83).

Estas são as principais ideias que nortearam os debates e as políticas públicas brasileiras no final da década de 1990, e durante a década seguinte, e na tentativa de dar continuidade ao modo como Sprandel (2004) vinha realizando as análises até o início da década de 2000, considera-se nesta pesquisa que, na última década, o país, apesar de ainda pautado pelos organismos internacionais, recupera seu lugar de fala, levando ao debate, novamente, a questão da fome – com o Projeto Fome Zero, de 2001, que dará origem ao Programa Fome Zero, de 2003 – e trazendo de volta a pobreza como problema nacional. O documento apresentado pelo Projeto coloca a alimentação como direito humano básico (devendo ser assegurado pelo Estado), priorizam o combate à fome e à miséria como questões mobilizadoras da sociedade. Este documento destaca também o papel da Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, de 1992 e 1993. O principal objetivo do documento foi a formulação de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional (YASBEK, 2004). Ao explicitar o conceito de segurança alimentar, esclarecia que, no Brasil, a pobreza e o desemprego são as causas principais da fome, sendo o diagnóstico subsidiado por dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do PNUD e do Banco Mundial. O documento ainda apresenta um critério para uma linha de pobreza – população cuja renda per capita não alcança o valor de uma cesta alimentar acrescida de bens não alimentares básicos – e uma linha de indigência – população cuja renda per capita não alcança o valor de uma cesta alimentar – com base na metodologia do Banco Mundial (explicada adiante). A linha estabelecida apontava para um público potencial de cerca de 44 milhões de pessoas, cerca de 9.300 milhões de famílias. Na análise do projeto, posteriormente transformado em programa, para Yasbek (2004),

sem dúvida, o Programa Fome Zero coloca em evidência o lugar da pobreza na sociedade

brasileira. Ao trazer para o debate público a problemática da fome, movimentando a mídia, a opinião pública, os especialistas de diversas áreas, as universidades, as lideranças locais, os governantes de estados e municípios e outros cidadãos do país (Ibid., p. 109).

Contudo,

o Programa Fome Zero, apesar de seu grande apelo simbólico (tal como o Programa Comunidade Solidária), não apresenta inovações, pelo menos em seu desenho concreto inicial, embora em sua proposta original fique explícita a perspectiva de associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social e medidas de cunho mais estrutural (Ibid., p. 110).

Se não há inovações no desenho inicial do Programa Fome Zero, com o Programa Bolsa Família (PBF)⁶² é possível dizer que a pobreza se mantém no debate nacional e tenta ultrapassar o viés de problema técnico – aprimorando questões já colocadas no Programa Fome Zero – ao associar ações de diversas políticas públicas a um determinado modelo de desenvolvimento econômico e social. De forma diferente enxerga Bichir (2010) para quem o governo Lula (2003-2010) teria apenas expandido e consolidado a rede de assistência social do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), dando ênfase às políticas focalizadas, e de certa forma dando continuidade à agenda de reformas descentralizadoras começadas no governo anterior.

De fato, a finalidade do PBF expressa na sua criação era a de unificar os programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e outros) e o cadastro do governo federal, ambos oriundos da gestão de FHC. Em sua origem, a composição do benefício repassado por meio do PBF era constituído por um benefício básico - destinado a unidades familiares que se encontravam em situação

⁶² Criado pela Medida Provisória nº 132, de outubro de 2003 que foi convertida na Lei nº 10.836 de janeiro de 2004. No ano de 2006, atingiria sua meta inicial de atendimento, alcançando 11 milhões de famílias; no final de 2010 o alcance era de quase 13 milhões de famílias (PAIVA; BARTHOLO; FALCÃO, 2013).

de extrema pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 60,00 – e um benefício variável – destinado a unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza com presença de gestantes, nutrízes, crianças de 0 a 12 anos⁶³ e adolescentes até 15 anos, com renda familiar per capita de até R\$ 120,00⁶⁴ (BRASIL, 2004). Por ser um programa de transferência de renda com condicionalidades, para receber o benefício o responsável deve manter compromissos vinculados à saúde e à educação, mantendo as vacinações de crianças atualizadas, comparecendo às unidades de saúde para acompanhamento, matriculando crianças e adolescentes na escola (com o compromisso de atingir uma frequência mínima pré-determinada). A ênfase nas condicionalidades seria um modo de garantir às famílias acesso à educação e à saúde. Soma-se a isso o fato de que o PBF também se relaciona com a assistência social que por sua vez encaminha os beneficiários para capacitações profissionais objetivando melhorar o acesso ao mercado de trabalho. Em conjunto, as ações seriam capazes de enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza.

Análise de alguns aspectos sobre os impactos do PBF podem ser encontrados em pesquisa qualitativa de Rego e Pinzani (2013), empreendida por meio de entrevistas com mulheres beneficiárias do Programa no sertão e no litoral de Alagoas, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, nas periferias de Recife e São Luís, no interior do Piauí e do Maranhão. Para os autores,

[o PBF] representa um salto qualitativo, mais do que meramente quantitativo, em relação às políticas públicas dos governos anteriores. Além de unificar programas federais, estaduais e municipais existentes, coloca-se como um programa de inclusão social, econômica e cidadã de uma parte numericamente imponente da população brasileira, e não somente como um apoio aos indivíduos em idade escolar (como no caso do Bolsa Escola), ou

⁶³ Para Paiva, Bartholo e Falcão (2013), a ênfase nas crianças era inédito na política social brasileira e, de certo modo, começaria a aproximar sua estrutura de benefícios à estrutura existente em países com sistema de bem-estar social mais desenvolvido.

⁶⁴ A exposição das informações referentes às faixas de renda abrangidas pelo PBF são relevantes, pois como se verá adiante nas discussões sobre como calcular a pobreza, a linha administrativa utilizada na definição de pobres e pobres extremos aparecem na legislação relacionada ao PBF.

como uma ajuda para os gastos domésticos (como no caso do Vale Gás). A renda em dinheiro mudou profundamente a relação dos pobres com a sociedade (Ibid., p. 154).

A proposta de conexão dos objetivos de um programa de combate à pobreza a outras políticas públicas a um modelo de desenvolvimento econômico e social seria melhor articulada com a criação do Programa Bolsa Família. Isto não significa dizer que no escopo das ações governamentais anteriores os elementos de conexão com outras políticas públicas estivessem ausentes, pois a associação de ações no campo da pobreza com ações no campo do emprego e renda, por exemplo, também está explicitada tanto no Plano de Combate à Fome e à Miséria quanto no Programa Comunidade Solidária. O Plano, inclusive, enfatizava a importância da retomada do crescimento econômico articulado com geração de emprego, melhoria do poder aquisitivo da população, estímulo à produção de alimentos e apoio aos agricultores de baixa renda etc. Já o Programa Comunidade Solidária combinava combate à pobreza com atenção preferencial as ações no campo da alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, serviços urbanos etc. Contudo, para responder se a conexão é suficiente para, de fato, combater a pobreza seria necessário enveredar por um conjunto de aspectos que não fazem parte das questões abordadas nesta pesquisa. Para Demo (1996), por exemplo, o combate à pobreza deveria se constituir em três pilares: assistência social, pois se trata de direito à sobrevivência material; inclusão econômica, traduzido em emprego e renda; e inclusão política, visto como cidadania autogerida. Outros pensadores dirão que “está ausente do programa [Comunidade Solidária] uma série de condições políticas e institucionais para que ele se efetive tendo em vista a formulação mais completa de uma política pública de cidadania” (REGO; PINZANI, 2013, p. 20).

A defesa de que há uma diferença importante entre os governos de FHC e Lula ancora-se no fato de que este último governo lide com o problema da pobreza como parte de uma dimensão que ultrapassa seu âmbito restrito, mas não se intenciona atribuir a tal uma capacidade de superação do problema. Este trabalho não se coloca ao lado do “*mainstream* econômico” e seus ideólogos criticado na citação abaixo:

Em face dos interesses dominantes, análises rigorosas e vaticínios conscientizadores caem em ouvidos moucos. O *mainstream* econômico, graças

ao controle sobre a grande mídia e com ajuda dos ideólogos venais, impõe uma visão edulcorada da realidade entretendo um otimismo beócio a respeito da capacidade de superação dos problemas (CATTANI, 2014, p. 9).

A tentativa aqui é a de demonstrar que por meio dessa importante vinculação entre pobreza e desenvolvimento, importantes melhoras nos indicadores foram alcançadas, mas tais resultados nos permitem apenas conhecer a realidade em seus aspectos mais superficiais. Busca-se relações mais substantivas. Seria possível dizer que se está diante de uma lógica processual similar ao constatado por Castel (2012)?

Que a “imagem” da indigência não seja mais focalizada apenas sobre o mendigo ou sobre o vagabundo não é, pois, uma simples mudança de “representação”. Esse deslizamento traduz a montagem paradoxal de melhoria/agravamento da vida das pessoas humildes no fim do Antigo Regime. Assim, principalmente quando, após o período de expansão econômica que culminou nos anos 1760, ocorre uma recessão multiplicam-se os testemunhos relativos a essa tomada de consciência da precariedade geral da condição popular (Ibid., p. 224).

O modelo de análise busca identificar se seria possível dizer que a despeito da melhora nos indicadores de pobreza, o Brasil viveria uma ampliação da precariedade do trabalho no período entre 2003 e 2010.

4.2 A pobreza e o modelo econômico e social

O debate da pobreza associada ao desenvolvimento é uma das linhas argumentativas que podem ser desenvolvidas para a situação brasileira da década de 2000. As palavras de Abranches (1985) abrem a questão de forma interessante: “a pobreza é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer forma de desenvolvimento que a faz desaparecer. Na verdade, um estilo de crescimento que mantenha as pautas de exclusão social, econômica e política pode tornar-se o seu padrasto” (Ibid., p. 30).

Com a retomada do crescimento econômico e com a maior distribuição de renda e crescimento do emprego formal, a questão do

desenvolvimento retorna à agenda nacional com a implementação de projetos estruturantes de infraestrutura e mesmo com a desaceleração do crescimento a partir de 2009, o emprego e a renda da população mantiveram-se crescentes devido às políticas voltadas ao consumo interno, ao aumento do salário mínimo e às políticas sociais distributivistas como o Programa Bolsa Família (PBF). Nos anos 2000, há o que alguns autores identificam como o esgotamento das políticas neoliberais devido à retomada das políticas sociais pelo Estado (Lima, 2014). Contudo, segundo o autor, a retomada do crescimento foi uma tentativa de dirimir as consequências da reestruturação econômica na parcela da população excluída do mercado de trabalho, mas não significou a implementação de políticas que atuassem na regulação capital e trabalho, na perspectiva de um estado planejador que se volta para a universalização de direitos sociais tendo o contrato de trabalho como referência.

Analisando o período entre 2003 e 2010, correspondente à gestão de Luís Inácio Lula da Silva, Singer (2012) o classifica em três fases. A primeira, de 2003 a 2005, corresponderia ao período em que é colocado em prática o “pacote de maldades neoliberais” – seguindo os compromissos firmados, durante o processo eleitoral, de continuidade das medidas executadas no período de Fernando Henrique Cardoso – exemplificados com a contenção de despesas, com o quase congelamento do salário mínimo e com a redução de benefícios a partir da reforma da previdência. Concomitantemente, há ações que, segundo o autor, percorreram o caminho inverso à lógica neoliberal exemplificadas pelo aumento da importância dedicada à transferência de renda (a partir da criação do PBF, em 2003) e à expansão do financiamento popular. Combinadas as ações seriam responsáveis por aliviar a situação dos mais pobres.

A segunda fase, de 2006 a setembro de 2008, reuniu medidas ligadas à valorização do salário mínimo, à flexibilização dos gastos públicos, à redução dos juros, ao aumento do crédito consignado, mas o elemento de destaque desta fase é identificado na geração de empregos, pois este passa a ser decisivo no combate à pobreza, a partir do momento em que, associado aos elementos citados – principalmente à valorização do salário mínimo e ao crédito – muda-se a qualidade das ações de combate à pobreza, outrora centradas apenas na transferência de renda. Esta ideia parte do pressuposto de que a valorização do salário mínimo é elemento chave para o combate à pobreza e se baseia no argumento de que “o salário mínimo estabelece o piso da remuneração do mercado formal de trabalho, influencia as remunerações do mercado informal e

decide o benefício mínimo pago pela previdência social” (SICSÚ, 2010 apud *Ibid.*, p. 148). Com o maior poder aquisitivo das famílias de baixa renda, parte da economia brasileira teria sido direcionada aos pobres, gerando um círculo virtuoso, pois as empresas, ao investirem no mercado interno, geravam postos de trabalho que por sua vez propiciava o consumo e absorvia a massa miserável no circuito econômico formal.

Na terceira fase, de setembro de 2008 a 2010, devido à desorganização das finanças mundiais por consequência da crise, o país opta por ampliar o consumo por meio do aumento do salário mínimo, das transferências de renda, da expansão do crédito e das desonerações fiscais e financiamentos estatais, sendo que as duas últimas ações alavancaram o setor privado com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida⁶⁵ (SINGER, 2012). Para definir cada fase, Singer seleciona três símbolos: na primeira fase está o Programa Bolsa Família, na segunda, o salário mínimo e na terceira, o Programa Minha Casa Minha Vida. Nota-se, portanto, que nas três fases há elementos relacionados ao combate à pobreza, sempre mobilizados dentro da lógica de desenvolvimento nacional.

A ênfase nas políticas sociais de combate à pobreza associada à dinâmica do trabalho nos anos 2000 fizeram reaparecer⁶⁶ na cena nacional uma camada da sociedade⁶⁷ composta por brasileiros miseráveis e pobres que, conseqüentemente, passou a se tornar relevante nas análises. Para alguns analistas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), o nascimento da

⁶⁵ O programa visa facilitar o acesso à moradia da população de baixa renda.

⁶⁶ Como recorda Singer (2012), Celso Furtado e Caio Prado Jr. já haviam salientado a importância dessa camada ao localizarem na existência de uma massa de miseráveis os empecilhos para que a nação pudesse romper o círculo vicioso do atraso.

⁶⁷ Singer (2012), por exemplo, analisa o papel dessa camada na determinação de uma agenda política (redução da pobreza) de longo prazo, “da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (*Ibid.*, p.13-14). Na visão do autor, o Presidente Lula aproveitou a onda de expansão mundial para combinar aceleração do crescimento, sobretudo a partir de seu segundo mandato, com diminuição da desigualdade, integrando a camada do subproletariado à condição proletária via emprego formal. Subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (*Ibid.*, p.22). Para quantificar o subproletariado, Singer usou informações sobre ocupação e renda fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e concluiu que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até 2 salários mínimos per capita.

política social focalizada de combate à pobreza é intimamente ligado às reformas liberais e objetivam minimizar os danos, oriundos de um modelo de desenvolvimento periférico, tais como: o baixo crescimento, elevadas taxas de desemprego e baixos rendimentos. A redução da pobreza a partir da garantia de renda teria sido favorecida pela conjuntura dos anos 2000 em que o Brasil aponta para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento, que procura combinar de maneira favorável os avanços econômicos com os progressos sociais (POCHMANN, 2012). Nesse período, houve uma importante mudança no padrão de trabalho brasileiro marcado pela formalização e pelo dinamismo das ocupações, mas também pela mudança no perfil remuneratório. Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho gerados, 95% deles concentram-se na base da pirâmide salarial (até 1,5 salário mínimo) aumentando a participação relativa desta faixa de remuneração e interrompendo sua trajetória de redução desde os anos 1970 (POCHMANN, 2012).

Análise similar encontra-se em Abranches, Santos e Coimbra (1989) para quem as políticas sociais nos países industrializados intentam compensar o mal-estar e os efeitos perversos produzidos pelas ações indispensáveis à acumulação e ao progresso. Assim, é comum que nesses países haja uma compensação universal para situações como velhice, invalidez, doença, acidentes de trabalho, desemprego, dentre outros. É preciso dizer que o autor opera uma distinção entre política social e política de combate à pobreza. A primeira é obrigação permanente do estado e possui duas faces: uma voltada para as ocorrências que determinam redução da capacidade de obter renda suficiente de forma quase sempre “definitiva e insanável” (velhice, invalidez); outra contemplando ocorrências transitórias (desemprego temporário, doença). A segunda, objetiva eliminar a destituição, incorporando os “despossuídos” ao circuitos regulares da vida social e compensando suas principais carências. A partir desta distinção, o autor define atuações diferenciadas para ambos.

Nem medidas macroeconômicas em seus desdobramentos reais, nem políticas sociais de corte convencional conseguem atingir os núcleos mais resistentes de miséria. As pessoas em estado de absoluta carência estão aprisionadas numa cadeia de privações, oriundas da própria operação da ordem social e econômica, que reduz suas chances reais de acesso a recursos que tornem possível saírem de sua miserável condição. A política social convencional opera além dessa

fronteira. Nos seus limites atuam as políticas específicas de erradicação da pobreza⁶⁸ (ABRANCHES; SANTOS; COIMBRA, 1989, p. 15).

É a partir de raciocínio semelhante ao encontrado na citação acima que surge a política de combate ou de erradicação da pobreza (materializada pela política de transferência de renda colocada em prática com a implementação do Programa Bolsa Família, isto é, seria a partir da constatação de que crescimento econômico e políticas sociais universais são incapazes de atingir o núcleo da pobreza e da miséria. E a especificidade ocorrida durante a gestão de Lula foi a combinação de políticas de combate à pobreza com crescimento econômico.

É possível, também, verificar a profunda imbricação entre o programa de transferência de renda e o projeto de desenvolvimento na análise de Alves (2013b). Partindo da observação de que a América Latina teria presenciado o surgimento de formas alternativas de desenvolvimento – reagindo à financeirização e à barbárie social provocados pelo neoliberalismo da década anterior – o autor identifica o surgimento, no Brasil, de um novo projeto burguês denominado neodesenvolvimentismo cujo primeiro ciclo teria se dado no período 2003-2008, com ênfase na segunda metade da década. O neodesenvolvimentismo seria uma reação à abertura econômica, à privatização e à desregulamentação do Estado (em que este deixava de ser o principal indutor da economia, delegando ao mercado esse papel) que consiste em reassumir seu papel regulador⁶⁹, financiador e investidor com uma afirmação periférica de um reformismo social democrata. O autor define o neodesenvolvimentismo como:

um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surge com a crise do neoliberalismo no Brasil. Na verdade, trata-se de uma nova visão de

⁶⁸ Apesar desta distinção entre política social e política de redução ou combate à pobreza, as expressões serão utilizadas indistintamente neste trabalho por não acarretar prejuízo ao encadeamento do raciocínio construído. O mesmo é feito por autores citados que abordam a temática.

⁶⁹ Note-se que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criadas as agências reguladoras, (que poderiam ser exemplos que contradizem a afirmação de desregulamentação do estado), contudo, segundo Alves (2013) “elas eram apenas um simulacro tendo em vista que elas têm muito pouca capacidade para impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que se dá hoje em escala internacional”.

desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas, para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado⁷⁰ (ALVES, 2013b, n.p.).

Para o autor, este projeto de desenvolvimento mantém os pilares da macroeconomia neoliberal, com disciplina fiscal e monetária – deixando explícito o objetivo de reorganizar o capitalismo e não o de aboli-lo –, mas colocados a serviço do crescimento sustentado da economia, favorecendo a ascensão da camada pobre devido ao impacto no mercado de trabalho urbano, ao aumento da taxa de formalização, à abundante oferta de crédito e aos programas sociais de transferência de renda Alves (2013b). Entretanto, segundo o autor, apesar dos avanços nos indicadores sociais, a partir do momento em que o estado encara a tarefa de combater a pobreza e de ampliar o mercado interno (tarefa modesta, embora significativa que resgata o povo das misérias históricas herdadas do passado colonial), o neodesenvolvimentismo é incapaz de alterar qualitativamente a ordem oligárquica burguesa. Além disso, opera com contradições típicas do desenvolvimento capitalista periférico ao combinar combate à pobreza e inclusão do subproletariado no mercado formal com a preservação do modo de desenvolvimento capitalista, podendo ser somente a síntese possível do desenvolvimento capitalista no Brasil na condição de crise estrutural (ALVES, 2013b)⁷¹. Por sua vez, de acordo com análise dos anos 2000 de Lopes (2011), a transferência de renda mínima aparece como fator importante para estimular o mercado interno e pode contribuir, se associada à valorização do salário mínimo, do trabalho no campo e dos investimentos em educação, para atenuar a precarização do trabalho e a pobreza.

O autor ainda critica a ideia de que a proposta neodesenvolvimentista empreenda o resgate da promessa civilizatória dos “anos dourados” do capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial

⁷⁰ Este conceito é o mesmo utilizado por Singer (2012).

⁷¹ Segundo o autor, a “crise estrutural do capital – não se trata da estagnação da expansão capitalista, mas sim da irrealização de suas promessas civilizatórias e a ampliação universal da condição de proletariedade” (Ibid., n.p.).

construindo um Estado de Bem-Estar social⁷². Esta visão ignora a situação geopolítica da luta de classes daquele período – cuja singularidade histórica teria terminado com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e a situação decadente do capitalismo, nos anos 2000, que não permite ampliação universal de direitos trabalhistas e sociais. Portanto, seria possível apenas instaurar suportes sociais mínimos de existência, “verdadeiros rudimentos do Estado-providência nos limites do orçamento público de estados-nações comprometidos com a reprodução dos grupos econômicos oligopolistas financeiros hegemônicos no plano global” (ALVES, 2013b, n.p.).

Na análise de Dedecca (2009), a aceitação da relevância e da eficácia de uma política econômica conservadora contribuiu para a manutenção da subordinação das políticas de desenvolvimento e sociais às determinações fiscais e monetárias restritivas obrigando a condução da política social e de trabalho nos limites permitidos pela política econômica. Assim,

a recente experiência brasileira evidencia que as iniciativas do governo no sentido de atuar para reduzir a assimetria presente na relação de capital-trabalho e de retomar os instrumentos de regulação pública do contrato de trabalho esbarram nas determinações da política econômica, em relação à qual exerce um papel subordinado. Isto é, ampliar a regulação pública sobre o contrato de trabalho com o objetivo de torná-la menos assimétrica exige uma autonomia das políticas de proteção ao trabalho e social em relação à política econômica. O atual governo, ao acreditar que poderia construir uma política de proteção do trabalho e social mais consistente sob a vigência de uma política econômica conservadora, acabou transformando suas iniciativas em ações pontuais e sem maiores efeitos sobre as condições de funcionamento e

⁷² A tentativa de caracterizar a realidade brasileira como em direção ao *welfare state* já se encontra nos anos 1990 em relatório do PNUD/IPEA, utilizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O relatório induz a uma “expectativa ingênua de que teríamos entre nós uma situação similar àquela de ‘bem-estar’ do assim dito welfare state. Reaparece aqui [no relatório], com particular força, a defesa da socialdemocracia que, não por acaso, está no governo atualmente e tentou aproveitar-se desse Relatório como plataforma partidária” (Demo, op. cit., p. 105-106).

organização do mercado de trabalho (Ibid., p. 139).

Neste momento, é interessante explicar as informações preliminares e a construção teórica do trabalho de Castel (2012) para demonstrar como o autor procede à associação entre a pobreza e o trabalho aludindo às semelhanças e diferenças com esta pesquisa. De acordo com o autor, seu trabalho busca compreender como a condição de assalariado superou suas incertezas e indignidade para se tornar base da sociedade salarial moderna (nos anos 1960) com o objetivo de dimensionar, após o que ele entende ser a crise da condição salarial, a presença de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social sem encontrarem um lugar designado. Para tal, realiza um caracterização sociohistórica no “esforço de re-entender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira” (Ibid., p. 23). O autor realiza essa operação, com vistas a mensurar a ameaça de fratura da condição de assalariado que colocaria, no primeiro plano, questões como vulnerabilidade, segregação, desterro, desfiliação e precariedade. Em sua empreitada, a relação com o trabalho foi determinante para colocar a questão na dinâmica social, por ser suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, o que lhe possibilitou observar uma forte “correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção” (Ibid., p. 24). Esta correlação permitiu-lhe criar um esquema (cujas associações não atuam de forma mecânica ou definitiva) baseado em “zonas” de coesão social. Por exemplo, a associação trabalho estável-inserção relacional sólida caracteriza uma “zona” de integração e, ao contrário, a associação ausência de participação em atividade produtiva-isolamento relacional produzem exclusão ou, como define o autor, “zona” de desfiliação. A “zona” intermediária e instável é a da vulnerabilidade social que conjuga precariedade do trabalho-fragilidade dos suportes de proximidade.

A hipótese fundamentada pelo autor é a de que a “composição dos equilíbrios entre essas ‘zonas’ pode assim (...) servir como indicador privilegiado para avaliar a coesão de um conjunto social num dado momento” (Ibid., p. 24). Na construção de seu esquema, realiza duas observações preliminares importantes e que são úteis para a compreensão dos objetivos desta pesquisa. A primeira relaciona-se ao fato de que não há corte de estratificação social. Em suas palavras,

A dimensão econômica não é, pois, o diferenciador essencial, e a questão apresentada não é a da

pobreza, ainda que os riscos de desestabilização recaiam mais fortemente sobre os que são desprovidos de reservas econômicas. (...) O que se deve evidenciar são, sobretudo, as relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social (Ibid., p. 25).

Assim como em Castel, na pesquisa que ora desenvolvemos, a dimensão econômica não é diferenciador essencial e a questão apresentada não é a da pobreza. A dimensão econômica e a pobreza são referências, elementos utilizados como chaves de compreensão para a empiria. Da mesma maneira, não há uma preocupação com as “zonas” de coesão de Castel, mas sua explicitação auxilia na expansão do olhar que tenta captar a dinâmica social global. A segunda observação preliminar é a de que o modelo de análise não é estático e trata-se menos de situar indivíduos nas “zonas” e mais de esclarecer um processo de desenvolvimento do mundo do trabalho observando o trânsito dos trabalhadores pobres. O modelo não permite uma utilização estática, dada a impossibilidade do pensamento binário. Concorda-se com a citação a seguir:

A complexidade da questão trabalho não permite sua redução a dicotomias tais como assalariados-não assalariados; com direitos-sem direitos; precarização-emancipação, entre outros que ajudam a perceber a árvore, mas não permitem visualizar a floresta (LIMA, 2014, p. 31).

Se Castel (2012) utiliza a composição dos equilíbrios entre as “zonas” como indicador privilegiado, Freyssinet (2009) utiliza o trabalhador pobre (*workig poor*). Segundo o autor, o conjunto da União Europeia – exceção feita ao Reino Unido – conheceu queda acentuada do peso do salário na renda nacional no final da década de 1970. Isto se deu devido à eliminação ou enfraquecimento das normas que protegiam o poder de compra do trabalhador consequência da pressão pela redução do custo do trabalho em busca da competitividade e da rentabilidade. (Alguns países, por exemplo, faziam uso das cláusulas da escala móvel que assegurava ajuste automático dos salários ao aumento no índice de preços.) Desenvolveram-se formas de remuneração fortemente dependentes da rentabilidade das empresas e sem o caráter jurídico de salário, tais como participação nos lucros e distribuição de ações. A pressão pela queda do custo do trabalho foi acompanhada de medidas que

bloquearam a tendência crescente de proteção social, sendo que a orientação primordial buscava o fracionamento do que compunha o *welfare state*. Em outras palavras, o “objetivo geral é, portanto, não somente reduzir o custo do *welfare state*, mas também desconectá-lo do custo salarial, que constitui um componente particularmente rígido” (Ibid., p. 35). Nesse contexto, os benefícios chamados básicos foram reduzidos ao mínimo e condicionados à disponibilidade de recursos e, em alguns casos, à condição de atividade dos beneficiários – os chamados *workfare*. Acrescente-se a isso o incentivo a formas de proteção social complementares tanto com base na empresa quanto com base no indivíduo.

Para Freyssinet (2009), essas medidas relacionadas ao salário foram responsáveis por aumentar a desigualdade entre os assalariados, sendo que a manifestação mais impactante ocasionada foi o surgimento da categoria *working poor* em estudo realizado pela *European Industrial Relations Observatory (EIRO)*. Segundo definição adotada pela União Europeia, “é considerado como trabalhador (ou trabalhadora) pobre toda pessoa que, mesmo tendo sido empregada por mais da metade do ano, pertença a um domicílio pobre” (Ibid., p. 35). E, ainda, conforme a União Europeia, domicílio pobre é aquele em que o rendimento por unidade de consumo é inferior a 60% do rendimento médio (uso dos órgãos oficiais). Para o autor, a existência dos *working poor* seria a prova cabal da contradição central expressa no documento, elaborado pela OCDE, *Estratégia para o Emprego*, pois neste é possível encontrar o objetivo de aumentar as taxas de emprego da população em idade ativa argumentando que o acesso ao emprego é o melhor meio de lutar contra a pobreza e a exclusão social.

Embora o autor empreenda sua análise abordando separadamente emprego, duração do trabalho e salário, o autor considera haver entre estes aspectos uma relação de complementaridade, responsável por alterar a relação salarial em seu conjunto. E isto somente é possível se acompanhada das mudanças no conteúdo das normas, ou seja, da regulação social. Conclusão geral do autor é que o efeito principal da flexibilização foi concentrar a precariedade do emprego em certos segmentos desfavorecidos dos assalariados, mais do que generalizar a precariedade.

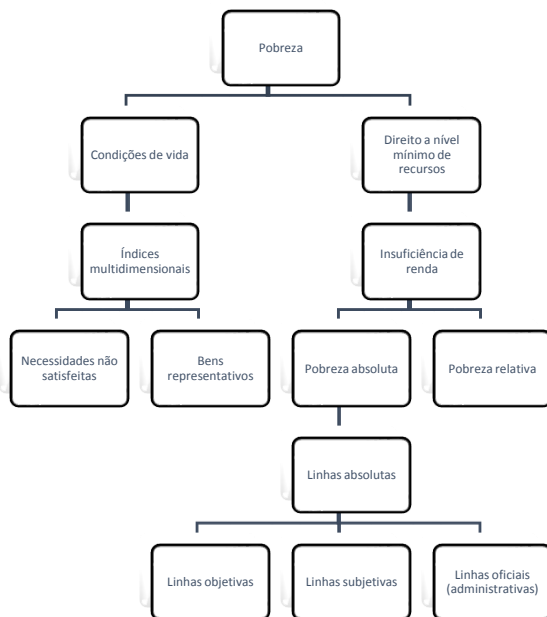
4.3 Conceito e operacionalização da pobreza

Na busca pelo delineamento e pela operacionalização do conceito

de pobreza, será tomado como ponto de partida uma definição inicial segundo a qual “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica, como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006, p. 9). Assim, é preciso esclarecer de que necessidades se fala e o que se considera uma forma adequada.

Para a exposição do “estado da arte” sobre o conceito de pobreza e seu dimensionamento, como fio condutor será utilizado o trabalho de Soares, S. (2009), por ser uma boa síntese, que produz uma esquematização e exemplificação dos principais autores e posicionamentos neste campo. Os principais aspectos da abordagem estão no diagrama 1, adaptado a partir do trabalho em questão. Há inúmeras maneiras de compreender o fenômeno da pobreza e, conseqüentemente, diversas formas de mensurá-la. As discussões mais significativas podem ser classificadas a partir de dois pontos de partida: pobreza entendida a partir das condições de vida (“*standards of living*”) ou como direito a um nível mínimo de recursos (“*minimum right to resources*”) (ATKINSON, 1987b, 1989 apud FERREIRA, M., 2000).

Diagrama 1: Discussões em torno do conceito de pobreza



Adaptado de Soares, S., (2009).

No primeiro tipo, avalia-se a condição de privação de maneira direta e a não satisfação das necessidades nos diversos domínios da existência humana, optando-se normalmente por uma medida multidimensional que permite identificar as necessidades no campo da alimentação, da saúde, da educação entre outros e operacionalizando-se, normalmente pelo consumo específico de bens e serviços (FERREIRA, M., 2000). Exemplo desta abordagem é Charles Booth que em seu trabalho *Life and Labour*⁷³ descreve as condições de vida da população pobre de Londres do final do século XIX. No segundo tipo, direito a um nível mínimo de recursos, realiza-se uma avaliação indireta das necessidades básicas por meio de recursos econômicos como condição de acesso a uma existência livre de privação. Exemplo desta abordagem é Peter Townsend⁷⁴ que também estudou a pobreza em Londres e contribuiu para a discussão teórica sugerindo a relação entre pobreza e privação (FERREIRA, M., 2000).

Na tipologia encabeçada pela condição de privação estão os índices multidimensionais que ou não derivam da renda ou a considera parte de um conjunto de outros indicadores que compõem o índice. Os autores que aderem a esta tipologia se dividem entre aqueles que consideram um problema entender a pobreza derivando-a da renda, pelo seu aspecto limitado, (grupo das necessidades não satisfeitas) e aqueles que não veem a renda como um problema (grupo dos bens representativos), mas afirmam que a maneira de medi-la pelas pesquisas domiciliares não se constitui como bom indicador (SOARES, S., 2009).

Neste ponto, cabe um parênteses para abordar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Talvez o índice que tenha sido mais popularizado, o IDH foi divulgado pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano, de 1990, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Demo (1996) o considera um índice de pobreza relativa e elogia a iniciativa do PNUD ao não restringir a pobreza à insuficiência de renda, por agregar indicadores de saúde e de educação. De outros pontos de vista, o IDH não é considerado um índice de pobreza (SOARES, S., 2009) e, alerta para limitações nas suas medidas, como faz a autora abaixo,

⁷³ A primeira edição foi publicada em dois volumes como *Life and Labour of the People*, Vol. I (1889) e *Labour and Life of the People*, Vol II (1891). A segunda edição intitulada *Life and Labour of the People in London*, foi produzida em 9 volumes 1892-97. A terceira edição, em 17 volumes, de 1902-3.

⁷⁴ *Poverty in the United Kingdom. A Survey of Household Resources and Standards of Living London*, Allen Lane and Penguin Books.

não é uma solução adequada para comparação e monitoramento de incidência de pobreza [devido ao fato] de que todos os indicadores utilizados na construção do IDH são médias, o que mascara ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre indivíduos (ROCHA, 2006, p. 24).

Note-se que o próprio PNUD irá desenvolver um índice específico para a pobreza, como será mencionado no decorrer do texto.

Ao considerar a renda um aspecto limitado para a compreensão da pobreza, o grupo das necessidades básicas trabalha com outras dimensões julgadas relevantes. As Nações Unidas, por exemplo, produziram o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que considera três dimensões: saúde, educação e padrões de vida (KOVACEVIC; CALDERON, 2014). No campo acadêmico, o índice de Bagolin e Ávila (2006 apud Soares, S., 2009) considera saúde, nutrição, educação e segurança. Já o grupo dos bens representativos soluciona seu problema construindo índices a partir da utilização de bens presentes nos domicílios ou outras variáveis que possam ser apreendidas das pesquisas domiciliares, ou seja, ao invés de agregar aspectos relacionados a serviços públicos – como no caso do grupo anterior – agregam a presença de itens como geladeira, telefone etc. (SOARES, S., 2009). Na América Latina, esta é uma abordagem frequente para a definição de linhas da pobreza que definem acesso a programas sociais como ocorre na Colômbia, no Equador e no Chile.

Na tipologia encabeçada pelo direito a nível mínimo de recursos encontra-se a vertente da insuficiência de renda dividida em pobreza absoluta e pobreza relativa. A maneira como se discute pobreza, distinguindo-a entre absoluta e relativa, é bastante influenciada pela discussão levada a cabo por cientistas sociais, no pós Segunda Guerra, que buscavam conter a euforia dos “anos dourados” mostrando a condição de privação dos grupos considerados desprivilegiados - notando-se que para estes grupos a questão da sobrevivência física não estava em jogo (ROCHA, 2006). Para a autora, a problemática da pobreza nos países ricos teria levado a uma ênfase no caráter relativo da pobreza afirmado pelo sociólogo britânico Townsend⁷⁵ cuja tese principal é de que “tanto

⁷⁵ O próprio Townsend (1996) dirá que “os livros sobre a pobreza no Terceiro Mundo durante esse período [século XX] foram mais críticos e teoricamente mais radicais do que os escritos a respeito da pobreza no Primeiro Mundo. As

pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades (TOWNSEND, 1962 apud *Ibid.*, p. 11). Portanto, uma possibilidade para a definição da linha de pobreza relativa seria a formulação a partir de uma fração da renda média ou mediana justificada pela premissa de que tanto a primeira quanto a segunda estabelece o padrão de consumo de determinada sociedade (SOARES, S., 2009).

Entretanto, quando a pobreza começa a ser pensada para países com níveis de desenvolvimento socioeconômicos distintos vê-se a limitação explicativa da relatividade da pobreza ganhando relevância a pobreza absoluta. Enquanto a pobreza relativa define a necessidade em função do modo de vida predominante, a pobreza absoluta está estreitamente vinculada à questão de sobrevivência física, isto é, ao não atendimento do mínimo vital (ROCHA, 2006). Segundo a autora, em virtude do sistema capitalista ser movido a partir de trocas por meio de moeda, entendeu-se razoável que o atendimento das necessidades básicas fosse operacionalizado indiretamente via renda – conforme exposto acima como premissa desta tipologia – estabelecendo um valor monetário associado aos custos das necessidades médias de uma pessoa numa determinada população.

Entra-se aqui na distinção, conforme diagrama, entre linhas absolutas e linhas relativas de pobreza. Trabalho pioneiro no estabelecimento de linhas de pobreza é o do sociólogo inglês Seeborn Rowntree⁷⁶, com seu estudo de 1901, na cidade de York, definindo patamares diferenciados de renda necessária conforme o tamanho e a estrutura familiar. O sociólogo propunha-se definir uma linha a partir da pobreza absoluta, mas segundo Rocha (2006) fica explícita a adoção de aspectos da pobreza relativa na inclusão de itens como o chá (praticamente desprovido de valor nutricional) o que demonstra que os limites empíricos entre uma e outra forma de calcular a pobreza é bastante complicado de se definir.

divergências de significado produziram, ou refletiram, divergências na metodologia, nos modos de explicação e nas estratégias de melhoramento (*Ibid.*, p. 578).

⁷⁶ Os métodos utilizados tanto por Rowntree como por Booth, citado acima, foram importantes para a definição dos mínimos sociais necessários à reprodução e influenciaram a política de salário mínimo. Outra importante contribuição foi a elaboração de mapas da pobreza que possibilitaram uma visualizar uma dimensão espacial do fenômeno (IVO, 2011).

Dentro da linha absoluta, encontram-se as linhas objetivas, subjetivas e oficiais (administrativas). A diferenciação entre as duas primeiras é explicitada por Ferreira, M. ao afirmar que:

enquanto a definição objetiva de pobreza procura um padrão de alguma forma tornado objetivo de identificação da condição de pobreza, seja pela definição e identificação de necessidades elementares, seja pelo estabelecimento de um limiar mínimo de recursos econômicos, a concepção subjetiva baseia a definição de limiar de pobreza na apreciação subjetiva, seja da sociedade como um todo, seja de certos grupos sociais (Ibid., p. 37).

A linha mais utilizada no Brasil e na América Latina é a objetiva, calculada pelo método das necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas fundamentada na ideia de que a única necessidade humana universal, exceção feita à respiração, é ingerir alimentos e água em quantidade suficiente para permanecer vivo (SOARES, S., 2009). Também conhecido como método calórico, foi colocado em prática pela primeira vez por Rowntree. Nota Soares, S., (2009), que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) utiliza, há três décadas, o método calórico para sua linha de pobreza, assim como o Banco Mundial em seus relatórios sobre pobreza para o Brasil. No país, há alguns trabalhos relevantes, citados pelo autor, como o de Rocha (2006) que analisa a trajetória da pobreza entre os anos 1970 e 1999, e o de Anna Maria Peliano⁷⁷, que coordenou a elaboração do Mapa da Fome – subsídio para a Campanha Nacional contra a Fome.

O argumento em defesa da linha subjetiva é de que a pobreza deve ser definida de acordo com os padrões vigentes em uma dada sociedade em uma determinada época. Esta foi a abordagem, por exemplo, de Adam Smith⁷⁸ para quem “a linha da pobreza é aquela renda

⁷⁷ Refere-se à PELIANO, Anna (Coord). O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília: Ipea, mar. 1993 (Documento de Política, n. 14).

⁷⁸ Polanyi (2012) observa que, na época em que Adam Smith publica sua obra, o pauperismo não havia adquirido proporções tão alarmantes que se configurariam nas duas décadas seguintes – período em que se viu, pela primeira vez, um surto vigoroso no comércio acompanhado de crescentes dificuldades para os pobres e provocando uma obsessão pelo espectro da superpopulação. Segundo se lê em

mínima que permite a compra de todas as necessidades, definidas cultural e historicamente” (Ibid., p. 38). Esta linha é determinada pelos próprios indivíduos por meio de inúmeras perguntas que objetivam captar a percepção dos entrevistados sobre a dificuldade ou satisfação de viver com a renda domiciliar disponível ou identificar qual deveria ser a linha de pobreza segundo os próprios entrevistados.

Por fim, há as linhas oficiais (administrativas) definidas, explícita ou implicitamente, pelas políticas públicas como critérios para inclusão ou exclusão em programas sociais (SOARES, S., 2009). Alguns exemplos de linhas administrativas podem ser localizados no acesso de pessoas idosas, 65 anos ou mais, ou deficientes com renda per capita mensal de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); na adoção pelo Banco Mundial como linha internacional de pobreza o valor de US\$ 1 (extrema pobreza ou indigência) ou US\$ 2 (pobreza) por dia; no acesso das famílias ao Programa Bolsa Família que define a linha da extrema pobreza em R\$ 70,00 e da pobreza em R\$ 140,00 per capita.

É importante explicitar a relação entre a linha pobreza e da pobreza extrema com o Cadastro Único. Como o PBF é o principal programa usuário das informações contidas no cadastro, há recortes específicos para as duas faixas de renda mencionadas e estas são as únicas linhas administrativas no país que definem pobreza e pobreza extrema. Também é importante observar que apesar de estar definido, essencialmente, na tipologia iniciada pelo direito a nível mínimo de recursos e bastante calcado na questão da insuficiência de renda, a abrangência das variáveis contidas em seu questionário (educação, saúde, habitação, saneamento básico) são capazes de mapear as condições de vida dos cadastrados, apontando para a possibilidade futura de uso mais refinado das informações nele contidas, combinando a renda com as necessidades básicas.

Terminada esta sucinta e esquemática exposição, é necessário dizer que o esquema abordado é construído a partir de tipologias e como tal carece do defeito associado a toda tipologia: as situações não são exatamente como se apresentam na realidade. Assim, em muitos

Polanyi, “em sua *Dissertation on the poor laws* (Dissertação sobre os pobres), reventou William Townsend: “Especulação à parte, o fato é que temos na Inglaterra mais gente do que podemos alimentar, e muito além do que podemos empregar, com proveito sob o atual sistema de leis”. Adam Smith ainda refletia uma atmosfera de progresso tranquilo; Townsend, que escreveu apenas 10 anos mais tarde, já tinha consciência do vagalhão que se aproximava (Ibid., p. 100-101.)

momentos as noções de pobreza absoluta e relativa se aproximam a tal ponto impossibilitando definir o que seria uma e o que seria outra. Conforme citação,

para fins empíricos, a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não apresenta limites claros. Mesmo as necessidades fundamentais de alimentação, cujo atendimento poderia estar associado ao mais absoluto conceito de pobreza, não são um dado indiscutível. Por um lado, é extensa a literatura sobre necessidades nutricionais envolvendo a adequação energético-proteica e de outros nutrientes, que variam conforme as diferentes características dos indivíduos e de suas condições de vida. (...) Por outro lado, é inevitável levar em conta aspectos culturais ao definir a dieta mínima, como pode ser observado pela inclusão do chá na cesta alimentar inglesa (...) (ROCHA, 2006, p. 11-12).

Depara-se com a situação de que autores considerados como expoentes de uma determinada abordagem, possuem alguns aspectos de suas ideias utilizados por outra abordagem, como é o caso de Amartya Sen abaixo.

É claro que a definição relativa deve ser ancorada em alguns conceitos de bem-estar. Novamente, há duas abordagens: a) a de Peter Townsend e a de Gary Becker, que defendem a existência de bens relacionais e b) a de Amartya Sen (que não defende linhas de pobreza relativas) segundo a qual linhas absolutas no espaço das capacidades podem se traduzir em linhas variáveis no espaço dos bens e serviços (SOARES, S., 2009, p. 30).

Também se depara com o fato de que as linhas de pobreza consideradas arbitrárias podem não se mostrar tão arbitrárias como aparentam. Rocha (2006) cita como exemplo de linha arbitrária a adoção do valor da linha de pobreza internacional estabelecida pelo Banco Mundial. Mas tem-se que,

quando o Banco Mundial buscava uma linha de pobreza padrão para aplicar em todo o mundo nos

anos 1980, técnicos da instituição analisaram um grupo relativamente grande de linhas de pobreza nacionais, cuja média foi ligeiramente superior a US\$ 30 PPC [Paridade do Poder de Compra] por mês, ou US\$ 1 por dia (SOARES, S., 2009, p. 34).

Diga-se também que cada tipologia ou abordagem surge com o objetivo de sanar o que considera uma deficiência em outra tipologia: a vertente das necessidades básicas (*basic needs*) – que acaba sendo utilizada tanto pela tipologia encabeçada pelas condições de vida quanto pela tipologia do direito a nível mínimo de recurso – se diferencia da linha de pobreza por abandonar a renda como indicador chave, contudo as duas ideias se aproximam no caso do Brasil, por exemplo.

Em países como o Brasil, onde a variável renda se mostra relevante medida de bem-estar, é natural enfocar a questão da pobreza utilizando as abordagens da renda e das necessidades básicas de forma complementar. Operacionalmente, trata-se de, inicialmente, estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar pobres e não-pobres com base em sua renda. Em seguida, cabe caracterizar a subpopulação pobre no que diz respeito às diferentes dimensões de seu bem-estar, de forma mais específica (ROCHA, 2006, p. 28).

As críticas que merecem mais atenção são as relacionadas às linhas administrativas ou oficiais, pois estas são cruciais para o estabelecimento do método desta pesquisa. A de Soares, S., (2009) é particularmente severa:

uma posição encontrada frequentemente entre analistas de pobreza é a de entregar os pontos. Desistem de definir, com qualquer critério científico ou pseudocientífico, uma linha de pobreza, e passam a aceitar linhas administrativas. Considerando as inúmeras dificuldades vistas até aqui com a mensuração científica de pobreza, não chega a ser uma surpresa que haja muita desistência em favor de linhas administrativas. (...) Como hoje a grande maioria dos países do mundo tem algum benefício de proteção social com critério de renda, pesquisadores poderiam abrir mão de vez de linhas calculadas com critérios técnicos e adotar a posição

de que a linha de pobreza em cada país é o que aquele país diz que é, explícita ou implicitamente. (...) A maior objeção que se pode levantar ao uso de linhas administrativas é que se trata de uma rendição: já que não tenho nenhum cálculo científico para o cálculo de linhas de pobreza, então qualquer linha é válida (Ibid., p. 33).

Contrapondo a crítica citada dir-se-á que a medida da pobreza é reconhecidamente insatisfatória do ponto de vista sociológico, por não permitir estabelecer interdependências entre os indivíduos numa sociedade como um todo. Segundo os autores,

para os sociólogos, o raciocínio em termos binários, que consiste em opor as características dos pobres às do resto da sociedade, permanece equívoca: a definição de um patamar de pobreza, tão mais elaborada e precisa que seja, é sempre arbitrária. [...] o estudo conduz a coagular e validar categorizações que, em realidade, são sempre imprecisas e flutuantes (PAUGAM; SHULTEIS, 1998, p. 14 apud IVO, 2008, p.117).

Assim, para esta pesquisa é inócua a discussão acerca da melhor forma de calcular a pobreza, pois as abordagens, determinadas pelo contexto explicitado, são variantes de uma única matriz que desconsidera a dinâmica de reprodução do capital e que “ao tomar a pobreza como uma categoria em si, coloca num segundo plano um dos lócus principais da sua produção e reprodução nas economias capitalistas: o mercado de trabalho, sua dinâmica e a qualidade das vagas nele ofertadas” (BORGES; KRAYCHET, 2007, p. 238). O importante é esclarecer em que contexto surgem as discussões sobre dimensionamento da pobreza, que elementos são considerados em discussão e onde se posiciona o Cadastro Único para que seja possível entender a noção de pobreza construída pelo Estado para este registro administrativo. A tentativa empreendida aqui é a de partir do mesmo pressuposto dessa abordagem, ou seja, da pobreza como categoria em si, trazendo o mercado de trabalho e sua dinâmica para o primeiro plano com vistas a atribuir um uso distinto ao Cadastro Único.

Pode-se constatar que utilizar apenas a renda como critério é insuficiente: “a avaliação da pobreza através dos níveis de renda não é inteiramente suficiente” (ABRANCHES, 1985, p. 33). E com esta afirmação, estão de acordo Rego e Pinzani (2013); Rocha (2006); Soares,

S., (2009). Mas também é preciso dizer que há consenso de que a renda é um importante indicador aproximado para a pobreza (ABRANCHES, 1985): “a baixa renda é uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de *capabilities* (SEN, 2000, p. 109). Afirmção com a qual também concordam Rego e Pinzani (2013).

O objetivo neste trabalho não é o de discutir a melhor forma de conceituar e operacionalizar o conceito de pobreza, mas sim o de contextualizar o conceito e a operacionalização realizada por meio do Cadastro Único no emaranhado de conceitos e métodos de operacionalização existentes. Portanto, não haverá uma análise da caracterização do fenômeno da pobreza, serão aceitos os limites contidos no Cadastro Único e não haverá intenção de superá-los. O aspecto relevante da utilização da temática pobreza nesta pesquisa é sua relação com a precariedade do trabalho formal.

5 MODELO DE ANÁLISE

5.1 Dimensões da precariedade: possibilidades, impossibilidades e desafios

Esta seção da pesquisa é destinada à análise das dimensões da precariedade encontradas na literatura sociológica. O objetivo é selecionar as dimensões relevantes considerando a viabilidade empírica de acordo com o modelo. Assim, proceder-se-á a análise das dimensões abordadas em Druck (2011), Rodgers (apud Leite, 2011), Kalleberg (2009) e Alves (2013a) – dimensões abordadas por outros autores estão contidas nos autores citados.

O trabalho de Druck (2011) aborda – como visto – seis dimensões do trabalho precário analisadas pelos olhares qualitativos e quantitativos. Naquele, estão a segunda, a quarta e a sexta dimensões que se referem, respectivamente, à intensificação do trabalho e terceirização, à perda das identidades individual e coletiva e à condenação e o descarte do direito do trabalho. Estas dimensões não serão consideradas na composição do modelo de análise por sua ênfase em pesquisas qualitativas que não são o foco do modelo. As dimensões com ênfase quantitativa, a primeira, a terceira e a quinta dimensões, referem-se, respectivamente, à vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, à insegurança e saúde do trabalhador e à fragilização da organização dos trabalhadores. Para analisá-las, a autora utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Cadastro de Acidentes de Trabalho (CAT) e o Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), sendo que a primeira fonte de informação possui caráter estatístico, enquanto as outras duas são registros administrativos (que podem ser utilizados com fins estatísticos, como visto anteriormente).

Na primeira dimensão, Druck (2011) chama a atenção para o exercício do trabalho sem proteção social, portanto, esta dimensão não será agregada ao modelo de análise por abordar os trabalhadores não inseridos no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, não declarado na RAIS. Na terceira dimensão, a autora salienta a evolução da ocorrência de acidentes de trabalho. Esta dimensão poderia compor o modelo de análise se na RAIS houvesse a disponibilização da quantidade de afastamentos e suas causas – presentes no formulário da declaração em 2003, mas disponibilizadas somente a partir do ano-base referente a 2007. Considerou-se que a ausência de informações, referente ao início do período, prejudica a análise comparativa. Por último na quinta dimensão, são abordados os números de greves, de centrais sindicais e de taxas de sindicalização. Nenhuma destas informações está contida na RAIS que,

no aspecto sindicalização, solicita apenas informações relativas às contribuições sindicais obrigatórias do empregado. Portanto, de Druck (2011), nenhuma dimensão do trabalho precário foi utilizada.

Na análise de Rodgers (apud LEITE, 2011) é constatada a difusão do trabalho temporário e parcial, do trabalho realizado no domicílio do trabalhador e do autoemprego. As duas últimas modalidades de trabalho não podem ser identificadas pela RAIS. O trabalho temporário está contido na dimensão contrato flexível, abordada adiante, enquanto o trabalho parcial será incorporado ao modelo como uma dimensão a ser analisada. No Brasil, é considerado trabalho parcial aquele que não exceda 25 horas semanais (BRASIL, 2001). Na base de dados da RAIS, esta informação está localizada na variável “horas contr”.

No trabalho de Kalleberg (2009) são encontradas quatro dimensões: declínio do tempo de permanência com o mesmo empregador; aumento do desemprego de longo prazo; aumento do que o autor chama de acordos não normatizados, em que inclui os contratos de termos fixos e os contratos efetuados por meio de agências e empresas de contratação; e, uma dimensão que se refere à transferência dos riscos aos empregados por meio do decréscimo de planos de benefícios e da contribuição definida, por exemplo, nos planos de saúde. A primeira dimensão – declínio do tempo com o empregador – será agregada e transformada em indicador empírico por meio da taxa de rotatividade. Será aproveitado o procedimento realizado pelo DIEESE e, na impossibilidade de realização de uma taxa de rotatividade específica para o trabalhador pobre (dadas às dificuldades técnicas envolvidas), serão observados se os setores econômicos de maior rotatividade são os mesmos que ocupam os trabalhadores pobres. As dimensões que concernem ao aumento de desemprego de longo prazo e aos acordos normatizados (que incluem as agências e as empresas de contratação) e a transferência de riscos aos empregados não compõem o modelo de análise pela limitação dos dados utilizados. Os acordos normatizados, que incluem os contratos de termos fixos, estão contidos na dimensão contrato flexível (como será demonstrado adiante).

Por último, Alves (2013a) aborda três dimensões para a precariedade do trabalho: a jornada flexível, materializada pelo banco de horas; a remuneração flexível, expressa na criação do mecanismo de Participação dos Lucros e Resultados (PLR) e o contrato flexível, com o advento do trabalho por prazo determinado e o trabalho em regime de tempo parcial.

Acerca do banco de horas (jornada flexível), algo importante foi a inclusão, a partir do ano de 2005, de campo, no bloco da remuneração,

solicitando informação acerca do total de horas extras trabalhadas pelo empregado ou servidor durante o mês. As horas extras também aparecem no bloco relativo às verbas pagas na rescisão em que se solicita informação acerca do valor total correspondente ao saldo das horas extras que não foram pagas durante o contrato de trabalho (BRASIL, 2011). Entretanto, no conjunto de bases de dados disponibilizadas pelo ministério para esta pesquisa, esta variável não está disponível. Na análise das notas técnicas divulgadas pelo MTE, encontra-se possível explicação para o fato. No documento (BRASIL/2008), o órgão comunica a liberação para a comunidade usuária da variável raça/cor a partir da RAIS ano base 2006 e explica que as variáveis, após inseridas, levam um tempo para adquirir consistência técnica e um mínimo de qualidade para que possa ser disponibilizada ao público como um levantamento estatístico (a variável era captada desde 1999)⁷⁹.

Outra dimensão importante da precariedade que não se consegue captar a partir da RAIS – e neste caso não se refere à não disponibilização ao público, pois também não se encontra na declaração respondida pelos estabelecimentos – é a remuneração flexível, materializada pelo mecanismo da PLR. A única menção à Participação nos Lucros e Resultados no formulário de declaração é feita na exemplificação dos valores que não devem ser informados como remuneração mensal (BRASIL, 2011). A ausência de indicadores acerca de aspectos encontrados na teoria sociológica para a precariedade (exemplificados pelo banco de horas e pela participação nos lucros e resultados) restringem a análise da precariedade no mercado de trabalho formal brasileiro e tendem a ratificar a afirmação, expressa anteriormente, de Demazière (2009) de que a noção de precariedade é inapreensível por acarretar problemas analíticos pela ausência de indicadores que meçam o fenômeno. Assim, o uso da RAIS neste trabalho permite uma investigação parcial dos elementos da precariedade do trabalho formal encontrados na literatura sociológica.

A única dimensão trabalhada por Alves (2013a) que será agregada ao modelo de análise refere-se ao contrato flexível em que podem ser observados tanto o contrato por tempo determinado (considerando somente o trabalhador urbano) quanto o contrato temporário.

Em suma, integram o modelo de análise quatro dimensões da

⁷⁹ Foram encaminhados alguns e-mails ao ministério indagando sobre a ausência da variável nas bases de dados. A resposta foi de que essas informações não recebiam, até o momento, tratamento estatístico.

precariedade: o trabalho temporário e o trabalho por prazo determinado, identificados na variável “tp vínculo”; o trabalho parcial, identificado na variável “horas contr” e a rotatividade, utilizando os cálculos efetuados pelo DIEESE. O modelo consiste em observar a evolução destas dimensões para os grupos de trabalhadores considerados pobres e os considerados não pobres.

Associada às dimensões da precariedade, integra o modelo de análise o tempo de sobrevivência no mercado de trabalho formal dos trabalhadores admitidos no ano de 2003, distinguindo-se entre trabalhadores pobres e não pobres. O procedimento visa observar se, no período de análise (2003 a 2010), há diferenças significativas nos tempos de permanência no mercado de trabalho entre os dois grupos de trabalhadores comparados.

Diante do exposto, as orientações para a análise de dados estão expressas a seguir. Na base de dados do Cadastro Único tabulada por família, deverá ser realizado um filtro para manter apenas os indivíduos inseridos em famílias cujo valor da renda média seja igual ou inferior a R\$ 140,00 (linha da pobreza). A partir deste filtro, identifica-se o código familiar dos indivíduos. Na segunda etapa, utilizando a base de dados do Cadastro Único tabulada por pessoa, devem ser mantidos apenas os indivíduos cujo código familiar foi encontrado no primeiro filtro, objetivando excluir os indivíduos cujo valor da renda média familiar seja superior à linha da pobreza. Também foram desconsiderados os indivíduos cuja data de cadastramento ou de atualização seja anterior à 01/12/2008, visando manter um período de quatro anos para as informações analisadas, conforme Brasil (2014). Neste momento também deve ser realizado o filtro para manter na base de dados apenas os homens, com idade entre 16 e 64 anos, e as mulheres, com idade entre 16 e 59 anos, considerando como referência para o cálculo a data de 31/12/2012. Ao término do processo, haverá um novo banco de dados do Cadastro Único composto por homens (entre 16 e 64 anos) e mulheres (entre 16 e 59 anos) com renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00, com data de atualização cadastral igual ou inferior a quatro anos.

Considerando a RAIS, haverá um filtro das informações cujo ano base refere-se a 2003, para manter apenas os trabalhadores admitidos naquele ano. Esta será a primeira base de dados utilizada para o primeiro cruzamento das informações contidas no Cadastro Único. A segunda base de dados será a RAIS cujo ano base refere-se a 2010, em que se procederá a um filtro dos trabalhadores admitidos em 2010. Assim, visando à comparação entre o início e o término do período do modelo de análise, a base de informações do Cadastro Único gerada acima será relacionada

(cruzada) com as bases de informações da RAIS para os anos de 2003 e 2010. Os indivíduos do Cadastro Único que forem encontrados na RAIS devem ser marcados com a denominação “trabalhador pobre”. Isto norteará as análises das dimensões da precariedade. Após a identificação dos trabalhadores pobres e não pobres, a análise estatística consiste em observar o comportamento das dimensões trabalho temporário, trabalho por prazo determinado, trabalho parcial e rotatividade (sendo que esta será verificada a partir dos setores econômicos ocupados, predominantemente, por um e outro segmento). O objetivo da análise de sobrevivência é comparar os tempos de emprego para os dois grupos analisados considerando somente os admitidos a partir de 2003.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou a criação de um modelo de análise para o trabalho precário formal, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2010, utilizando como referência a população pobre. Para tal, foram expostos alguns estudos sobre a precariedade e suas dimensões, a relevância da temática da pobreza, sua associação com o trabalho e com o desenvolvimento econômico e o detalhamento das fontes de informação utilizadas.

Da exposição dos estudos sobre a precariedade e suas dimensões, observou-se que a referência (ou parâmetro) para sua denominação – na maioria dos estudos – é o padrão de emprego construído nos países europeus classificados como desenvolvidos e que o fenômeno é analisado sob diversas dimensões, com o realce de diferentes aspectos conforme a conjuntura. Algumas dimensões não se mostraram relevantes para o modelo de análise, ou por ressaltar a relação precariedade-informalidade, ou por enfatizar aspectos não abrangidos por esta pesquisa (a terceirização é um exemplo), ou, ainda, por considerar questões que carecessem de indicadores empíricos (a baixa remuneração é um exemplo, pois como a análise refere-se ao mercado formal, a remuneração é expressa considerando-se a relação horas trabalhadas-salário mínimo e não foi encontrada, entre os autores analisados, a associação entre salário mínimo e trabalho precário)⁸⁰.

A abordagem da precariedade a partir da comparação com um emprego típico, realizada por sociólogos europeus – especialmente os franceses – torna menos difícil a elaboração de indicadores empíricos. Disso resulta (para ilustrar a aplicabilidade da informação estatística) que autores como Castel (2012) e Demazière (2009) possam analisar uma série histórica longa (de 1970 até 2000) e consigam apontar tendências baseadas em um conjunto maior de informações.

No caso brasileiro, não há consolidação de um parâmetro, ou seja, ainda não foi possível a delimitação de um emprego típico (no campo da formalidade) a partir do qual fosse possível analisar o trabalho precário. Assim, restaria a opção da comparação com o emprego típico europeu ou da comparação entre distintas conjunturas (distintos períodos históricos de desenvolvimento do próprio país). A primeira opção não foi considerada profícua na elaboração do modelo, pois tendo a Europa

⁸⁰ Pochmann (2012) fará alusão aos baixos salários dos empregos criados no período analisado, contudo, o autor não afirma que os empregos sejam precários e sim que sejam ocupados por trabalhadores pobres.

desenvolvida como referência, o mercado de trabalho brasileiro seria constituído por empregos precários devido – para citar um exemplo – à sua flexibilidade estrutural. A segunda opção também não foi considerada, pois as informações disponíveis na base de dados (RAIS) utilizada não oferece cobertura para uma longa série histórica. Apesar do fato de que a RAIS seja um registro administrativo em funcionamento desde a década de 1970, atualmente, estão disponíveis informações a partir de 1998⁸¹. A disponibilização de dados que fornecessem cobertura ao menos da década de 1990, já seria suficiente para a comparação entre diferentes conjunturas vividas pelo país.

A não escolha das opções descritas, fez com que se recorresse à possibilidade de analisar o fenômeno da precariedade a partir de outra chave de leitura. Pensando na origem do termo precariedade na literatura sociológica (outroa associado à pobreza) e nas “metamorfoses da questão social” analisadas por Castel (2012), que identifica a pobreza e a precariedade como as questões sociais que marcaram os séculos XIX e XX, respectivamente, julgou-se profícua a associação para pensar um modelo de análise para o Brasil do século XXI. A justificativa para tal, foi identificada na relevância que adquirem tanto a temática da pobreza quanto os distintos direcionamentos que tomam a questão do trabalho. Acrescente-se a isso a possibilidade de se vislumbrar tendências para o mercado de trabalho formal dada à opção de modelo econômico que acenava para o desenvolvimento com inserção da camada pobre da população.

As dimensões da precariedade selecionadas para análise (trabalho parcial, trabalho por tempo determinado, trabalho temporário e a rotatividade) respeitaram as possibilidades de análise empírica considerando as informações disponíveis tanto na Relação Anual de Informação Sociais (RAIS) quanto no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único). Para ambos os registros administrativos, houve uma preocupação na exposição de como as informações são coletadas, classificadas e produzidas com vistas ao entendimento qualitativo do número (BESSION, 1995).

Assim, espera-se contribuir com os estudos sobre precariedade do trabalho a partir da delimitação do fenômeno, do desenvolvimento de métodos e técnicas de análise, da identificação de indicadores e da

⁸¹ No sítio do Ministério do Trabalho e Emprego somente são encontrados dados a partir do ano citado. Segundo informações prestadas pelo corpo técnico, no momento, somente há informações a partir desta data (informação prestada em junho/2016).

associação com a temática da pobreza.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. **Os despossuídos**: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antonio. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v.16, n. 31, p. 409-420, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013a.

_____. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte II**. Publicado em 19/08/2013b. In: Blog da Boitempo [Internet]. Não paginado. [aproximadamente 1 tela] Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>> Acesso em 31 de jul. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALTAR, Paulo et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Paper**. [S.l]: paper n. 9, may, 2010.

BARROS, Flávia (Org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

BESSON, Jean-Louis. As estatísticas: verdadeiras ou falsas?. In: _____. (Org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995. cap.

12, p. 25-72.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 115-129, Jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200007>.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOOTH, Charles. Life and labour of the people in London. New York: Macmillan Co., 1902.

BORGES, Ângela; KRAYCHET, Elsa Sousa. Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 231-243, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda a parte. In: _____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 119-127.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 27 jun. 2007.

_____. Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 13 jan. 1995. Retificado no Diário Oficial da União de 18 jan. 1995.

_____. Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 7 maio 1999. Republicado em 12 maio

1999. Retificado em 18 jun. 1999 e 21 jun. 1999.

_____. Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001.

Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 25 jul. 2001. Revogado pelo Decreto nº 6.135, de 2007

_____. Decreto n.76.900, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 24 dez. 1975.

_____. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, D.F., 12 jan. 2004.

_____. Lei n. 6.019, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 4 jan. 1974.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual do Entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais**. 2. ed., Brasília, SENARC, 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Perfil das pessoas e famílias no Cadastro Único do governo federal 2013**. Brasília, SENARC, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, SENARC, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Registros administrativos: RAIS e CAGED**. Brasília, SPPE, 2010b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2010**. Brasília, SPPE, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Nota técnica n. 75, 2008**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/ajuda/notas-tecnicas-e-comunicados/detalhes-64.htm>>. Acesso em 31 jul. 2016.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. Rio de Janeiro, Anpocs, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 13, jun., 1990.

CAIRE, Guy. Precarization des emplois et régulation du marché du travail. **Revista Sociologie du Travail**, n. 2, p. 135-158, 1982.

CARDOSO, Adalberto. **Trabalhar, verbo transitivo**: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CATTANI, Antonio. Trabalho em prospectiva – Apresentação. In: _____. (Org.) **Trabalho**: horizonte 2021. Porto Alegre: Escritos, 2014. p. 7-10.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

Dedecca, Cláudio. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário. In: GUIMARÃES, Nádia Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. **Trabalho flexível, empregos precários?**: uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Edusp, 2009. cap. 5, p. 123-142.

DEMAZIÈRE, Didier. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego. In: GUIMARÃES, Nádia; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. **Trabalho flexível, empregos precários?**: uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Edusp, 2009. cap. 4, p. 101-122.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como

oportunidade. São Paulo: Autores Associados, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, 2011.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012a.

_____. **O mercado de trabalho formal brasileiro**: Resultados da RAIS 2011. [S.l.], 2012b. Nota técnica n.116, out., 2012b.

_____. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho**. São Paulo, 2014.

DINESEN, Peter; SONDRERKOV, Kim. Ethnic Diversity and Social Trust Evidence from the Micro-Context. *American Sociological Review*, v. 80, n. 3, p. 550-573, 2015. Disponível em: <<http://emilkirkegaard.dk/en/wp-content/uploads/Ethnic-Diversity-and-Social-Trust-Evidence-from-the-Micro-Context.pdf>>. DOI: 0.1177/0003122415577989 <http://asr.sagepub.com> Acesso em: 31 jul. 2016.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez., 2002.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 37-57, 2011.

DUSETZINA, Stacie et al. **Linking Data for Health Services Research**: a framework and instructional guide. Rockville: Agency for Healthcare Research and Quality, 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK253312/>> Acesso em 21 de jun. de 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Frederico. Registros administrativos como fonte de dados estatísticos. **Informática Pública**, ano 10 (1), p. 81-93, 2008.

FERREIRA, Maria. **A pobreza em Portugal na década de oitenta**. Lisboa: Conselho Econômico e Social, 2000.

FILGUEIRAS, Luis; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANCO, Maria. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo: v. 35, n. 122, p. 229-248, dez., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jul. 2016.

FREYSSINET, Jacques. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial. In: GUIMARÃES, Nádia; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. **Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Edusp, 2009. cap. 1, p. 25-48.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. Precarização do trabalho. In: HOLZMANN, Lorena; CATTANI, Antonio (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 259-265.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ong's e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERZOG, Thomas; SCHEUREN, Fritz; WINKLER, William. **Data quality and record linkage techniques**. New York: Springer, 2007.

HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.

HOLZMANN, Lorena. Fordismo. In: _____; CATTANI, Antonio (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk,

2011. p. 199-203.

_____; CATTANI, Antonio. Taylorismo. In: _____. CATTANI, Antonio (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. 382-385.

IVO, Anete. Pobreza e trabalho. In: HOLZMANN, Lorena; CATTANI, Antonio (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 252-257.

_____. **Sociologia, modernidade e questão social**. 2008. 394 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

JANNUZZI, Paulo. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

KALLEBERG, Arne. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, fev., 2009.

KOVACEVIC, Milorad; CALDERON, M. Cecilia. **Undp's Multidimensional poverty index: 2014 specifications**. [S.l.]. UNDP Human Development Report Office, dec., 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/specifications_for_computation_of_the_mpi.pdf> Acesso em 31 jul. 2016.

KREIN, José; SANTOS, Anselmo Luís; MORETTO, Amilton. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, jan./jun. 2013.

LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEICHSENDRING, Alexandre. Precariedade laboral e o Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge; MODESTO, Lúcia. **Bolsa Família 2003 - 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, v. 1, 2010. cap. 9, p. 271-300.

LEITE, Marcia de Paula. El trabajo en el Brasil de los años 2000: dos caras de um mesmo processo. **Revista de Trabajo**, Buenos Aires, año 7, n. 9, enero/julio, 2011. Disponível em: <

http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/revistaDeTrabajo/2011n09_revistaDeTrabajo/20011n09_a07_mpLeite.pdf>. Acesso em 31 jul. 2016.

LIMA, Jacob. Os desafios do presente e o trabalho do futuro. In: CATTANNI, Antonio (Org.) **Trabalho: horizonte 2021**. Porto Alegre: Escritos, 2014. p. 31-60.

LOPES, José Sérgio Leite. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, ano V, n. 8, 2011.

MAGAUD, Jacques. Vrais et faux salariés. **Sociologie du travail**, [S.l], n.1/74, 1974.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MESQUITA, Ana Cleusa; MARTINS, Raquel de Fátima; CRUZ, Tânia Mara. **Cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 1724, 2012.

MORETTO, Amilton; MACAMBIRA; Júnior. As fontes de informações: importância e oportunidades. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014. cap. 11, p. 179-192.

OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena. A precarização do emprego na Europa. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 541-567, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **From precarious work to decent work: outcome document to the workers' symposium on policies and regulations to combat precarious employment**. Geneva, v. 1, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Plano Nacional de emprego e trabalho decente**. Brasília, 2010.

PAUGAM, Serge. **Le salarí de la précarité**. Paris: PUF, 2000.

PAIVA, Luís Henrique; BARTHOLO, Letícia; FALCÃO, Tiago. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca de superação da extrema pobreza. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. (Org.). **Programa Bolsa Família - uma década de inclusão e cidadania**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 25-46.

PARKER, Robert; MACCAFFREE, Kevin. **Alcohol and violence: the nature of the relationship and the promise of prevention**. United Kingdom, Lexington Books, 2014.

PELIANO, Anna (Coord). **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília: IPEA, mar. 1993. Documento de Política, n. 14.

PIALOUX, Michel; BEAUD, Stéphane. Permanentes e Temporários. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 309-320.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REBELO, Gloria. Alternativas à precariedade laboral: propostas para uma flexibilidade tendencialmente qualificante. **Revista da Faculdade de Letras do Porto**, vol. XVI, p. 191-201, 2006.

REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODGERS, Gery. Precarious work in Western Europe: the state of the debate, jobs in labour market. In: Gery Rodgers and Janine Rodgers

(Orgs.). **Precarious jobs in labour market regulation**: the growth of atypical employment in Western Europe, International Institute for Labour Studies, Free University of Brussels., 1989.

SAFI, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. cap. 15, p. 253-269.

SANTOS, Danilo et al. **Os efeitos das transferências de renda sobre a duração do emprego no mercado formal**. São Paulo: FGV/EAESP, *Working Papers*, n. 5, março, 2016.

SCHNAPPER, Dominique. Rapport à l'emploi, protection et staturs sociaux, **Revue Française de Sociologie**, 30-1, p. 3-29. 1989.

SELZ, Marion. O raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. cap. 12, p. 202-217.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENRA, Nelson. A questão dos registros administrativos vis-a-vís a geração de estatísticas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 199-205, 1996.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Laura. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOARES, Sergei. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 1381. 2009.

SPRANDEL, Márcia. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, USP/Editora34, 2001.

TOWNSEND, Peter. Pobreza. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 578-580.

_____. *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. London: Allen Lane and Penguin Books, 1979.

TRENT, Roger; FURBEE, Paul. Techniques of computerized record linkage in applied sociology. Journal of Applied Sociology. [S.l]: Sage Publications, v. 4, p. 89-98, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43481300>> Acesso em 31 jul. 2016.

VOLLE, Michel. **Le métier de statisticien**. Paris: Economica, 1984.

YASBEK, Maria. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, jun., 2004.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1996.